

R\$ 6,00

ISSN 0101-7993



www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

220



CLAMOR NACIONAL POR

SEGURANÇA



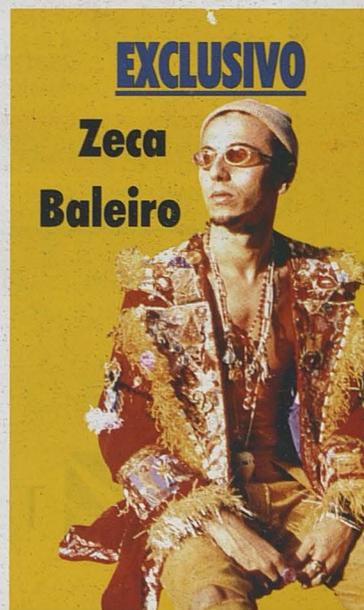
**Críticas ao pacote
antiviolença pelas
escassas verbas
e ausência de
programas sociais**

CORÉIA

**Acordo
histórico**

EXCLUSIVO

**Zeca
Baleiro**



PLANOS DE SAÚDE
A rebelião dos médicos

Se você quiser entender o Brasil esta é a obra que não pode faltar em sua casa

ALMANAQUE BRASIL

Valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos

500 anos de História,
Política, Economia,
Cultura, Geografia,
Ciência e Tecnologia,
Meio Ambiente,
Administração Pública,
Educação, Saúde,
Qualidade de Vida,
População, Dados
sobre Violência.

O **Almanaque Brasil**
lhe dá ainda um completo
panorama de cada
unidade da Federação.
Você se informará também
através de textos selecionados
de especialistas sobre
assuntos brasileiros



RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

Preço: R\$ 29,50

LANÇAMENTO EM BREVE !

Tel.: (0xx21) 221-7511

Fax: (0xx21) 252-8455

e-mail: etm@etm.com.br



EDITORA **TERCEIRO MILÊNIO**

A violência chega pela telinha

O Brasil parou, no dia 12 de junho, para acompanhar pela TV o sofrimento, desespero mesmo, de um grupo de cariocas que foi feito refém por um jovem marginal, mais tarde identificado como um dos sobreviventes da chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993, quando meninos de rua foram mortos por policiais militares.

Que os grandes centros urbanos do país estão a cada dia mais violentos, todos sabiam. Que a marginalidade social é o caldo de cultura da tragédia, também.

Que o narcotráfico está usando o Brasil como cenário privilegiado de suas ações mafiosas, idem. Mas, ao ser transmitido durante horas a fio ao vivo pela TV, o episódio revelou para o país que essa violência constitui um desafio para cada um de nós, não só para as autoridades, na medida em que todos somos vítimas, potenciais ou reais, da situação criada.

Na matéria de capa desta edição, analisamos o problema da segurança. Esperamos contribuir para um debate que está na mídia, nas ruas e nas rodas dos bares. E fazê-lo sob uma ótica ampla. A do cidadão, que deve deixar de ser um espectador passivo do drama da sociedade brasileira para se transformar em agente da imprescindível mudança de comportamento que a situação exige. E a das autoridades, que devem passar da discussão para a ação, sem cair na tentação do abuso do poder.

Queremos partilhar com o leitor uma preocupação, que já foi levantada por articulistas como Zuenir Ventura, na sua colu-

na, na semana do seqüestro do ônibus 174: por que o carioca não conseguiu canalizar a sua indignação em uma manifestação concreta de rejeição à violência? Não é porque não tenha se indignado com o episódio. Indignado, sem dúvida, ficou. Tanto com a morte da refém por imperícia do policial que atirou, como com a morte do seqüestrador por asfixia, quando os policiais decidiram fazer justiça pelas próprias mãos. E então? Por que essa inércia? Os organizadores de uma passeata de repúdio ao seqüestro e ao seu desfecho não conseguiram reunir nem mil pessoas. Por quê?

Salvando as distâncias, vale lembrar que quando na Espanha o grupo separatista basco ETA assassinou um vereador conservador, Miguel Angel Blanco, em agosto de 1997, o governo e a oposição assinaram um acordo contra a violência, enquanto mais de um milhão de pessoas marchava nas ruas em repúdio ao assassinato.

São comportamentos diferentes que fazem pensar em uma questão central: cidadania. Quanto mais desenvolvido o conceito de cidadania, mais ações promove a sociedade para se manifestar sobre os caminhos a serem percorridos. No Brasil, a faixa de cidadãos ativos é ainda pequena. O que nos coloca mais um desafio, pois só com cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e decididos a lutar por eles será possível construir uma sociedade mais justa e humana.

Os editores

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 220 - Mai / Jun 2000

EDITORA EDITORA



TERCEIRO MILENIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -
Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140
Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquirir-lhe diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Operação Condor

Operação Condor, Com Dor, a dor da tortura, da truculência, da força bruta, contra a razão e o direito. E tudo não passa de mais um sinal de que tempos negros poderão voltar e, desta vez, para aniquilar o que sobrou da dignidade humana. A América Latina não está livre dessa ameaça! Tentativa de golpe militar no Paraguai; gesto inócuo do candidato de oposição do Peru, abandonando a disputa eleitoral; vitória quase certa dos republicanos, nos Estados Unidos; substituição do Papa João II por outro mais conservador. Tudo nos leva a crer que é tempo de colocar as barbas de molho, "antes que um manto negro cubra, de novo, os sonhos de liberdade e aqueles que deram a vida, em vão".

Jair Alves - Dramaturgo
Jornal Macunaíma

La Tablada

No dia 29 de maio de 2000, os presos políticos de La Tablada iniciaram uma greve de fome por tempo indeterminado, exigindo que o presidente argentino, Fernando de la Rúa, cumpra a Lei, respeite os tratados internacionais e dê cumprimento imediato à resolução 557/97, caso 11.137 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. A resolução expressa a imediata liberdade desses presos, tendo em vista suas condenações terem se originado de processos inválidos, evitados de erros e com parcialidade.

Invocamos aquele presidente para o Estado de Direito que implica cumprir as resoluções decorrentes de convênios, Tratados e Acordos Internacionais firmados.

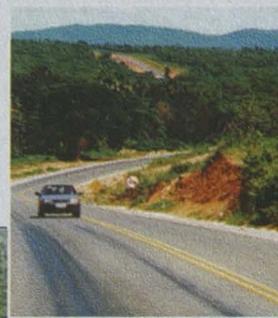
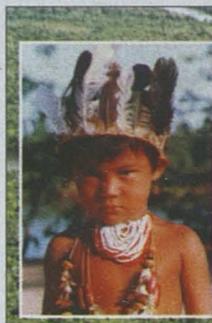
Vanderley Caixe
vcaixe@convex.com.br

Beth Carvalho

Sou historiadora e professora de História, leio **cadernos do terceiro mundo** mesmo antes de me tornar assinante, e considero ser a única revista de informação brasileira "desligada" dos interesses político-partidários. Portanto, gostaria de externar a minha consternação em relação

HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA

Os povos indígenas tapuia, carajá e xerente e mais 31 entidades sindicais e de movimentos populares encaminharam moção à Câmara dos Deputados, em Brasília, posicionando-se contra a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia. A moção foi aprovada no seminário "Novos Desafios a uma Cultura de Direitos Humanos", que aconteceu em Palmas, estado do Tocantins, nos dias 27 e 28 de maio. As denúncias contra a obra são graves.



As entidades alertam mais uma vez que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) "não atende às mínimas exigências legais e éticas e apresenta metodologias questionáveis do ponto de vista científico e técnico em todas as áreas". Salientam ainda que até

o momento não existe autorização do Congresso Nacional para o início da construção do empreendimento. O procedimento é necessário em caso de incidência de grandes projetos em terras indígenas. A hidrovia afetará 29 áreas indígenas de 11 povos diferentes.

Conselho Indigenista
Missionário (Cimi)
Palmas (TO)

à entrevista concedida por Beth Carvalho, que ocupa sete páginas da revista nº 216.

Cadernos do terceiro mundo se propõe desde o início a publicar reportagens e artigos sobre os problemas políticos, econômicos e sociais dos países em desenvolvimento. Portanto, a reportagem em questão fugiu da proposta fundamental da revista e ocupou uma parte considerável da mesma. Sabemos que Beth Carvalho representa para o Brasil um patrimônio vivo, mas esses assuntos devem ser deixados para as revistas semanais, que se ocupam mais de colunas sociais do que de informações propriamente ditas. Sugiro que, na falta de reportagens para compor a revista, **cadernos do terceiro mundo** inaugure uma seção onde historiadores, sociólogos, antropólogos e outros que possam dar sua contribuição em artigos de suma importância - artigos esses sem custo algum para a editora, pois nós temos muito prazer em escrever algo que faz parte do nosso cotidiano. Aproveito, por fim, para parabenizar

os editores, jornalistas e outros funcionários da revista por "não deixar a peteca cair".

Eliza Henrique Martins
Rio de Janeiro-RJ

Nota da Redação: A entrevista com Beth Carvalho não foi publicada por falta de assuntos mais relevantes, mas porque os temas culturais e políticos nela abordados são de interesse. Beth Carvalho foi sempre reconhecida por fazer do samba também um instrumento de luta política. Vale lembrar que este ano ela lançará CD com músicas revolucionárias latino-americanas, como ela própria informa na entrevista, uma contribuição à reflexão política. Naturalmente, as páginas de **Cadernos do Terceiro Mundo** estão abertas, como sempre, a colaborações de especialistas das mais diversas áreas e que estejam de acordo com a nossa linha editorial. Agradecemos a carta da leitora e as carinhosas palavras de alento ao nosso trabalho.

Intercâmbio

A partir deste número, voltamos a publicar a seção Intercâmbio, que também será colocada na edição on-line de cadernos (www.etm.com.br)

Cleverson de Almeida e Souza
Beloka@hotmail.com
13 March Court
Warwick Drive
London - SW156LE

Martins Venske
Rua Cruz e Souza, 1345
89124-000
Benedito Novo - SC

Yaremis Hernández
Calle 11 (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Caridad Izquierdo
Calle III (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas Cuba
C.P. 42600

Maria Caridad Gareia Calderón
Calle Cienfuegos (III e
e/ Logia y Rafael Trejo
Cumanayagua - Cienfuegos
Cuba - C.P. 57600

Dalivia Sánchez
Edifício 51 Escalera 132
Apartamento 9 Reparto
Horacio Rodríguez
Jovellanos Matanzas
Cuba - C.P. 42600

Miguel T. Castillo Morera
Calle F. Nº 69 e/ Cienfuegos
y Filtros - Cumanayagua
C.P. 57600
Cienfuegos - Cuba

Seção Intercâmbio

Vocês não publicam mais a seção Intercâmbio? Por quê? Se o fazem, por que não aparece na apresentação da revista pela internet? Acho muito importante que ela seja editada e que planejem um mecanismo de estímulo à sua utilização por aqueles que desejam entrar em contato com outras pessoas com a finalidade de trocar impressões e possibilidades de uma participação efetiva na vida política da nação.

Mário Augusto Rocha Campello de
Malatesta Proudhon
maurcamp@zaz.com.br

Corrupção

Um tal de deputado Jutahy Magalhães, do PFL da Bahia, é autor de um projeto de lei que legaliza a corrupção em nosso país (que aliás não é muita). O projeto, conforme matéria da Rede Globo, proíbe o Ministério Público de investigar atos de corrupção de presidente da república, governadores de estados, senadores, deputados federais e estaduais e prefeitos; de acordo com a nova lei, que já foi aprovada em primeiro turno no Congresso.

Essa "galera" aí vai deitar e rolar com o dinheiro público sem ser importunada. Vamos pressionar tudo o que for possível para que essa lei absurda e imoral não seja aprovada. O Brasil e o povo brasileiro não podem, de forma alguma, aceitar isso; que meia dúzia de parlamentares mal-intencionados legalizem a corrupção e a bandalheira em nosso país.

Julio Cezar Monnerat
jcm@task.com.br

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

NOVO ENDEREÇO

Cadernos do Terceiro Mundo
Seção Cartas

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 507 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-080

e-mail: etm@etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

 **Para assinar a Cadernos do Terceiro Mundo ligue para**

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço da assinatura é de R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO (até 30/07/00), de R\$ 60,00 (à vista).

Pode enviar cheque nominal à Editora Terceiro Milênio ou solicitar envio de boleto bancário.

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

 **Para enviar cartas: NOVO ENDEREÇO**



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio

Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contate o Departamento de Circulação

 **Para comprar números atrasados:**

Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

 **Para anunciar:**

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

 **Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:**

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

 **Na Internet:**

<http://www.etm.com.br>

E-mail: etm@etm.com.br

Sumário

MAI / JUN • 2000 • Nº 220 • Ano XXVI

6 **PLANALTO**

8 **PANORAMA NACIONAL**

10 **FRASES**

21 **ENTREVISTA**

Dom Chemello: 'A fome mata mais que a violência'

O presidente da CNBB fala da batalha da Igreja contra a corrupção, o desemprego e os baixos salários



BRASIL

24 **Economia: Não à dívida externa**

Brasileiros vão dizer, em plebiscito, se o Brasil deve interromper o pagamento da dívida que cresce a cada ano e "engessa" a economia

DESENVOLVIMENTO

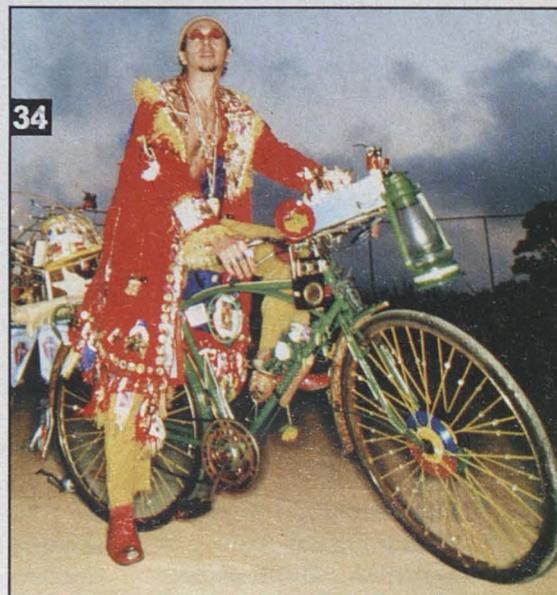
26 **O Brasil diante do desafio tecnológico**

A realidade internacional dominada pelos interesses globalizantes deve ser superada pelos próprios brasileiros - é a sugestão do brigadeiro Sérgio Ferolla

SAÚDE

30 **Empresas de saúde em questão**

O Congresso quer investigar, os profissionais denunciam, os clientes apresentam queixas - a medicina de grupo está no banco dos réus



CULTURA

34 **Zeca Baleiro: Novo xodó da MPB**

Atravessando uma ótima fase, o cantor amadurece alguns projetos, entre eles o resgate de importantes músicos radicados no Maranhão

38 **PANORAMA ECONÔMICO**

42 **LIVROS**

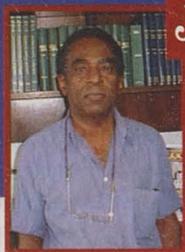
44 **PANORAMA INTERNACIONAL**



O desafio DA SEGURANÇA

O país exige medidas concretas e urgentes e não projetos irrealizáveis

12



Joel Rufino

18 Por que os assaltantes não violentaram Berenice?

Os sete assaltantes da mansão Capovila não violentaram Berenice por causa dos elos que ligam bandidos e assaltados



Capa

GENTE

- 52 Personalidades e fatos da atualidade

DIPLOMACIA

- 54 **A prepotência dos EUA sobre a Europa**
As palavras de um antigo assessor do ex-presidente Ronald Reagan exemplificam a arrogância norte-americana sobre o mundo e sobre a União Européia, em particular

ORIENTE MÉDIO

- 56 **Síria: Uma nova etapa**
Com a morte de Hafez Assad, os olhos do mundo se voltam para a Síria, na expectativa de retomada do processo de paz com Israel

ÁSIA

- 58 **Coréia: Acordo histórico**
Encontro dos chefes de Estado das duas Coréias marca o primeiro passo para a reunificação da Península Coreana

COMPORTEMENTO

- 61 **É preciso ter distintas inteligências**
Os humanos estão vez mais inteligentes no mundo inteiro

HISTÓRIA/ÁFRICA

- 62 **Tráfico de escravos: Que responsabilidade cabe a cada protagonista**
A extensão da participação africana no comércio negreiro

CIÊNCIA

- 64 **Tecnologia: Bye bye, computador pessoal**
O avanço da internet paradoxalmente constitui um desafio para os tradicionais fabricantes de computadores

Mapa apresenta o Brasil dividido em dois

O DEPUTADO GAÚCHO ROBERTO ARGENTA, do Partido Humanista, levou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara um tema que circula nos bastidores políticos e militares, mas ainda não alcançara um exame oficial. Trata-se da divulgação em escolas norte-americanas de um mapa em que o Brasil aparece dividido em duas partes. Ao norte, a Região Amazônica e o Pantanal aparecem não como integrando o Brasil, mas como Área de Controle Internacional. No seu requerimento, solicita informação ao Ministério de Relações Exteriores "sobre a veracidade das notícias divulgadas pela internet". Argenta acrescenta: "Há notícias de que certos professores norte-americanos estão buscando o apoio dos seus alunos para possível intervenção na Amazônia para retirar a região dos 'des-

truidores da natureza' (brasileiros)". Essa informação foi confirmada por uma brasileira que mora em Austrin, nos Estados Unidos, e que, pela internet, deu o alarme a respeito.

Outro tema que vem sendo objeto de notícias tendenciosas divulgadas na América Latina é sobre as terras dos ianomâmis, apresentadas em certas divulgações como "territórios independentes". Um exemplo foi o programa de David Blaine, Magic max-series, com essa conotação, no canal HBO da TV a cabo Supercanal, de La Paz, Bolívia. Uma reportagem sobre os ianomâmis deixa transparecer que suas terras são área sem qualquer vinculação com o Brasil, constituindo um território isolado "nas selvas da América do Sul, até o coração da floresta tropical, não havendo civilização nos arredores, por horas e horas" (de vôo).

Financiamento para ensino superior

Com base nos dados do Ministério da Educação de que 2,2% da população economicamente ativa cursa universidades, o deputado João Matos (PMDB-SC) apresentou projeto de lei para recuperar o Programa de Crédito Educativo. Na defesa de seu projeto, Matos afirmou que "o financiamento do ensino superior precisa de definição legal e definitiva e desejamos solução imediata para o financiamento que atenda os estudantes brasileiros com dificuldades financeiras".

Na opinião do deputado, o ensino superior no Brasil é "excludente por razões econômicas, quando deveria ser seletivo, obedecendo apenas à capacidade intelectual". Por essa razão, Matos defende uma linha de financiamento para estudantes carentes. Caso contrário, "o poder público deveria criar novas instituições de ensino superior, aumentando o número de vagas nas universidades".

Roubo de cargas

Foi instalada a Comissão Mista de Inquérito (integrada por deputados e senadores) para apurar o roubo de cargas nas estradas. A nova CPI nasceu a partir das investigações feitas pela CPI do Narcotráfico, que mostrou até roubo de cargas nas estradas e lava-

gem de dinheiro do narcotráfico. A apuração destes crimes vem sendo reivindicada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) e Associação Brasileira de Transportadores de Cargas (ABTC). Os primeiros levantamentos sobre os crimes já foram entregues à CPI.

De acordo com as informações da CNT, só em 1999 ocorreram 4.200 roubos de carga em todo o país, com prejuízo de 315 milhões de reais para as transportadoras, onerando o frete em 20%. As cargas mais visadas são alimentos, cigarros, produtos têxteis e medicamentos.



Terras públicas sem controle

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) não controla a ocupação das terras públicas. A denúncia foi feita pelo deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), afirmando que, dos 850 milhões de hectares do território nacional, o Incra só cadastrou 330 milhões. "Sobram mais de 500 milhões que o instituto não tem qualquer condição de controlar", disse o deputado. A denúncia do parlamentar foi comprovada pelo próprio diretor de Cadastro do instituto, Eduardo Freire. Ele admitiu, em audiência na Câmara, as dificuldades do Incra, afirmando que, por essa razão, não há mecanismos de fiscalização da ocupação das terras públicas na Amazônia. O não cadastramento, segundo Sérgio Carvalho, traz prejuízo aos cofres públicos porque há "pelo menos 359 milhões de hectares de área não-tributada, por falta de cadastramento. Das terras cadastradas em todo o país, 93 milhões de hectares tiveram seus cadastros anulados pelo Incra depois de ter sido constatada a prática de grilagem no registro do imóvel. Destes 93 milhões, 67 estão na Amazônia Legal.

Senado cassa Estêvão

Por 52 a 18, mais 10 absenções, o Senado promoveu a primeira cassação de mandato de sua história: o senador Luiz Estêvão foi considerado culpado de quebra do decoro parlamentar, ao ser apontado como envolvido no escândalo do superfaturamento e desvio de 169 milhões de reais, nas obras do TRT de São Paulo, com participação de seu grupo OK, da associada Incal e do juiz Nicolau dos Santos. O caso agora terá desdobramentos policiais e judiciais para o ex-senador, cuja prisão preventiva foi solicitada pela Procuradoria da República na mesma tarde da cassação. O sócio oculto de Luiz Estêvão, Fábio Monteiro de Barros, já tinha sido preso semanas antes, enquanto o juiz Nicolau continuava foragido, ao fecharmos esta edição.



AFP

Ag. Brasil

A maioria dos senadores rejeitou a defesa de Luiz Estêvão, cujos argumentos foram considerados falaciosos, pois fatos novos o desmentiam, comprovando seu envolvimento no caso de desvio de recursos públicos durante a obra do TRT paulista

Frente pela TV pública

As frentes parlamentares são, hoje, na Câmara dos Deputados, muito numerosas e abrangem áreas mais amplas. O fato de incluírem deputados de diferentes partidos enseja maior capacidade de atuação. A mais numerosa acaba de ser fundada: a Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública conta com a adesão de 239 deputados e 11 senadores.

No seu lançamento, o coordenador do movimento, deputado Evilásio Faria, destacou a importância da TV pública e criticou o rumo das TVs privadas.

Segundo o parlamentar, a rede pública de televisão cobre 96% do território brasileiro e oferece

programações de alto nível. "O sistema público de televisão complementa os demais, privado e estatal. Primeiramente, porque esses estão voltados ao grande público e veiculam uma programação de massa, e, em segundo lugar, o sistema privado, que visa apenas ao lucro, é incapaz de preservar valores culturais e sociais que conflitam com a sua finalidade comercial. Esta TV tem adotado paradigmas vergonhosos do subdesenvolvimento, da colonização cultural, dominantes na direção das grandes redes e que não encontra qualquer similitude no mundo civilizado." Estiveram presentes à solenidade, Carlos Zarur (presidente da Radiobrás), Cláudio Bojunga (TVE-Rio), Paulo Saraiva (TV Ceará), Jorge da Cunha Lima (TV Cultura de São Paulo), Marilena Chiarelli (TV Senado) e Sérgio Chacon (TV Câmara).

Instrumento de cidadania

É O SEGUINTE O MANIFESTO DE FUNDAÇÃO da Frente em Defesa da Televisão Pública: "Nós, Deputados Federais e Senadores da República, membros da Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública, conscientes do valor estratégico da televisão na formação e difusão dos valores da sociedade, bem como da sua relevância para a democratização da educação e da cultura, nos comprometemos a, conjuntamente

com a sociedade civil, apoiar programas e ações governamentais e não-governamentais que promovam a ampliação do sistema de televisão pública - esse poderoso instrumento de construção da cidadania - de forma a garantir uma programação de massas que: a) dê preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, ampliando o conhecimento do indivíduo e contribuindo para o seu desenvolvimento e da cole-

tividade; b) desenvolva a cultura nacional, valorizando a regionalização da produção cultural e artística, de forma a reafirmar a pluralidade e diversidade da cultura brasileira; c) respeite os valores éticos e sociais da pessoa e da família; d) resgate a vocação educativa, cultural e de lazer da televisão brasileira, tornando-a um instrumento de construção da cidadania; e) difunda e estimule a produção do conhecimento científico, tomando-o acessível a todos os avanços tecnológicos; f) promova o relacionamento pacífico entre os povos, procurando equilibrar

as desigualdades, diminuir as hostilidades e garantir o exercício dos direitos humanos.

Assumimos a tarefa de sensibilizar as Assembléias e Câmaras Municipais, bem como conchamar a sociedade civil, para, juntos, construirmos uma frente ampla e democrática em defesa da TV pública e, conseqüentemente, promovermos transformação qualitativa da sociedade, através de TV comprometida com a educação, a cultura e a cidadania. Brasília, 31/05/2000 - Frente Parlamentar em Defesa da TV Pública."



CEDOC

Celso Furtado: **Retomada está longe**

Completando 80 anos de idade agora em julho e quase 60 de atuação constante como economista, planejador, administrador público, professor e observador da vida nacional, o ex-ministro Celso Furtado denunciou mais uma vez os equívocos das políticas adotadas pelo governo. Em conferência na Universidade de São Paulo, criticou o modelo seguido, por impedir o desenvolvimento nacional e produzir efeitos sociais perversos, como o desemprego.

Celso Furtado lamentou, igualmente, que a indústria e o mercado nacionais estejam sendo deixados de lado e que se priorizem as empresas multinacionais como comandantes de todo o processo econômico.

Na visão de Celso Furtado, é preciso fortalecer a empresa nacional, inclusive com a criação de barreiras alfandegárias a favor de setores estratégicos, como é a prática dos países desenvolvidos.

O ex-ministro considerou improvável a retomada do desenvolvimento com as políticas praticadas pelo governo FHC, pois está ocorrendo o chamado pecado do capital: o governo vem endividando o Brasil em níveis insuportáveis e apenas para pagar juros excessivamente altos.

O ex-ministro disse ainda temer que o governo liquide todo o patrimônio brasileiro, por ter optado por praticar uma posição de dependência em relação ao capital externo.

Campanha nacionalista

Devolver o Brasil aos brasileiros

A mensagem pode parecer paradoxal, mas este é o mote da campanha lançada em solenidade no Clube de Aeronáutica, no Rio de Janeiro, no dia 2 de junho, pelo brigadeiro-do-ar Ércio Braga, presidente do clube. Para ele, o Movimento para Restituição do Brasil aos Brasileiros parte da constatação de que o país está sendo alienado por políticas equivocadas e que se faz necessário um movimento suprapartidário capaz de "realizar união em torno de um mesmo sentimento de patriotismo, para salvarmos nosso país".

Em seu discurso para uma platéia formada por parlamentares nacionalistas, militares e representantes de diversos movimentos sociais e políticos, o brigadeiro citou onze princípios que considera básicos para reequilibrar a vida nacional, a começar pela definição do que seja traição à pátria, importante para que se reconheça o que seja legalidade, uma vez que "não existe legalidade possível para um ato de traição à pátria".

O presidente do Clube de Aeronáutica citou ainda a prioridade das urgências sociais, econômicas e tecnológicas brasileiras sobre o pagamento dos juros das dívidas interna e externa; a preservação da soberania nacional; o fortalecimento industrial e o desenvolvimento do mercado interno, e a fixação de níveis prudentes de participação estrangeira nos setores de interesse da soberania nacional.

O Movimento para Restituição do Brasil aos Brasileiros adota ainda o princípio de "não aceitar, em nenhuma hipótese, a ingerência de governos estrangeiros ou entidades internacionais sobre assuntos de competência do Estado brasileiro, a fim de possibilitar relações externas independentes."

O movimento considera fundamental, também, "interromper imediatamente o processo de privatizações programadas, enquanto se avalia o resultado das privatizações realizadas em relação a emprego de brasileiros, funcionamento dos serviços, investimentos alocados pelos compradores e remessa de lucro para o exterior".

Ainda segundo a avaliação do presidente do Clube de Aeronáutica, "se Fernando Henrique não mudar sua estratégia, sua última opção será a alienação de território, comprometendo, de forma definitiva, o futuro de nossos filhos e netos".



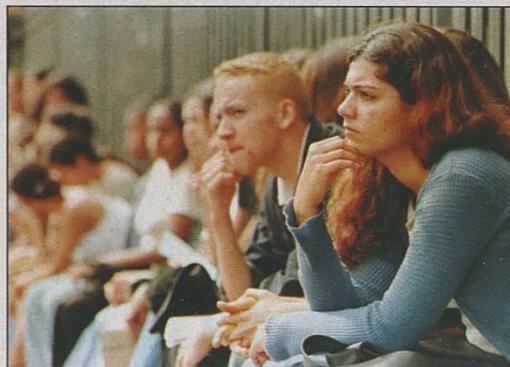
DIVULGAÇÃO

trazidas pelos fornecedores internacionais de tais equipamentos.

"Já havíamos levado a proposta ao ministro Alcides Tápias, que, em conjunto com a equipe econômica do governo federal, modificou a resolução anterior que impedia tais financiamentos", afirmou o secretário fluminense.

IBGE: estabilidade no desemprego

A taxa de desemprego aberto, que corresponde ao percentual da população economicamente ativa procurando trabalho, manteve-se constante em maio, em relação ao mês anterior (7,8%) e não se alterou significativamente em relação a maio do ano passado (7,7%). A média registrada no período de janeiro a maio deste ano (7,9%) ficou praticamente estável em relação ao mesmo período de 99 (7,8%).



AFP

Indústria terá financiamento para fornecer a petrolíferas

As empresas nacionais fabricantes de máquinas e equipamentos poderão melhorar suas condições de competição no mercado ante as fornecedoras internacionais de materiais para o setor do petróleo. O Banco Central autorizou as empresas brasileiras a captarem recursos, inclusive junto ao BNDES, para se manterem no mercado. Trata-se da Resolução 2727, que atendeu a pleitos das próprias empresas - associadas na Organização Nacional das Indústrias do Petróleo (Onip) e do governo do estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a principal província petrolífera nacional, a Bacia de Campos.

A nova resolução anula a de número 2668, que vetava essa possibilidade e deixava a indústria nacional em fatal desvantagem frente a suas con-

correntes de fora. A nova situação assegura a sobrevivência desses fabricantes e será válida para encomendas feitas para fornecimento a estatais como a Petrobras, que visem a atender licitações internacionais, tais como as amparadas pelo Regime Especial de Equiparação à Exportação para Indústria de Petróleo (Repetro).

O secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Rio de Janeiro, Wagner Victor, disse que o mercado fornecedor nacional estava mobilizado, potencializado pela ação da Onip, na tentativa de reverter uma situação que era cruel, visto que as condições de financiamento eram consideradas na escolha das melhores propostas nas licitações, trazendo para empresas nacionais desvantagens, pois não podiam acessar linhas competitivas com aquelas

Ele ressalta que tal medida traz impactos positivos para toda a indústria de base nacional, principalmente em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia.

Segundo Victor, o próximo objetivo é a liberação das "amarras orçamentárias" da Petrobras, para que possa investir livremente e captar recursos no mercado nacional e internacional.

"Dessa forma, a Petrobras vai poder aumentar seus investimentos aqui no Brasil e, conseqüentemente, continuar a promover nosso desenvolvimento econômico, visto que ainda continuará a ser a principal contratante de bens e serviços na indústria do petróleo nos próximos anos", finalizou Wagner Victor.



O que eles dizem...

"Quando a esperança sai do coração do homem, só resta a revolução."

Oscar Niemeyer, sintetizando a luta dos sem-terra (Tribuna da Imprensa)

"Os números da embaixada brasileira sobre as taxas cobradas nos Estados Unidos aos produtos brasileiros não refletem um quadro confiável."

"Enquanto as companhias de comércio eletrônico aperfeiçoam a entrega de mercadorias em 24 horas ao redor do mundo, as importações e exportações brasileiras transitam a passo de tartaruga através dos portos."

Declaração do Sr. **Anthony Stephen Harrington**, embaixador dos Estados Unidos, saindo da natural discrição dos diplomatas

"O futuro do planeta depende das mulheres."

Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, na abertura da Conferência da ONU sobre mulheres

"Em Cuba, só há presos por crimes comuns."

Fidel Castro
(La República - Montevideú)

"A posição do Brasil me frustrou enormemente. É surpreendente para os regimes democráticos da América Latina que o presidente Fernando Henrique Cardoso, que sofreu perseguições e tinha uma posição avançada, hoje apóie uma ditadura."

Ele sabe que Fujimori não tem popularidade, que se esconde detrás dos tanques. O mundo inteiro ficou surpreso com o presidente Fernando Henrique Cardoso."

Alejandro Toledo, candidato contra Fujimori nas eleições do Peru, sobre a posição de Fernando Henrique em relação à fraudulenta eleição peruana (jornal O Globo)

"O Rio tem que fazer uma Revolução de 30, sem armas. Queremos derrubar o neoliberalismo, porque nele a cidade terá cada vez mais violência, criminalidade, poluição e desemprego"

Leonel Brizola, presidente nacional do PDT, no lançamento de sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro

"Enquanto ouço somente adultos contestarem o governo do Sr. FHC, tudo bem. Mas, quando começo a ouvir crianças/adolescentes com 12 e 14 anos, como meus filhos, vendo o presidente da República na TV e perguntarem: 'Esse cara não fez nada e ainda é o presidente?', é preocupante e dá para notar a que nível chegou o governo".

Marcos Mendes Ribeiro em carta à Folha de S. Paulo

"Quem tem a Amazônia não pode se descuidar de sua defesa."

Senador José Sarney (PMDB)

"FHC viu na continuidade de Alberto Fujimori o espelho do seu desejo."

Deputado **João Hermann Neto** (PPS-SP), sobre a crise do Peru

"Se não fizerem logo o terceiro linha de Furnas, já em agosto haverá déficit de energia no Sudeste. O insano é insistirem em privatizar o setor numa situação destas, sem exigir novos investimentos."

Deputado Miro Teixeira (PDT)

"Isso é apenas retórica de quem está vendo que o conceito neoliberal fracassou no Brasil e na América do Sul. Com essa equipe econômica, com o ajuste fiscal e os juros altos, o governo não vai implantar nenhum programa de impacto na área social. É só medo de perder as eleições."

Do Presidente Nacional do PT, **José Dirceu**, comentando a "recaída social" de FHC no encontro da Terceira Via, em Berlim

"Eu durmo como caubói de filme americano, com um olho fechado e outro aberto."

Do senador **Jáder Barbalho** (PMDB), sobre suas relações com o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL)

"Malan é o ácido sulfúrico da Reforma Tributária."

Delfim Netto (PPB-SP), deputado federal

"Nada está garantido quanto ao futuro da Argentina. Mas a curto prazo tudo continuará como está."

Coluna de **Miriam Leitão** (O Globo)

"Não creio que seja totalmente impossível uma deterioração real de nossa situação social, que isso leve a mais repressão e que a democracia seja arranhada - não por culpa de quem está jogando ovo, mas por culpa do sistema que não corrige esta situação."

José Murilo de Carvalho
Prof. da UFRJ (Folha de S. Paulo)

"Não sou santo, mas não sou bandido."
Senador Luiz Estevão (PMDB-DF), na véspera de ser cassado pelo Senado por quebra do decoro parlamentar, devido ao desvio de R\$ 169 milhões nas obras do Tribunal Regional do Trabalho-SP (O Globo)



Novo endereço: Rua Conde de Lages, 44, Gr. 508 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP 20241-080

Tel.: (0XX21) 221-7511
Fax: (0XX21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

INDIQUE UM AMIGO PARA ASSINAR NOSSAS PUBLICAÇÕES

PROMOÇÃO SÓ PARA ASSINANTES

VOCÊ GANHA
desconto de

20%*

**NA RENOVAÇÃO
DE SUA ASSINATURA**

SEU AMIGO GANHA
uma revista grátis para avaliação e

10%*

**DE DESCONTO NO ATO
DA ASSINATURA**

Quanto mais amigos você indicar, mais você ganha

PREÇO DA ASSINATURA À VISTA (12 EDIÇÕES): R\$ 60,00

*Se validada a assinatura de seu amigo

PROMOÇÃO INDIQUE UM AMIGO

ENVIAR AO MEU AMIGO (assinale com um x)

- CADERNOS
 REVISTA DO MERCOSUL
 ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

DADOS DO ASSINANTE

Nome:
E-mail:
Código:
Data de envio:/...../.....

DADOS DO AMIGO

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP:
Profissão:
E-mail:
Data de nascimento:/...../.....



O desafio da

O país exige medidas concretas
e urgentes e não projetos irrealizáveis

Luís Rodrigues dos Santos



SEGURANÇA

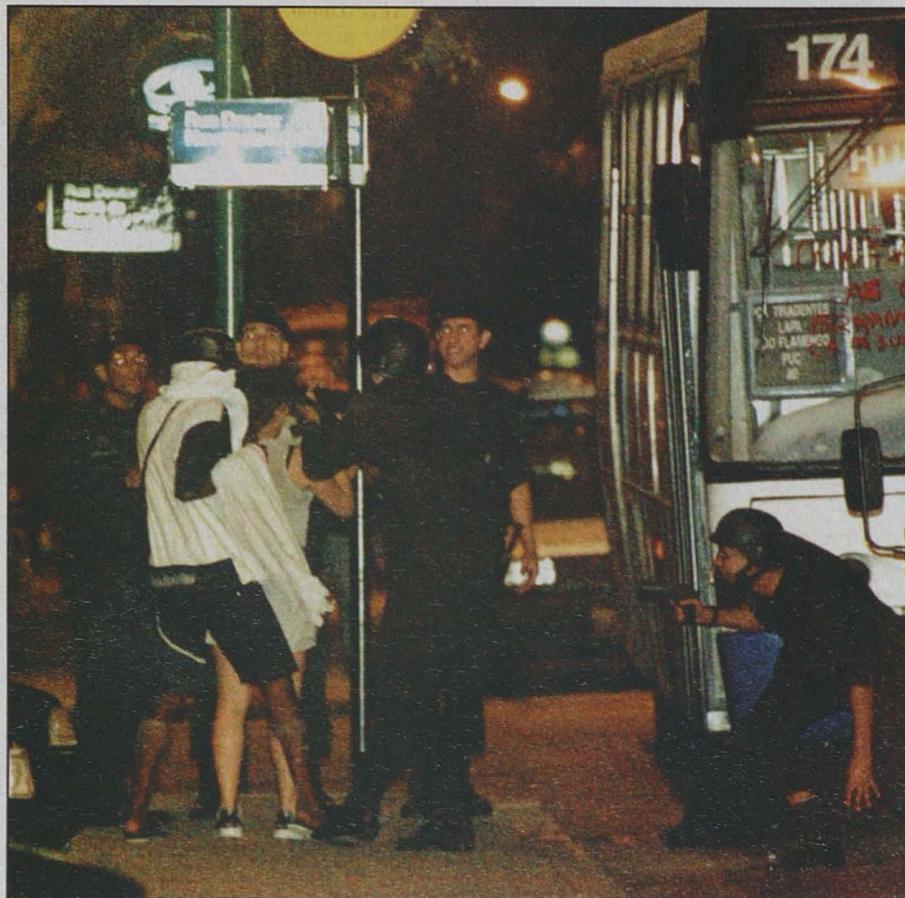
A CUSADA INTERNACIONALMENTE DE ESTIMULAR A VIOLÊNCIA com os filmes e certo tipo de reportagem, a TV no Brasil marcou agora um tento, com a transmissão, ao vivo, do assalto ao ônibus no bairro carioca do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

O episódio fluminense rendeu mais de quatro horas de um exemplar trabalho jornalístico, que comoveu profundamente o país e teve repercussão internacional.

Não é que os roubos em ônibus sejam uma novidade. No Rio foram muitos este ano, e o mesmo ocorre em quase todo o país. Em São Paulo, foram

11.290 no ano passado, com 17 mortos. Este ano, centenas já ocorreram naquele estado com quase dez mortos.

A crueldade, o comportamento trágico do assaltante também não são novidade. O fato novo foi a reportagem, com o terrível drama vivido pelos passageiros. Um inesquecível serviço público.



Acusada internacionalmente de estimular a violência, a TV marcou um tento com a transmissão ao vivo do assalto ao ônibus no bairro carioca do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Foram mais de quatro horas de um trabalho jornalístico que comoveu o país e teve repercussão internacional. As cenas de violência são cotidianas, porém o fato novo foi a reportagem mostrando-as ao vivo para todo o país, que participou minuto a minuto do terrível drama vivido pelos passageiros. O fato motivou um amplo debate nacional

O mais importante do fato é sua repercussão política e social. O debate travado sobre a violência no país ganhou novos contornos, sobretudo em nível dos governos e do Parlamento.

Na verdade, nunca se falou tanto em combater a violência como nesses últimos tempos e muitos projetos na Câmara e no Senado vêm sendo discutidos. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara passaram alguns, desde o armamento das polícias municipais à exigência de uma espécie de blindagem nos táxis, sujeitos aos freqüentes assaltos. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado apro-

vou o projeto que proíbe a venda de armas no país, que ficará restrita às Forças Armadas, órgãos de segurança pública, empresas privadas de segurança e clubes de tiro devidamente cadastrados. Os senadores tiveram de enfrentar lobbies poderosos das fábricas de armas que apresentavam um argumento influente: o desemprego de milhares de pessoas, sobretudo no Rio Grande do Sul.

No Executivo, a discussão tem sido infundável e surgiram muitas idéias, quase sempre mais teóricas do que práticas, para se enfrentar o problema. O projeto apresentado por uma Comissão Especial coordenada pelo Ministério da

Justiça foi um deles. Não despertou entusiasmo, pela ausência de medidas imediatas e objetivas. Por fim, o governo federal anunciou, em 21 de junho, o Plano Nacional de Segurança Pública, com o objetivo principal de reapalhar e reciclar as políticas estaduais. Os recursos anunciados somam apenas 2,2 bilhões de reais, 702 milhões previstos para este ano e o restante até 2002 (ver página 17). Este dinheiro, no entanto, será dividido em vários projetos do próprio governo federal e dos estados.

É evidente tratar-se de uma verba escassa para a magnitude do problema, mas, pelo menos, já passou pelo burocratismo fundo-monetário do grupo Malan.

Antes da divulgação do plano, Fernando Henrique havia manifestado publicamente sua preocupação com o ritmo das providências. É como se com um incêndio envolvendo uma propriedade os bombeiros se entregassem a discutir idéias teóricas ou mesmo práticas sobre planos, métodos ou instrumentos de combater o fogo.

As declarações do presidente foram peremptórias, do tipo "o povo não agüenta mais" e "a violência urbana sempre existiu. Mas não havia, como hoje, a projeção de calamidade pública". No entanto, o ritmo das medidas ainda continua lento.

Resposta imediata

As necessidades mais urgentes no combate ao crime dependem de verbas. A partir daí, Executivo federal e estadual podem, em conjunto, executar o desafio de reorganização e aparelhamento dos órgãos de segurança, que inclui com alta prioridade o treinamento dos efetivos em luta. O que se viu no desempenho da Polícia Militar fluminense no ônibus ocupado por um perigosíssimo bandido foi lamentável. Todos os erros imagináveis foram ali cometidos, sem que isso se exclua o reconhecimento da decisão dos soldados de agarrar o

General Gleuber: as causas da intranqüilidade

Foto: José Barros de Amarante



General Gleuber Vieira: 'A intranqüilidade da sociedade é decorrente da falta de uma presença permanente do Estado'

O general de Exército Gleuber Vieira concedeu entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, onde discute sobre a posição do emprego das Forças Armadas no combate à violência e ao crime organizado.

Transcrevemos aqui alguns trechos dessa entrevista do comandante do Exército.

"Na questão de segurança pública, a coisa tem de ser tratada com mais profundidade e não com uma superficialidade que é indesejada e até

preocupante. Jogar as Forças Armadas para atuar como polícia é panacéia. Terá o dom de resgatar o princípio de autoridade, mas não vai às origens do problema, que reside na vulnerabilidade da sociedade. A Constituição e lei complementar do emprego das Forças Armadas estabelecem muito claramente os requisitos para este emprego, como instrumento de última instância do presidente. Nenhum governo sério vai deixar o país entrar num clima de caos, sem deixar de empregar todos os meios à sua disposição, inclusive as Forças Armadas.

A intranqüilidade da sociedade é decorrente de problemas de remuneração, de emprego, da falta de uma presença permanente do Estado e de assistência às populações que criam estas fragilidades e abrem espaço para o crime organizado. Acrescente aí morosidade na

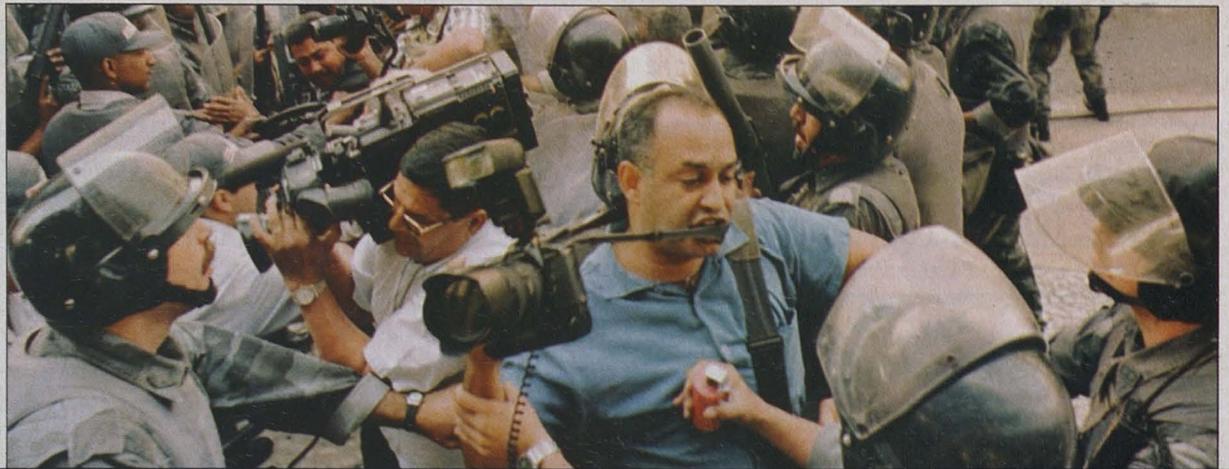
aplicação das punições contra os transgressores e os subterrâneos destes crimes, que nunca são enfrentados. Por isso a presença das Forças tem um efeito episódico. No instante em que elas saírem, reaparecem todas as causas reais do problema da insegurança pública. Então, é inócua toda esta aplicação se, simultaneamente, não são atacadas.

Não se pode dizer que o Exército lavou as mãos. Eu diria que lavaram nossas mãos. A Constituição de 88 retirou-nos o controle e quem retirou que diga quem será responsável.

A situação está de cinza para negra. Chegamos ao limite das soluções clínicas, agora só tem soluções cirúrgicas, que precisam do aval do Estado, já que podem compreender a operacionalidade da Força." (O general aludia às dificuldades orçamentárias do Exército.)



"A situação está de cinza para negra. Chegamos ao limite das soluções clínicas, agora só tem soluções cirúrgicas, que precisam do aval do Estado"



Simultaneamente a uma resposta imediata à sociedade, com medidas que atendam a uma situação de emergência nacional, devem ser postos em prática projetos que amenizem o desemprego

bandido e salvar seus reféns. A situação de penúria material das polícias de muitos estados é notória e os salários dos policiais são irrisórios. Obriga-os ao "bico" e às remunerações ilegais, mas financeiramente atrativas para quem enfrenta o problema da sobrevivência.

Todas as investigações realizadas pelos órgãos de segurança e, mais recentemente, pela CPI do narcotráfico, esbarram nessa realidade: o mau funcionamento e corrupção nas polícias.

O problema da unificação das polícias é fundamentalmente federal, embora os estados e até os municípios sejam parceiros obrigatórios de qualquer iniciativa de combate ao crime. E o problema crucial são os recursos financeiros.

No entanto, simultaneamente a uma resposta imediata à sociedade, com medidas concretas que atendam a uma situação de emergência nacional, devem ser igualmente postos em prática projetos muito falados mas não executados, que amenizem a situação de desemprego, abandono e fome que predomina entre as populações pobres das cidades e do campo. Algumas delas estão expressas na parte de uma importante entrevista do comandante do Exército, general Gleuber Vieira, em que aborda o problema da segurança. (Ver box na página anterior.)

Emergência Nacional

O quadro com que se depara o Poder público é grave e desafiador. Seria muito pueril tentar enfrentá-lo com medidas cosméticas ou simplesmente publicitárias.

Além dos fatores tradicionais da violência urbana e rural há, atualmente, outros mais perigosos. O mais desafiador é o narcotráfico, com poder ilimitado e uma organização que produziu esse novo desafio que é o crime organizado.

O presidente da República, analisando essa situação, declarou que, "embora a questão da segurança seja de responsabilidade dos governos estaduais, é inequívoco que há um problema que ultrapassa essa esfera, principalmente no que diz respeito ao narcotráfico e ao contrabando, e o governo federal há de colaborar".

O presidente comete um equívoco ou um erro ao considerar que problema dessa gravidade é da competência dos governos estaduais e que o governo federal promete "colaborar".

É como se o presidente Clinton, dos Estados Unidos, o presidente Pastana da Colômbia, e o presidente Zedilla, do México, abordando o problema do combate ao narcotráfico e ao crime organizado promettessem "colaborar" com os estados.

É evidente que os estados, sobretudo onde a incidência do crime é maior, devem assumir suas responsabilidades, mas o centro de comando dessa verdadeira guerra, a administração do combate, deve centralizar-se no governo federal, no Planalto.

Os nossos governantes, dos três Poderes, devem conscientizar-se de que o país atravessa uma profunda crise que envolve a todos. Quando o "pagamento" de juros da dívida supera cem bilhões de reais, é ridículo e mesmo irresponsável discutir se a verba para a guerra da segurança é adequada.

Quem está sendo assaltado em sua casa, nos transportes e nas ruas e morando não são os diretores do Fundo Monetário Internacional (FMI), nem os executivos do grupo Malan sem a mínima sensibilidade para essa trágica realidade.

Fernando Henrique Cardoso, os parlamentares, magistrados, empresários e a sociedade devem conscientizar-se da gravidade do momento e de que o país já não precisa de atos legislativos para reconhecê-lo. Exige medidas imediatas e concretas, pois já vive em um estado de emergência nacional com todas as características de uma guerra civil não-declarada. ■

Verbas escassas para reduzir a violência

O Plano Nacional de Segurança Pública, divulgado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 21 de junho, prevê uma série de medidas, como a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, que repassará para os estados 330 milhões de reais este ano e mais 1 bilhão até 2002. Outros 900 milhões adicionais serão aplicados em projetos do governo federal.

O Plano de Segurança inclui a suspensão dos registros de armas nos próximos seis meses, o que, na prática, impede a compra legal durante este período, e o fortalecimento da Polícia Federal, que poderá contratar de imediato 400 policiais e outros 2.000 nos próximos anos. Além disso, serão construídas 21 delegacias do órgão. Para tanto, o órgão receberá 397 milhões de reais, provenientes de um convênio com o governo da França.

Outras medidas anunciadas são a infiltração de agentes em organizações criminosas e a ampliação do Programa de Proteção a Testemunhas. Esta última é considerada de extrema importância, por causa dos diversos assassinatos de pessoas que testemunharam contra criminosos. Na CPI do narcotráfico, por exemplo, sete pessoas foram mortas após darem declarações à Comissão.

As Forças Armadas também serão contempladas para reforçarem a segurança nos portos e áreas de fronteira do país. O governo prevê ainda o descontingenciamento de 75 milhões de reais para re-

Embora bem recebidas, as ações do plano de segurança são insuficientes

forma e construção de presídios nos estados, montante que havia sido bloqueado pela equipe econômica (8.333 vagas até 2002).

O governo garante dispor dos recursos anunciados, que seriam provenientes de descontingenciamentos ou de superávits alcançados pelas empresas estatais, como Eletrobrás e Petrobras, cujos resultados financeiros têm sido além do projetado. "São recursos já identificados pela equipe econômica", disse Pedro Parente, ministro-chefe da Casa Civil.

As ações de repressão previstas no Plano serão coordenadas pelo Ministério da Justiça, que já comanda a Polícia Federal. Para isso, o órgão perderá várias secretarias e departamentos, devendo ficar apenas com os relativos à segurança. Com a Secretaria Nacional Antidrogas, comandada pelo general Alberto Cardoso, continuarão as ações relativas a tratamento e prevenção.

Reação dos governadores

De um modo geral, a iniciativa de apresentar o plano foi bem recebida pelos governadores, mas surgiram muitas críticas, sobretudo pela ausência de efei-

to imediato no combate ao crime e também quanto aos recursos disponíveis. A tarefa atribuída às Forças Armadas e às polícias é enorme, enquanto as verbas apresentadas são tidas como absolutamente insignificantes. Crítica-se ainda a falta de ações sociais, em particular as relacionadas ao desemprego no país.

O governador da Bahia, César Borges (PFL), está entre os que demonstraram insatisfação com os recursos disponíveis – cerca de 42 milhões de reais para cada estado, até 2002. "Eu acho, a princípio, que os recursos são poucos e o programa, muito disperso. É preciso focalizar as prioridades", opinou César Borges. O governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho (PDT), declarou que o plano é bem-vindo, mas a verba, insuficiente para tirar do papel os projetos de combate efetivo à violência. "Não vai dar para nada", frisou. Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, considerou o pacote um gesto de boa vontade, embora ainda não tivesse avaliado o potencial de impacto do montante destinado aos estados.

Mario Covas, de São Paulo, chegou a ser irônico, ao se referir aos repasses do Fundo, que ficarão sujeitos à apresentação de resultados; haverá metas a serem cumpridas e o estado que não atingi-las não receberá verbas. Covas desafiou o governo federal a reduzir a taxa de desemprego em 10%, caso tenha de apresentar queda dos índices de criminalidade também neste percentual. ■

AÇÕES PROGRAMADAS

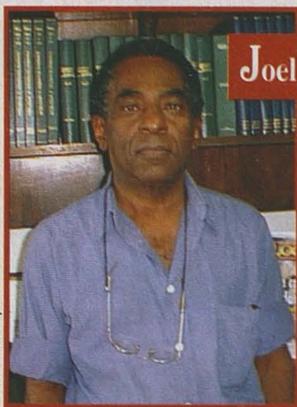
- Criação do Fundo Nacional de Segurança Pública no valor de 1,3 bilhão de reais, a ser repassado aos estados do país. A liberação de verbas ficará sujeita à apresentação de resultados.
- Suspensão da emis-

são de registros de armas por seis meses. O Congresso Nacional discute lei para regulamentar o assunto.

- Mais proteção às testemunhas de crimes violentos.
- Contratação de mais 2.461 policiais federais.

■ Reaparelhamento da PF, incluindo o promoteco (convênio firmado com a França para repasse de 420 milhões de dólares) e Pró-Amazônia (reforço na Amazônia) e criação de 21 delegacias.

- Infiltração de agentes em organizações criminosas.
- Ampliação da Academia Nacional de Polícia.
- Criação de Centros Integrados de Cidadania, Esporte, Integração Comunitária e Assistência Social, objetivando em especial o atendimento aos jovens.



Joel Rufino*

Por que os assaltantes não violentaram Berenice?

O PRIMEIRO A SER ACORDADO com uma metralhadora na cara, aí pelas duas da manhã, foi Rodrigo, 18 anos. Em seguida, Berenice, 21. Depois foi a vez de Leandro, 17, e enfim os pais, Cleonice e Armando. Nesse momento, foram objeto de uma gentileza sem sentido: antes de mandá-los levantar, perguntaram a Cleonice: "A senhora está vestida?" Nas próximas três horas, sob a mira de fuzis, metralhadoras e pistolas, entregaram tudo o que na visão dos invasores era valioso: computadores, máquinas fotográficas, jóias e dólares. Na biblioteca, olharam da porta, não afastaram livros atrás do cofre, como nos filmes. Mas pediam o cofre e jogaram álcool sobre Leandro. Depois amarraram todos. Ao sair avisaram que eles próprios chamariam a polícia.

Várias vezes, aquela madrugada, o fio que segura a tragédia esteve por ser cortado. Por exemplo, quando acharam algemas no quarto de Rodrigo: precisou explicar que as comprara na Disney, os bíceps e pernas musculosas não eram de polícia. Também, obviamente, quando jogaram álcool sobre o mais novo, ameaçando incendiá-lo. Cada um temia que o outro cortasse o fio com um gesto brusco, uma perda de controle emocional, um espirro, que tocasse um telefone de amigo boêmio. No geral, contudo, assaltantes e assaltados mantiveram a temperatura baixa.

O clímax foi quando levaram Berenice para o quarto. Armando, amarrado e amordaçado, fingiu um ata-

Os sete assaltantes da mansão Capovila não violentaram Berenice por causa dos elos que ligam bandidos e assaltados - instâncias comuns situadas além do individualismo tosco que o capital consagrou em todo o mundo

que cardíaco. Cleonice, com placas vermelhas no rosto, abraçou os meninos com pernas e braços. O chefe, um mestiço de feições simpáticas, quase bonito, mandou voltar. Tratavam Berenice de "gatinha", não fizeram alarde disso mas, sem dúvida, a imaginaram despida.

Dentre as cenas cotidianas de violência no Rio, escolhi essa, da madrugada de 13 de junho de 2000, para tentar algumas reflexões. Troquei os nomes das pessoas mas o episódio é verdadeiro. A versão é minha, que imaginei o que no relato da família já passara a ser também imaginação.

Jogo de azar ou sorte

Por que os assaltantes, embora pudessem fazê-lo, não violentaram Berenice? Começamos pelo mais simples: por sorte. Ela está presente, ou ausente, em todo episódio de violência. É imponderável. Aliás, a família concorda em que os fados estiveram do seu lado todas aquelas três horas. Nada, nem um copo caído da cabeceira, uma porta batida pelo vento, um gato trepando no telhado quebrou a quietude necessária à

cena dramática: cinco pessoas de bem e sete bandidos intermediados por um número incontável de armas. Nada fez disparar o coração do bando. Talvez fossem experientes. Talvez o comando da operação fosse capaz e incontestável. De todo jeito, sorte.

Outra razão de não terem tocado em Berenice, nem em ninguém (salvo para amarrá-los), foi a firmeza e serenidade com que a família negociou. Não houve desespero visível (sic). Consideraram-se derrotados: sobre a mesa puseram tudo. Convenceram os assaltantes de que não podiam ter em casa 100 mil dólares. Que não escondiam cofre atrás de telas. Que a maioria das jóias eram imitações da rua da Alfândega. Uma máquina que fotografa sob a água impressionou um bandido, o mais moço. O conselho policial de acalmar o assaltante funcionou. Levaram Armando para baixo da escada. Engatilharam o fuzil. Ele olhou o outro nos olhos: "Não vá fazer bobagem, rapaz."

A sorte, a firmeza e a serenidade foram determinantes para o sucesso do assalto à mansão dos Capovila. Sucesso para os dois lados. Mas do relato que

me fizeram várias vezes, estimulados pelo fascínio do próprio drama, tirei uma razão geral para a atitude respeitosa dos bandidos - com todos e com Berenice em especial. Razão geral é aquela que aplicada a outros casos semelhantes - assaltos, seqüestros, violentações etc. - ajuda a explicar, em profundidade, o que aconteceu, retirando ao específico o seu caráter de específico. Se não houvesse razões gerais o mundo seria incompreensível e para sempre infenso à ação humana.

Ao invadirem o quarto de Berenice, os bandidos viram duas guias de Oxum ao lado da cama. "Ela é protegida", comentaram. Pegaram os cedês de Rodrigo e Leandro, funks, raps, reggaes, pagodes. "A galera é sangue, aí", comentaram, levantando o polegar. Berenice foi a que mais conversou com eles. Manuseavam as armas como brinquedos, enquanto ela lhes contava da sua família, os avós pobres, uma avó pastora da Portela, um tio comunista que a polícia matou na tortura, a mãe, Cleonice, amiga dos sem-terra, o pai, Armando, simples e amoroso com os filhos. Quando foi a vez de Cleonice conversar, seu tema foi único: o amor da família, que tinham rendido. "Também tenho família. Faço isso por ela, a senhora não me leve a mal", pediu desculpa o chefe, segundo Cleonice, quase chorando.

Proximidade com o bandido

A razão geral que salvou os Capovila de serem barbarizados foram as referências comuns entre eles e os bandidos. Religião, música jovem, solidariedade com os pobres, sentimento de família. Mesmo que tenham aparecido como mentira, alegação, retórica, conversa fiada de bandido para acalmar a vítima, foram pontes entre "inimigos".

Frágeis, precárias, ao sabor da sorte, mais um fio sobre o abismo, desses que os equilibristas estendem sobre dois edifícios, mas ainda assim pontes.

**Lembram como termina
Vida e morte severina?
Severino pergunta a seu
José pra que viver essa
vida de merda? Porque
ainda assim é vida,
franzina, severina,
mas vida.
O que temos em comum
com Severino é que, como
seres humanos,
prezamos a vida. E o que
tinham os Capovila com
os assaltantes sem nome
que os aterrorizaram
naquela madrugada?
Religião, música jovem,
solidariedade com os
pobres, família. Quem achar
pouco, se lembre de que
com Severino,
o retirante, só tínhamos
uma ponte: a vida**

Lembram como termina *Vida e morte severina*? Severino pergunta a seu José pra que viver essa vida de merda? Porque ainda assim é vida, franzina, severina, mas vida. Se Severino retirante prezar a vida, por isso viverá. O que temos em comum com Severino é que, como seres humanos, prezamos a vida. E o que tinham os Capovila com

os assaltantes sem nome que os aterrorizaram naquela madrugada? Religião, música jovem, solidariedade com os pobres, família. Quem achar pouco, se lembre de que com Severino, o retirante, só tínhamos uma ponte: a vida.

Exército na rua

Por essa minha hipótese, o que salvou Berenice foram as referências comuns entre os bandidos e as vítimas. Não são quaisquer referências, mas pertencimentos partilhados por cima das desigualdades sociais. São instâncias comunitárias, coletivas, situadas além do individualismo tosco que o capital consagrou em todo o mundo.

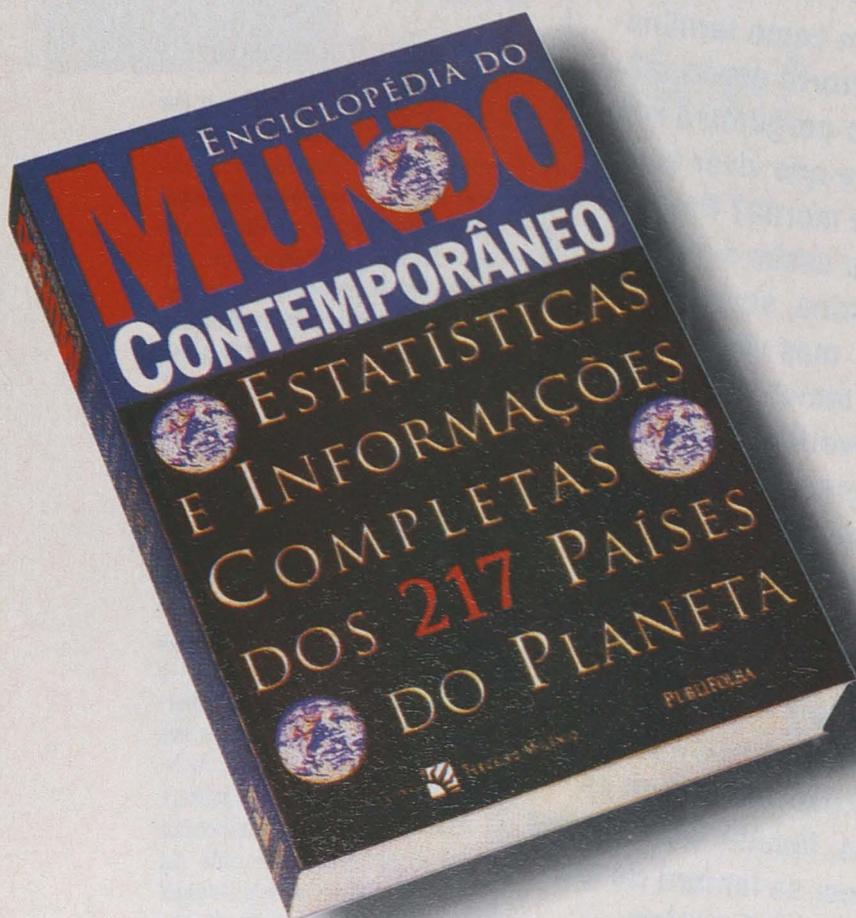
Para finalizar: a família de Berenice não é favorável a botar o exército contra a bandidagem. Isso é proposta da extrema-direita, que volta disfarçada em "caráter de emergência". O exército é instrumento do Estado nacional. (Caso se torne instrumento de uma parte da sociedade contra a outra, ficará consagrado o *apartheid* social em que vamos nos metendo.

Essa fórmula vem ganhando adeptos porque a política está se tornando a cada dia política de segurança. Os objetivos e programas que visam a reforçar o que temos em comum, pobres, ricos e remediados, vão sendo esquecidos em nome da "urgência de combate à violência".

Uma chantagem que só levará a mais e mais polícia, a mais e mais armas, a mais e mais violência, a mais e mais injustiça - uma vez que o poder do Estado põe e repõe, sem cessar, as desigualdades sociais.

A família de Berenice é a favor de salvar os laços em comum que ainda mantêm pobres e ricos. Berenice é protegida de Oxum. ■

A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO



Preço: R\$ 54,00

Pagamento somente com cartão de crédito
Preço sujeito à alteração. Frete não incluído

Tel.: (0xx21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

Chegou a Enciclopédia do Mundo Contemporâneo. Um livro completo e atualizado sobre os 217 países do planeta em pleno fim de milênio. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada país. Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos mundiais como: ecologia, globalização, trabalho, tecnologia, saúde, infância, comunicações, demografia e educação. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

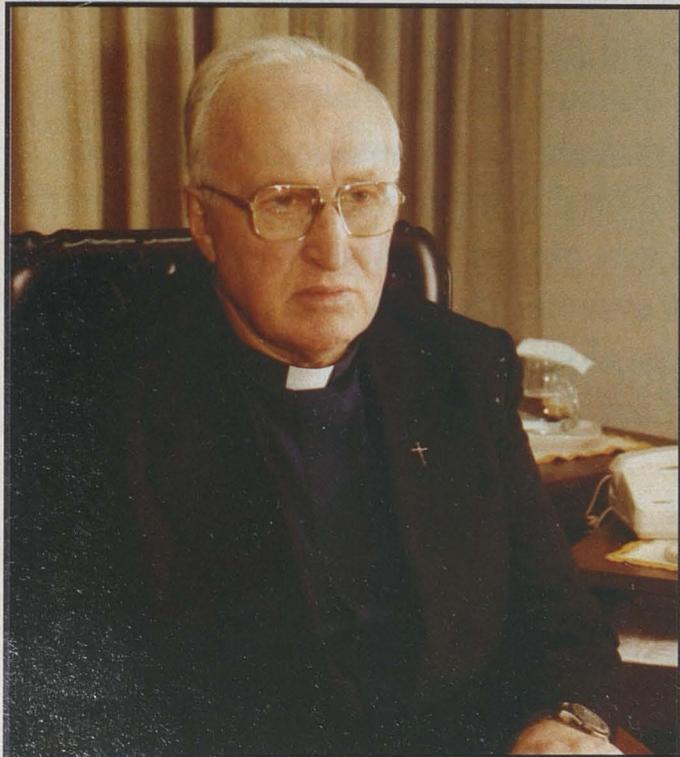
PUBLIFOLHA

Dom Chemello

'A fome *mata* mais que a violência'

O presidente da CNBB fala da batalha da Igreja contra a corrupção, o desemprego e os baixos salários

Fotos: CEDOC



Memélia Moreira

COM A MESMA INTENSIDADE com a qual atuou durante o regime militar que governou o Brasil, a Igreja Católica volta à cena política. Com uma diferença. Entre os anos de 1970, quando assumiu a oposição aos militares, e 1984, quando o então presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, anunciava sua retirada do cenário para que os movimentos populares e a sociedade civil organizada exercessem a cidadania plena, o adversário a ser combatido e denunciado tinha um rosto definido e até uma vestimenta própria. Era fardado. Hoje, o adversário é difuso. Espalha-se pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, usa a elegante linguagem das academias e pode confundir os desavisados.

Nesse meio-tempo, em apenas um momento a Igreja foi às ruas, acompanhando a sociedade que exigia punição para um presidente da República. Foi em 1992, época do pedido de impeachment de Fernando Collor. Além desse período, a ação da Igreja foi discreta e até mesmo seus documentos, que tanto irritavam os militares, mereceram pouco destaque nos últimos anos.

Fé religiosa e justiça social

A luta contra injustiça social no campo religioso não se limita à Igreja Católica. A mobilização contra a violência, pela justiça social e pela ética na vida pública envolve igualmente outros setores como os evangélicos. E não se limitam aos atos religiosos ou às declarações formais. As mobilizações dos católicos e evangélicos são fre-

qüentes e multitudinárias, como ocorreu recentemente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde mais de um milhão de pessoas se reuniram em estádios e nas ruas, mantendo sua natureza religiosa, mas também clamando por justiça. Em alguns estados essas manifestações são ecumênicas, um fato novo e sugestivo, que traduz o sentimento do povo clamando por mudanças fundamentais na situação que o país atravessa.

E agora, quando a insatisfação social adquire contornos de crise, com elementos de violência e até mesmo mudança de comportamento cultural nas manifestações populares, a Igreja é novamente convocada a assumir seu papel histórico de mediadora. As agressões contra o ministro da Saúde, José Serra, atingido duas vezes, em menos de um mês, com ovos e contra o governador de São Paulo, Mário Covas, fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, preocupam a hierarquia da Igreja Católica. Não apenas pelo aspecto da violência mas, principalmente, pelo desespero de uma sociedade que exige, cada vez mais, o pagamento da dívida social, débito cada dia mais crescente, segundo o presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello.

Dom Jaime está neste momento, tentando abrir um canal de negociação entre o governo e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Um diálogo, disse

ele, "difícil", por uma razão simples: o Brasil ainda não fez sua Reforma Agrária. "E ela é uma exigência de todos", disse Dom Jaime, que já foi secretário-geral da entidade e agora, na presidência, retoma a mesma caminhada de seus antecessores que durante o regime militar negociavam com os generais as reivindicações da sociedade. Afável, o presidente da CNBB fez um alerta: estamos chegando a um impasse político pela intransigência de um governo que não dialoga, que não negocia.

E foi depois de uma de suas inúmeras audiências com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que ele recebeu **cadernos** para uma entrevista sobre o momento político brasileiro.

O que está acontecendo com o Brasil?

Jaime Chemello- O que está acontecendo é que cresce a pobreza. Nesses últimos anos, o poder aquisitivo caiu, o

desemprego cresceu, não há saúde pública, não há educação. Estamos vendo, a cada dia, a perda de qualidade de vida, dos valores morais. Há o tráfico de drogas, a prostituição, o desmantelamento da família. É a globalização. São os efeitos da globalização, onde quem manda são as leis do mercado e não as leis da solidariedade. Isso é duro para nós. Muito duro.

O Brasil é um país rico e com possibilidades, mas estamos assistindo ao crescimento da miséria e da violência. É um país onde o povo morre de fome e o rico morre de medo por causa da violência.

O que mata mais, a fome ou a violência?

JC - A fome mata mais. Muito mais. Mas a violência é assustadora. Não há liberdade para se caminhar. Na Itália, por exemplo, há roubos mas, aqui, além de roubar, matam.

CNBB quer combater a corrupção eleitoral

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está distribuindo em todas as paróquias do Brasil um guia didático para orientar eleitores e entidades a combater a corrupção eleitoral, com base na lei 9.840, projeto de iniciativa popular que recolheu mais de um milhão de assinaturas. Este projeto, apresentado pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, teve tramitação em regime de urgência e foi aprovado em agosto de 1999.

A cartilha da Igreja traz o título de *Vamos acabar com a corrupção eleitoral*. Com 77

páginas, ela ensina, passo a passo, como proceder no caso de abusos do poder econômico ou administrativo, informando, inclusive sobre os prazos de tramitação do processo na Justiça Eleitoral, a partir da denúncia.

Além da distribuição da cartilha, a Igreja incentiva os católicos a criar os "Comitês 9840". "Vamos fazer uma limpeza, um mutirão contra a corrupção eleitoral", disse Dom Jaime Chemello, presidente da CNBB ao se referir à campanha nacional da entidade nas eleições municipais deste ano.

Diz a cartilha que caberá aos cidadãos identificar todas as irregularidades que estejam sendo cometidas - em termos de compra de votos e uso da máquina administrativa - e levá-los ao conhecimento da Justiça Eleitoral.

As denúncias, informa o guia, "podem ser feitas por qualquer eleitor que descobrir, isoladamente, que alguma infração está sendo cometida".

Mas, embora possa ser feita de forma isolada, a Igreja alerta que a denúncia "será mais eficaz se for feita em grupo, criando-se, com ou-

tras pessoas igualmente dispostas a participar".

Sobre as provas do crime eleitoral, informa a cartilha que "o sistema de provas é livre e não existe valoração prévia, nem uma hierarquização ou classificação de provas. Todas são úteis".

O principal objetivo da campanha de combate à corrupção eleitoral é afastar os "políticos aproveitadores que exploram as carências populares para conquistar mandatos e exercê-los unicamente em seu próprio proveito". E, além disso, a Igreja quer difundir a frase "voto não tem preço, tem consequências", usada durante a campanha de arrecadação de assinaturas.

E de quem é a responsabilidade por esta situação?

JC - De quem acredita que se pode viver com 151 reais por mês. O governo só se preocupa com o lado econômico. Mas é preciso pensar no social. O Brasil não tem por que morrer de fome. Nós apresentamos uma proposta no encontro dos bispos em Porto Seguro (BA). É uma agenda social. É preciso dar atenção, resolver os problemas sociais.

Então é por isso que a Igreja está voltando à cena política, que tinha abandonado no final dos anos 80?

JC - Acho que a Igreja nunca saiu

teceu em Porto Seguro. E a demarcação das terras indígenas (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 218).

Incrível, eles não fazem a demarcação. Não pagam esta dívida. E a Reforma Agrária? Há 50 anos a Igreja defende a Reforma Agrária. O Papa João Paulo II já se manifestou sobre a necessidade da Reforma Agrária. São temas de uma agenda em débito.

Então, não há nenhuma diferença entre a ditadura e este governo?

JC - Há uma enorme diferença. Naquela época, nós sabíamos com quem tratar. O adversário tinha um ros-

pais que se formam os dirigentes estaduais e o Congresso. Estamos com 27 entidades nesta campanha de combate à corrupção eleitoral. Temos uma cartilha de orientação, de como agir nos casos de corrupção. É uma cartilha didática. E vamos fazer campanhas nas paróquias.

Este é um governo que não dialoga com os movimentos populares, os sindicatos, os sem-terra. Como o senhor explica a intransigência. Começou com os petroleiros, no início do primeiro mandato de Fernando Henrique, e agora é a Igreja quem, novamente, assume o papel de mediadora dos conflitos entre Estado e Nação.

“Como é que se pode viver, quatro, cinco anos, sem um reajuste salarial, quando os preços todos sobem? Não queremos um confronto com o governo, mas queremos o bem comum e nunca o Brasil viveu uma situação tão dramática quanto vive agora. Achávamos que com o fim da ditadura a situação iria se aclarar mas não, nada disso aconteceu. O Brasil não tem por que morrer de fome”



de cena. Nós queríamos uma presença maior do cidadão. Achávamos que a democracia faria isso. Mas prevaleceu o econômico. Veja a situação dos funcionários públicos. Como é que se pode viver, quatro, cinco anos, sem um reajuste salarial, quando os preços todos sobem? Não queremos um confronto com o governo mas queremos o bem comum e nunca o Brasil viveu uma situação tão dramática quanto vive agora. Achávamos que com o fim da ditadura a situação iria se aclarar, mas não, nada disso aconteceu. Esperávamos uma democracia participativa, onde as pessoas pudessem dizer o que querem, com o direito de ir e vir, se manifestar, no entanto veja o que acon-

to. Agora é um mundo. Está em toda parte. Está difuso, em todos os poderes, no Executivo, no Legislativo. Temos que trabalhar muito mais, estudar mais. Quando a Igreja saiu de cena, a sociedade ainda não estava organizada. O resultado é este quadro que nós estamos vendo aí. Os partidos se desmanchando.

Sobre partidos e eleições, a Igreja vai voltar a editar suas cartilhas de orientação política, como fez no passado?

JC - Este ano vai ser muito diferente. Este vai ser o ano da limpeza política. A Igreja vai estar atenta à corrupção eleitoral. Esta é a mais importante das eleições, porque é nas eleições municí-

JC- Os trabalhadores sem-terra são um povo pobre. Eles querem a Reforma Agrária, vital para todos nós. Isso se traduz em um favor à democracia. O Brasil tem terras agricultáveis, pode fazer a Reforma Agrária. O problema nosso são as lideranças. São terríveis. O diálogo é difícil. E a falta do diálogo vai nos levar a um impasse, porque as demandas são cada vez maiores.

Então não há saída?

JC - Não posso negar a esperança. Apesar de tudo eu aposto no Brasil. É um país viável. É o país do milagre porque ainda se consegue viver mesmo com este desemprego. ■

Não à dívida externa

Brasileiros vão dizer, em plebiscito, se o Brasil deve interromper o pagamento da dívida que cresce a cada ano e "engessa" a economia

Silvia Noronha*

EM SETEMBRO DESTA ANO, os brasileiros serão convocados a opinar sobre a continuidade ou não do pagamento da dívida externa que, somente em 1999, custou ao país 67 bilhões de dólares, ou 127 bilhões de reais. Este montante, equivalente a quase sete vezes os gastos com a saúde pública federal, se refere ao pagamento dos juros e às amortizações do principal da dívida. Não obstante a transferência sistemática desses recursos para os credores, o valor total da dívida externa - na linguagem econômica chamado de principal - aumenta a cada ano. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do país, em 1994, ela somava 148 bilhões de dólares. No ano passado, já atingia 239 bilhões, o que em valores convertidos para a moeda nacional de hoje significam 454 bilhões de reais.

Marcada para acontecer entre os dias 2 e 7 de setembro no maior número de cidades possível, a consulta popular vai culminar com o Grito dos Excluídos, na data da Independência.

A campanha "Jubileu 2000 - Por um milênio sem dívidas" surgiu após o Tribunal da Dívida, ocorrido em abril do ano passado, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, que foi um desdobramento do Seminário sobre a Dívida Externa, organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, no ano anterior. A iniciativa conta com o apoio de dezenas de entidades, entre elas a própria CNBB, o Conselho Nacional das Igrejas



Na foto, o deputado José Dirceu (PT-SP) entrega ao presidente da Câmara, Michel Temer, o projeto sobre o plebiscito. Destacam-se, ainda, o deputado Neiva Moreira (PDT-MA), D. Jacy Braidon, bispo-adjunto de Santos, e o deputado Babá (PT-PA)

Cristãs (Conic), o Conselho Regional de Engenharia (Corecon-RJ), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Sem Terra (MST), e Ação para Tributação das Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos (Attac).

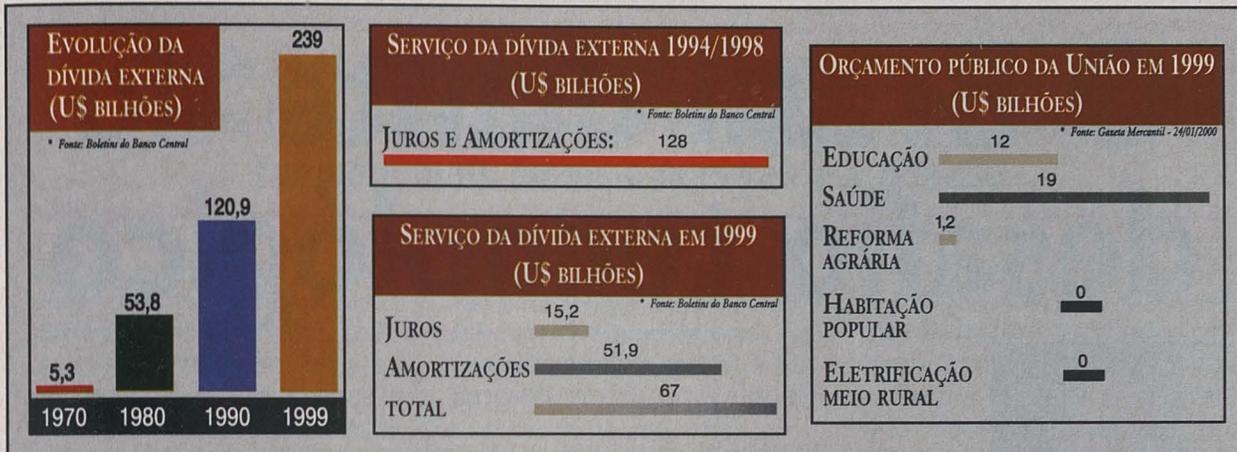
Em 1999, o Tribunal condenou o pagamento da dívida "por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais e sem consulta à sociedade, e por ter favorecido quase que exclusivamente as elites, em detrimento da maioria da população e por ferir a soberania nacional".

O veredito dizia ainda que a dívida externa brasileira "é injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente", além de já ter sido paga. O júri, constituído de personalidades da sociedade civil, propôs então a moratória soberana,

rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a realização do plebiscito e auditoria com a participação de toda a sociedade brasileira. Além disso, o tribunal recomendou ao governo brasileiro o "firme controle do câmbio, que instrumente o governo a frear a especulação e estimular o investimento produtivo".

Oficialização do plebiscito

Em Brasília, o deputado José Dirceu (PT/SP), presidente do Partido dos Trabalhadores, apresentou, no início de junho, projeto de decreto legislativo propondo a realização do plebiscito na mesma data e moldes idênticos da proposta já em andamento pela sociedade



civil. Se acatado pelo Congresso Nacional, o decreto seria a oficialização da consulta popular que, entretanto, acontecerá independentemente dessa decisão.

"O projeto é para colocar o tema em discussão no Congresso, mas o plebiscito vai acontecer de qualquer forma. Esperamos que, a partir de seu resultado, se criem forças para uma consulta oficial que possa culminar com o fim do pagamento da dívida", explica o presidente do Sindicato de Engenharia do Estado do Rio, Sérgio Barbosa de Almeida, integrante da Coordenação Nacional da campanha, como representante da Federação dos Sindicatos de Engenharia.

Nas cédulas, três perguntas serão submetidas aos eleitores:

1 - O governo brasileiro deve romper os acordos internacionais junto ao Fundo Monetário Internacional?

2 - O governo brasileiro deve realizar uma auditoria da dívida externa brasileira?

3 - O governo brasileiro deve manter a atual política de pagamento da dívida externa?

Poderão votar todos os brasileiros com mais de 16 anos de idade. Para conseguir o máximo de eleitores nos grandes centros, cidades médias e interior, os organizadores contam com o suporte das Pastorais da Terra e vão buscar apoio de associações de moradores, governos estaduais e municipais e tam-

bém de candidatos a prefeito, que enfrentam as urnas em outubro.

O peso da dívida

As entidades envolvidas estão convencidas do comprometimento do orçamento público com a dívida externa. "Resolver a dívida é fator determinante para desenvolvermos ou continuarmos estagnados social e economicamente", declara Barbosa de Almeida.

Segundo dados do Banco Central e do Orçamento Federal, enquanto o país pagou 127 bilhões de reais de juros e amortizações da dívida externa, em 1999, foram investidos pelo governo Fernando Henrique em saúde, educação e reforma agrária, juntos, apenas a quarta parte do montante destinado aos credores do país. Estas transferências "engessam" o orçamento público, que deveria, prioritariamente, destinar seus recursos para as áreas sociais.

Os organizadores da Jubileu 2000 afirmam que, somente nos três primeiros meses deste ano, os juros e amortizações consumiram outros 112,5 bilhões de reais, o que quer dizer 70,9% do Orçamento Federal. Neste mesmo período, os investimentos sociais e de infra-estrutura e as despesas administrativas representaram apenas 29%.

"Estes números revelam toda a perversidade da política de ajuste de FHC e do FMI, e esclarece por que o patrimônio

público do país vem sendo vendido predominantemente para conglomerados estrangeiros a preço de banana. Esclarece ainda por que os serviços públicos estão em crescente deterioração e as rebeliões sociais se multiplicam no Brasil", denuncia o abaixo-assinado em apoio ao plebiscito, assinado por Marcos Arruda e Sandra Quintela, da organização não-governamental PACS. O incentivo à entrada de capital estrangeiro, via privatizações e outras formas de investimentos, boa parte deles volátil, são fundamentais para que o país possa arcar com o pagamento dos encargos da dívida.

A campanha Jubileu 2000 também está sendo desenvolvida em vários países endividados da América Latina e África. O nome da campanha se deve ao Ano Jubileu da Igreja Católica, que marca a paz e o perdão, inclusive das dívidas, para esta comunidade religiosa. Nos tempos do Antigo Testamento, o Ano Jubileu era celebrado a cada 50 anos, como uma data de perdão; servia para libertar os escravos israelitas. Atualmente, é comemorado a cada 25 anos.

O coordenador do MST, João Pedro Stédile, garantiu que as entidades que apóiam o plebiscito "vão propor também que o Senado aprove um documento determinando que o governo brasileiro perdoe a dívida dos países mais pobres, como Moçambique, Bolívia, Angola e outros". (*com a colaboração de Memélia Moreira) ■

O Brasil diante do desafio tecnológico



Brigadeiro Sérgio Ferolla¹

A HUMANIDADE VIVENCIA um processo acelerado de transformações em todas as esferas da atividade, que trazem no seu bojo uma diminuição das distâncias, uma aproximação física e interdependência dos homens e de seus grupos sociais e, sobretudo, uma enorme carga de incerteza sobre o futuro. A sociedade de hoje, mais próxima e mais interdependente, vê aguçarem-se os conflitos e sente mais de perto as injustiças e as desigualdades.

Se pela proximidade e interdependência serão mais fáceis a solidariedade e a compreensão, serão também mais fáceis a coerção e a coação.

A realidade palpável de nossos dias é a de um acirramento na disputa pelos bens essenciais à sobrevivência dos povos, dentro de um espectro de convivência que está longe de ser definitivamente organizado. Em que pesem as distorções do momento, não há, porém, como fugir à evidência de que

A realidade internacional dominada pelos interesses globalizantes deve ser superada, no plano nacional, por metas, interesses e ideais definidos pelos próprios brasileiros

variados segmentos da sociedade caminham em busca de uma atuação globalizada e que estamos sendo inseridos nesse processo.

Devemos, porém, buscar as estratégias de inserção definidas por nós, que levem em conta as nossas realidades, nossas carências e vantagens, nossos valores e nossos ideais. Estratégias que, levando em conta nossa heterogeneidade, saibam preservar nossa unidade e reafirmar nossa soberania.

Se uma maior inserção de nossa sociedade na convivência internacional é um imperativo de nossos dias, devemos fazê-lo segundo um modelo que, respeitando as regras das boas relações internacionais, atenda as nossas necessidades e aspirações. Não nos interessam modelos importados, por mais elaborados que se apresentem e qualquer que seja a sua origem, uma vez que não atendam a um princípio fundamental - o interesse nacional. O desenvolvimento de uma nação não se mede tão-somente pelas variáveis comuns das estatísticas econômicas, mas principalmente pela existência de um clima de liberdade e de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e pela capacidade de atendimento às necessidades de alimentação, trabalho, saúde, educação e segurança de seu povo.

Campo, indústria, tecnologia

A busca do crescimento deve-se apoiar, principalmente, no desenvolvimento de tecnologias compatíveis com a realidade do país e dos processos produtivos ao nosso alcance, na expansão do mercado interno e na ocupação do espaço nacional, interiorizando ao máximo possível as atividades agroindustriais, de forma a reduzir as migrações e o conseqüente agravamento da crise social entre as populações urbanas das grandes cidades. Portanto, no quadro atual de incertezas quanto ao futuro e de taxas elevadas de desemprego nos grandes centros urbanos, destaque especial deveria ser dado ao setor de *agribusiness*, que abrange a cadeia produtiva do campo ao consumidor.

Na agricultura, salienta-se o trabalho da Embrapa e várias outras organizações governamentais e privadas, que têm propiciado ao país conquistas consideráveis no campo das biotecnologias e técnicas de campo, permitindo a obtenção de produtos de qualidade e altamente competitivos no difícil mercado internacional das *commodities*.

No campo industrial, pela pujança do país e lutando contra os desvarios das antipolíticas, que se alternam aleatoriamente, ainda nos restam segmentos

Se pela proximidade e interdependência serão mais fáceis a solidariedade e a compreensão, serão também mais fáceis a coerção e a coação

passíveis de otimização e estímulo, a serem considerados em uma eventual e desejada retomada do desenvolvimento.

Assim sendo, dentre muitos outros segmentos estratégicos, o setor científico, tecnológico e industrial impõe-se como um dos pilares dessa nova etapa, pois só através do conhecimento e de soluções compatíveis com a nossa realidade socioeconômica poderemos nos capacitar a dialogar, cooperar e, quando necessário, competir no âmbito do difícil contexto internacional, no qual, pelas políticas econômicas adotadas, cada vez mais se acentua o protecionismo, o distanciamento entre os ricos e os pobres, o desemprego e a recessão.

No Brasil, em particular, pelas políticas adotadas, é destacada a participação de empresas transnacionais no parque industrial nacional. Dessa forma, raramente a inteligência nacional é chamada para a geração de produtos destinados aos grandes mercados, popular e profissional. Essas empresas trabalham sob a direção de suas matrizes no país de origem, utilizando suas filiais, em geral, para a produção de alguns materiais e componentes, seguindo uma estratégia de maximização de lucros e interesses corporativos, de forma a otimizar as transações intra-empresas.

Esse é um aspecto peculiar no atual contexto, observando-se mais uma internacionalização nas transações do que propriamente a tão proclamação globalização. Fora dessa cadeia intra-empresas, persistem os bloqueios e as dificuldades de atuação em certos mercados do hemisfério Norte, para produtos em que existem oportunidades de competir em condições vantajosas. Complementarmente, a sofisticação tecnológica e as preocupações com o meio ambiente têm

surgido como argumento para dificultar o acesso competitivo aos referidos mercados, aumentando os óbices nos programas de exportação dos países ditos emergentes.

Ciclo pernicioso

Assim, a abertura econômica indiscriminada, apregoada como panacéia por influentes segmentos de alguns países industrialmente desenvolvidos, têm propiciado a preponderância de um vetor comercial/exportador com orientação norte-sul. Isso reduz o espaço até então ocupado pelas empresas locais, devido às importações resultantes do processo desigual de competição, bem como a diminuição da produção local de componentes e partes para os produtos ofertados pelas empresas transnacionais, que na internacionalização das suas transações adotam predominantemente os pacotes CKD, em busca da otimização dos lucros e dos processos produtivos.

Julgamos oportuno lembrar as proféticas palavras de Abraham Lincoln, 16º presidente dos Estados Unidos, quando nos anos 1800 afirmou: "Basta abolir as taxas alfandegárias e apoiar o livre comércio, que nossos trabalhadores, em todos os setores da economia, serão degradados a servos e miseráveis."

Sob uma falsa ótica de modernidade, os Estados passam a não mais ter argumentos para proteger as empresas locais, que, para prosseguirem atuando, também se valem das vantagens da importação sobre a produção local, passando a política industrial a ser orientada por interesses alienígenas, nem sempre convergentes com os interesses nacionais. Boa parcela dessas empresas, quando muito, investem na aquisição

das informações tecnológicas ainda disponíveis no exterior, bem como na aquisição de máquinas e equipamentos para os novos processos que lhes são fornecidos, sobrevivendo assim por pequenos ciclos, já que adquirem o *know-how*, mas dificilmente o *know-why*, quase sempre restrito aos laboratórios das grandes organizações.

Uma das conseqüências desse ciclo pernicioso, no qual a maximização dos lucros é o objetivo primordial, é o desestímulo à inteligência nacional, principalmente nos setores da tecnologia e da indústria. Como alternativa possível, nesse complexo ambiente que o mundo nos apresenta, resta-nos priorizar aqueles setores ainda sob controle nacional e buscar investir em segmentos estratégicos, que, de forma direta e/ou indireta, gerarão subsídios para a participação da tecnologia e da empresa brasileira em produtos mais elaborados, além de maximizar os incentivos aos laboratórios dos Institutos de Pesquisa e das Universidades, com vistas ao aumento da produção científica doméstica.

Contrariamente às indústrias que visam ao grande público, nas quais se buscam grandes quantidades a baixos custos, quando um país investe em áreas de interesse estratégico enfoca qualidade e confiabilidade, não tendo significado quantificar as pequenas séries e suas aplicações (aviões, foguetes, satélites, supercomputadores, radares etc.) e cabendo ao Estado, de forma clara ou dissimulada, arcar com o suporte financeiro para tais programas, como ocorre, geralmente, nos países industrialmente desenvolvidos.

Esse modelo foi aplicado na Europa, na década dos 60, quando os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na época ana-

Até a crise do real, dentro do quadro de utopia forjado pelo governo federal para fins eleitoreiros, a indústria automobilística importava em média 70% dos componentes dos automóveis ditos nacionais

lisando a defasagem do seu parque industrial, frente particularmente aos Estados Unidos, concluíram pela necessidade da fixação de objetivos estratégicos de médio e longo prazos, que servissem de estímulo a um desenvolvimento regional auto-sustentado. Hoje, os resultados podem ser avaliados, com a moderna indústria europeia ofertando seus aviões Airbus e seus foguetes Ariane, entre outros produtos sofisticados.

EUA e UE subsidiam a tecnologia

Dessa forma, os componentes e materiais obtidos deixam no parque industrial um resíduo tecnológico totalmente subsidiado, que possibilitará o surgimento de equipamentos profissionais de elevada qualidade e a custos competitivos, atendendo aos reais anseios da sociedade e aumentando o espectro de opções para o mercado externo, com um valor agregado local bastante acentuado. Tal processo prossegue sendo aplicado pelos países industrialmente desenvolvidos, em plena era do propalado modelo neoliberal, e no alvorecer do século XXI. A OCDE publicou relatório sobre ciência, tecnologia e indústria (jornal *Folha de S. Paulo*, de 16 de agosto de 98), mostrando que, para quase todo o período entre 1985 e 1996, portanto praticamente nos últimos 10 anos, reconhecidamente marcado por uma sensível revolução tecnológica, os gastos em pesquisa e desenvolvimento, como porcentagem do PIB, declinaram, em média, em toda a comunidade analisada. Como explicação, sugere o declínio dos gastos públicos, certamente de-

vido à atenuação da Guerra Fria e da conseqüente corrida armamentista, além de uma possível mudança nos processos de inovação tecnológica, que pode estar ocorrendo por fora dos canais habituais, afetando os dados estatísticos disponíveis.

Apesar disso, na OCDE, a média da participação estatal em P&D está em 35%, variando de 25% a 65% e, diferentemente dos demais membros, os Estados Unidos ainda apresentam um gritante predomínio de gastos públicos ligados ao complexo industrial-militar, constando para a área da defesa 53,7% do orçamento em P&D, contra 18,2% na União Europeia e 5,8% do Japão. Os resultados desses investimentos e seus desdobramentos no parque industrial devem ser considerados, em especial, no tocante às pequenas empresas, cujos produtos se destinam aos grandes mercados.

A crise financeira internacional poderá conduzir, a médio prazo, a novas e maiores dificuldades para os mercados de exportação, obrigando a uma maior ênfase no mercado interno, com aspectos benéficos para as pequenas e médias empresas. A flexibilidade dos sistemas produtivos, introduzida pelas novas tecnologias de produção, propiciou a mudança de uma economia de escala de produtos padronizados para uma economia de variedade de produtos personalizados. A economia globalizada, por seu turno, mostra que a diferenciação competitiva vem da inovação e da rapidez com que o produto chega ao mercado.

Como corolário, pode-se deduzir que organizações muito pesadas ou burocratizadas, onde em geral se enquadram as grandes empresas, tendem a perder

mercado para as pequenas e médias empresas. Tal fenômeno, já constatado nos países industrialmente desenvolvidos, como citado em recente trabalho do engenheiro Guido Ferolla, do Inmetro, faz com que cerca de 50% das exportações americanas sejam geradas por empresas com 19 ou menos funcionários. Apenas algo em torno de 7% provêm de empresas com 500 funcionários ou mais.

Esse cenário reforça a validade do modelo para o parque industrial brasileiro, cuja modesta implementação vem sendo tentada desde a década dos 70, gerando tecnologias e produtos industriais, nos setores aeronáutico, espacial, nuclear, naval, do petróleo e combustíveis alternativos, da siderurgia, dos armamentos, das telecomunicações e eletrônica, etc.

Inúmeros exemplos poderiam ser citados, demonstrando a importância dos investimentos em áreas estratégicas, assim correlacionados pelo seu significado em termos de expressão do Poder Nacional e seus reflexos diretos no segmento civil do parque industrial. São tecnologias avançadas, que se tornam disponíveis no setor industrial, dando origem aos produtos eletrônicos sofisticados; novos materiais para soluções de engenharia e na área da medicina; computadores cada vez menores, mais eficientes e de menor custo; controle e proteção do meio ambiente; enfim, um sem-número de aplicações que tornam cada vez mais ativa e confortável a ação do ser humano. ■

‘O brigadeiro Sérgio Ferolla é ministro-presidente do Superior Tribunal Militar e o texto acima fez parte de sua conferência na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro

O exemplo do programa aeroespacial

A PESAR DE PEQUENO, em relação a outros países de PIB semelhante, o programa de pesquisa e desenvolvimento de foguetes de sondagem, conduzido pela Aeronáutica e Espaço, do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), já incorporou grandes benefícios ao patrimônio nacional, retornando com lucro para o Brasil tudo o que foi despendido naquele Centro.

Em 1965, iniciou-se no CTA o desenvolvimento do primeiro foguete de sondagem meteorológica, o Sonda I, criando a necessidade de tubos sem costura de solda em ligas de alumínio de alta resistência, até então não produzidos no Brasil.

Com a participação do CTA, a indústria Termomecânica São Paulo S/A desenvolveu este insumo e começou a produzi-lo a partir de 1968, exportando guias de válvulas de motores com aquela tecnologia.

Os retornos desse desenvolvimento feito pelo

CTA no Sonda I foram, por exemplo o fim da importação de insumo para o parque industrial nacional, possibilitando economia de divisas, na ocasião, já superior ao milhão de dólares mensais.

Mais de 225 foguetes de sondagem Sonda I foram lançados pelo CTA, a partir do Centro de Lançamentos de Barreira do Inferno (CLBI) em Natal e da Base Aeroespacial de Alcântara (MA), em apoio a um programa internacional de meteorologia.

Os foguetes desenvolvidos após o Sonda I foram o Sonda II, em 1966, o Sonda III, em 1969, e o Sonda IV, este de um metro de diâmetro e oito toneladas, a partir de 1974.

Para tornar tudo isso possível, o CTA desenvolveu, junto com a indústria nacional, técnicas e materiais especiais, como ligas de alta resistência, como a 300M, escolhida para o trem de pouso do Jumbo 747.

As pesquisas e os desenvolvimentos no CTA, na área de materiais compostos não-metálicos, visando à obtenção de estruturas de foguetes de fibras e resinas especiais, contribuíram para desenvolver partes de aviões.

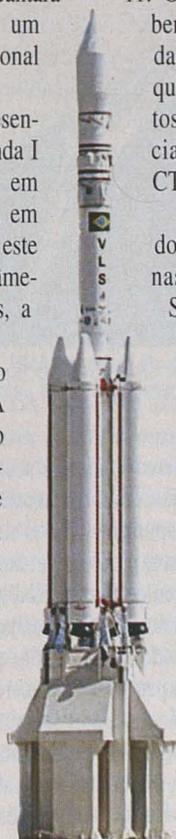
A Embraer é a única fornecedora para a Boeing-Douglas dos flaps, feitos com material composto, das enormes asas do avião MD-11. O elenco completo de benefícios para a sociedade nacional, das pesquisas e desenvolvimentos aeronáuticos e espaciais conduzidos pelo CTA, é imenso.

Aqui, foram citados apenas alguns e apenas do setor espacial. Somente os benefícios financeiros são dezenas de vezes maiores do que tudo o que já foi despendido.

De uma forma resumida, podem-se destacar os seguintes ganhos para o Brasil propiciados pelo trabalho diuturno do CTA, em São José dos Campos: a implantação de parque industrial aeronáutico, que permitiu condi-

ções técnicas para que o país pudesse se lançar na fabricação e na exportação de aeronaves de alta tecnologia, gerando bilhões de dólares e mais de dez mil empregos; a formação, anualmente, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), de uma centena de engenheiros, bem como a formação de especialistas, mestres e doutores, todos altamente qualificados, para o setor aeroespacial e para outros setores do estado de São Paulo e de todo o país; o estímulo para o surgimento de empresas nacionais de menor porte, voltadas para o setor aeroespacial, com a conseqüente criação de grande quantidade de empregos especializados e a melhoria do nível de qualificação da mão-de-obra nacional; a realização no Centro Tecnológico da Aeronáutica de estudos e ensaios em apoio à indústria nacional, aproveitando os laboratórios e a competência existentes naquele Centro.

Desse modo, evitou-se a contratação desses serviços no exterior ou a aquisição pelas empresas nacionais de dispendiosa infraestrutura que, para elas, teria esporádica utilização; o desenvolvimento e o fornecimento de aeronaves, armamentos e equipamentos de elevado conteúdo tecnológico, para o reequipamento da Força Aérea e demais Forças Armadas brasileiras; a significativa contribuição para a balança comercial do país, com a grande exportação de produtos aeroespaciais. ■



O Veículo Lançador de Satélites (VLS) vem sendo aperfeiçoado, apesar do ativo bloqueio dos países ricos contra o domínio dessa tecnologia pelo Brasil

Empresas de saúde

O Congresso quer investigar, os profissionais denunciam, os clientes apresentam queixas - a medicina de grupo está no banco dos réus. Você vive satisfeito com seu plano de saúde? Os médicos estão indignados

Procópio Mineiro

ERA 1968 E O JOVEM DOUTOR e sindicalista alertava para a proximidade do apocalipse na saúde pública brasileira. Asssegurava que o desmonte que se iniciava do sistema então vigente dos institutos de aposentadorias e pensões - os IAPs, que verticalizavam o atendimento a seus respectivos filiados, inclusive possuindo alguns dos melhores hospitais - abriria caminho para a comercialização da saúde. Grandes firmas estrangeiras do setor trariam para o Brasil a experiência de se pagar à parte para se dispor do atendimento médico e que isso colocaria em risco o sistema público e a qualidade do atendimento. Sobre tudo, afetaria negativamente a grande massa incapacitada de pagar uma conta mensal para as emergências da saúde.

Os IAPs viraram história, seus hospitais e suas funções foram unificadas no atual sistema de previdência social - este mesmo, o que está sempre mal das pernas, com um crônico déficit, segundo afirma o governo, embora teimosamente desmentido pela oposição e até pelos próprios fiscais da previdência. Quanto aos planos de saúde, chegaram de fato, incorporaram-se à relação de gastos mensais de grande parte das famílias,



Elêuses Vieira de Paiva, da AMB: médicos questionam métodos usados pelos planos

como item permanente, e as empresas procuram oferecer um aos seus empregados, em parte como marketing interno, em parte por pressão dos sindicatos, que os incluem como item importante nos acordos coletivos de trabalho.

Em suma, nas três décadas que se passaram desde aquele 1968, estabeleceu-se e expandiu-se o mercado da intermediação da saúde. Hoje, são mais de 41 mil empresas de medicina de grupo, das quais 36 mil em plena atividade, segundo o Ministério da Saúde, que a-

ponta irregularidades em alguns milhares delas. A recém-criada Agência Nacional de Saúde (ANS) promete atuar como xerife no farróeste em que parece ter-se transformado esse mercado.

Se os temores daquele jovem médico sindicalista dos anos 60 tornaram-se realidade ou não, a resposta deve ser procurada na análise do papel que conquistaram esses grupos na saúde do país. Tal análise, aliás, começa a ser feita agora, época até oportuna, uma vez que outro segmento importante desse sistema, os laboratórios farmacêuticos, acaba de passar pela peneira de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A CPI dos planos de saúde

Assim, parece ter chegado a vez de iluminar a trilha do segmento que vende atendimento médico a empresas e particulares e compra os serviços de médicos e hospitais. Há suspeitas de que não ande fazendo bem nenhuma das duas operações, apesar dos altos lucros que ostenta. Clientes se queixam; médicos e hospitais também.

Baseado nisso, o deputado federal Henrique Fontana (PT-RS) decidiu propor a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tirar a limpo as denúncias. A proposta de CPI obteve a adesão de 280 outros congressistas.

em questão

Os médicos também aplaudiram a iniciativa e afirmam estar torcendo pela rápida instalação da comissão, segundo foi expres-

so pelo dr. Elêuses Vieira de Paiva,

presidente da Associação Médica Brasileira (AMB):

"A nossa entidade considera urgente uma apuração rigorosa da prática de operadoras de planos e seguro de saúde, que hoje vêm descredenciando médicos e hospitais unilateralmente, sem comunicar aos usuários, restringindo exames de diagnósticos e procedimentos terapêuticos e até fixando prazos mínimos entre consultas, sempre com o argumento de cortar custos."

A iniciativa de propor a CPI foi baseada em inúmeras denúncias de clientes aos órgãos de defesa do consumidor e igualmente nas reclamações recebidas por entidades médicas.

Sete pecados capitais

De acordo com o dr. Elêuses, "é inadmissível que os planos continuem impondo medidas que restrinjam a atuação da classe médica e lesem os usuários."

Para a Associação Paulista de Medicina (APM), os planos de saúde incidem em sete procedimentos viciados contra seus clientes e os profissionais conveniados: os pacotes, a exclusão de procedimentos, o direcionamento, os serviços próprios, o descredenciamento abusivo, a autorização prévia e os tetos

referenciais. São sete pecados nascidos da sede de maximização de lucros.

Pelo mecanismo do pacote, o plano fixa um valor global para o tratamento de determinada doença, incluindo as diversas fases de atendimento (consulta, internação, cirurgia, materiais, honorários). Só se paga aquilo e o médico só pode melhorar seus honorários se for criativo na economia de gastos.

Já a exclusão de procedimentos envolve uma economia forçada pelos pró-



Foto: José Barros de Amarante

Dep. Fontana: CPI contra mercantilização

Cadê o CADE?

No momento, processa-se desencontro também entre os médicos e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, órgão do Ministério da Justiça e destinado a analisar abusos de preços, cartéis, etc. Sua função é fazer o mercado funcionar em harmonia.

"Recentemente, o Cade fulminou a tabela de honorários médicos estabelecida pela Associação Médica Brasileira, com o argumento de que, ao estabelecer valores fixos para determinados procedimentos, a AMB incorria em cartelização da prestação de serviços médicos", lembra o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Jorge Darze. "Ora, também têm tabelas profissionais os advogados e os engenheiros, estabelecidas respectivamente pela OAB e pelos Conselhos de Engenharia, além de outras categorias. Mas o Cade apenas se pronunciou sobre a tabela dos médicos, porque os planos de saúde se sentiram prejudicados. Os médicos ficaram à mercê dos planos. A questão está em fase de recurso e aguarda-se uma decisão final para breve. O Cade jogou a favor das empresas de saúde, em cuja atuação sincronizada, inclusive quanto a tabelas de remuneração, o órgão não vislumbra qualquer ação cartelizada", reclama Jorge Darze.

Se conseguiu convencer o Cade de um suposto conluio dos médicos para impor preços, os grupos de saúde podem ter menos êxito junto à Agência Nacional de Saúde, a quem eles estão solicitando urgente reajuste: pedem autorização para vitaminar seus preços em 12%. Talvez ganhem a metade disso, segundo diziam técnicos do governo, ao encerrarmos esta edição.

Outro recado forte para as empresas de medicina de grupo foi a regulamentação baixada pelo Ministério de Saúde em meados de junho, estabelecendo penas pecuniárias contra procedimentos considerados abusivos, como aqueles sete pecados capitais. As multas variam de 5 mil a 50 mil reais, o que as empresas acham um exagero.

Plano caro, médico barato

Os planos de saúde estabelecem níveis de remuneração para seus médicos credenciados numa faixa extremamente variável. Entre os níveis mais baixos e os mais altos, chega a existir uma diferença superior a 150%. É difícil afastar a hipótese de que os clientes dos planos que pagam menos recebam menos atenção do que aqueles que são atendidos pelos planos que remuneram mais os profissionais credenciados. Afinal, na cada vez mais comercial relação médico-paciente, ainda mais com um plano de saúde atuando como intermediário, é possível imaginar que valha mais quem pague melhor. Não se deve, porém, perder a esperança na resistência do decantado espírito de sacerdote dos profissionais de saúde e na força da ética médica.

PLANOS DE SAÚDE	VALOR DA CONSULTA (EM R\$)
AMIL	23,00
AMICO	10,00
ANA COSTA (SANTOS-SP)	27,00
BAMERINDUS	23,52
BLUE LIFE	21,60
GOLDEN CROSS	24,30

O fato é que os padrões de remuneração estabelecidos pelos planos ficam significativamente abaixo do preço médio de uma consulta particular. Para o médico, porém, estar ligado a um plano representa dispor de uma espécie de vitrine, onde aumentam suas possibilidades de obter clientela mais numerosa.

Por outro lado, ele fica subordinado a imposições do plano, o qual, nesta relação com o profissional, figura como o estratégico fornecedor de clientes. E os planos abusam dessa posição, segundo denunciam os médicos.

Veja, abaixo, a variedade das tabelas de preços impostas pelos planos de saúde para remunerar o trabalho dos médicos filiados. Fica fácil perceber por que, de vez em quando, há protestos generalizados por parte dos credenciados contra os planos. O levantamento é da Associação Paulista de Medicina:

PLANOS DE SAÚDE	VALOR DA CONSULTA (EM R\$)
PORTO SEGURO	25,20
SAÚDE BRADESCO	25,20
SAÚDE UNICOR	15,00
SUL AMÉRICA	24,30
UNIBANCO AIG SAÚDE	25,20
UNIMED	25,00

Alarme no Cremerj

A média é de 200 queixas mensais de pacientes e médicos contra os planos e seguros-saúde no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, segundo a dra. Márcia Araújo, responsável pelo setor. Queixas dos clientes, por descumprimento dos contratos e mau atendimento, e queixas feitas pelos médicos por pressões indevidas e agressões à ética profissional.

"Tal procedimento lança pacientes contra os médicos, como se fosse culpa nossa. Todas as entidades médicas repudiam as práticas que vêm sendo impostas por esses grupos", reclama a dra. Márcia, que aponta, na política de restrição de custos e maximização de lucros das

empresas, ataques à ética médica, aos direitos do consumidor, ao artigo 5º da Constituição e à privacidade dos clientes. "Elas desenvolvem o discurso da qualidade, mas a prática é a do puro lucro", define.

Tudo decorre, segundo Márcia, da progressiva implantação no Brasil do sistema de "Gerenciamento de Custos" característico da medicina de grupo dos Estados Unidos. Aponta a presença cada vez maior de grupos de saúde norte-americanos no Brasil: a Sul-América recebeu como sócia a Aetna; o Seguro-Saúde Bradesco, a Prudential, e a Golden Cross associou-se à Cigna. Pelo Gerenciamento de Custos, o objetivo central é apresentar grandes lucros e extrema eco-

nomia. "Esta filosofia tem sua explicação no fato de que todas as empresas de saúde norte-americanas têm ações em Bolsa de Valores e competem para exibir os melhores índices, que valorizem seus papéis", diz Márcia Araújo. Assim, até a própria função central do médico no sistema de saúde foi minimizado: decisões sobre realização ou não de exames e outros procedimentos passaram a ser responsabilidade de leigos - simples "administradores de custos", que aplicam critérios mercantis às solicitações dos profissionais.

Outros desvios graves estão em curso, como a codificação de doenças para fins de controle de preços e a criação de cadastros de clientes, de modo a reprimir ou excluir do sistema os que forem considerados antieco-



Fotos: CEDOC

Os médicos e hospitais conveniados estão sofrendo crescentes pressões para reduzir os custos dos tratamentos - e até a negar certos procedimentos mais eficientes, porém mais caros -, porque os planos de saúde estabeleceram como prioridade balanços com alta lucratividade. A saúde entendida como ação mercantil vem deixando em segundo plano o interesse do paciente e o compromisso ético do profissional de medicina. Este tipo de comportamento, já consagrado nos Estados Unidos, levou ao aumento de certas doenças graves e mortais - mas de tratamento caro - lá mesmo, no país mais rico do mundo



nômicos, problemáticos ou futuramente indesejáveis e gravosos para a lucratividade dos negócios.

Nos Estados Unidos, as práticas mercantis aplicadas à saúde fizeram aumentar os casos de doenças cardíacas e câncer de útero, e as mulheres tiveram que ir à Justiça para ganhar o direito de escolher seus ginecologistas. A Associação Médica dos Estados Unidos entrou em campanha contra as práticas nocivas impostas pelos planos de saúde.

A dra. Márcia Araújo enfatiza a gravidade do momento para a saúde do brasileiro, destacando que o Banco Mundial e o FMI já impõem, aos países interessados em seus empréstimos, que passem a adotar o Gerenciamento de Custos, de interesse dos planos de saúde.

prios planos: exames e procedimentos mais modernos - mais caros - são simplesmente vetados, pois os médicos só poderão utilizar os constantes de uma tabela pré-fixada, da qual aqueles procedimentos estão excluídos. Os pacientes não terão acesso às técnicas, aparelhagens e remédios mais modernos.

O desvio de conduta do direcionamento refere-se à limitação imposta aos clientes e médicos, para que determinados procedimentos (exames, cirurgias, etc.) só possam ser feitos em locais pré-determinados, onde tudo está arranjado da forma mais econômica possível.

O pecado dos serviços próprios distingue-se por aperfeiçoar o do direcionamento. No caso, o serviço, o hospital, a clínica pertencem à empresa de saúde. Segundo a APM, nesses locais

"os profissionais encontram-se sob forte pressão. Seu emprego depende de quanto ele conseguir economizar".

O descredenciamento é o procedimento que a APM conceitua como uma covardia: aproveitando-se do grande número de médicos nas metrópoles, os planos ameaçam descredenciar os que não sigam rigorosamente suas orientações. "O custo gerado por cada profissional é rigorosamente controlado, e aquele que não cumprir determinadas metas estabelecidas é sumariamente descredenciado", explica a Associação Paulista de Medicina.

A pressão contra os médicos - com conseqüente risco para os pacientes - revela-se ainda na autorização prévia: determinados tratamentos são subliminarmente proibidos, pois o médico é solicitado a fazer longos relatórios para obter licença para os procedimentos. É a fórmula de fazê-lo desconfiar de que aquele ato profissional pretendido "não é bem visto na casa".

O sétimo e último pecado capital envolve os chamados tetos referenciais. Pode ser resumido na frase "nunca ultrapasse a média fixada". Cada especialidade tem sua média mensal, que resulta dos gastos totais divididos pelo número de pacientes. No confronto da média da especialidade com a média individual de cada médico, pode resultar um desencontro que será sanado com o pagamento do excesso pelo profissional, através de descontos em seus honorários.

Pelo que se vê, a cada mecanismo de economia/lucratividade das empresas de saúde corresponde um risco para o cliente, cujo atendimento pode vir a ser deficiente ou aquém das possibilidades disponíveis, simplesmente porque a ordem é atender da forma mais barata possível, segundo os critérios impostos pelos planos.

A crise parece instalada no setor do atendimento médico empresarial, enquanto se aguarda que a Comissão Parlamentar de Inquérito se confirme e lance luz sobre a questão. ■

Zeca Baleiro

Novo xodó da MPB

Atravessando uma ótima fase, com dois discos atingindo a marca das 100 mil cópias - merecedoras do disco de ouro -, Zeca Baleiro amadurece alguns projetos, entre eles o resgate de importantes músicos radicados no Maranhão

Aos 34 anos, casado com a jornalista Mara Fernandes, pai de Vitória (2 anos) e Manuel (um mês), de passagem pelo Rio, em estúdio gravando seu terceiro CD, um trabalho mais acústico e intimista, José Ribamar Coelho dos Santos, mais conhecido no meio musical como Zeca Baleiro, o poeta de Arari, falou com cadernos do terceiro mundo sobre seu início de carreira, maiores sucessos e seus principais projetos

Márcio Paschoal

COMPARADO A CAETANO VELOSO pela força poética de suas músicas, confundido algumas vezes com Ednardo ou Zé Raulino e também lembrado como um novo Raul Seixas, o cantor e compositor maranhense Zeca Baleiro (apelido dos tempos de faculdade porque adorava doces e balas) vem surpreendendo pela qualidade de seu trabalho e pela quantidade de admiradores pelo país. Justiça lhe seja feita, mais admiradoras que admiradores.

Com a corda toda, Zeca está com a agenda lotada: shows em Tocantins, Goiânia, Manaus e São Luís, uma excursão à Europa (Portugal e Espanha) e múltiplos compromissos. No Rio de Janeiro, ele grava o terceiro disco de sua carreira, um trabalho que trará surpresas agradáveis: "Estou fazendo esse disco com o maior carinho. Para mim ele é, em certo sentido, uma retomada."

Mesmo considerando felizes os dois discos anteriores, o compositor acredita que eles foram, de certo modo, esquizo-

frênicos e causaram sofrimento para serem realizados: "Foi tiro pra todo lado, aquela coisa do cara que quer mostrar que está chegando, que é capaz de fazer tudo, um autêntico bombardeio." O fato é que as músicas dos dois primeiros trabalhos foram esteticamente contundentes. Não havia uma unidade. A unidade era a diversidade que acabava tendo uma coerência interna. Talvez resida nesta homogeneidade inesperada pela variedade de ritmos e estilos o grande segredo do sucesso e da repercussão do seu trabalho. Afinal, não é sempre que se escutam letras que falam de estrelas desenhadas com canetas Bic em papéis que embrulham pães, pessoas andando tão à flor da pele que choram durante novelas, ou ainda trazendo lenha para acender o fogo de todo mundo.

Zeca pensa em mostrar no seu novo disco, que tem o nome provisório de *Canções de amor, escárnio e maldizer*, um outro lado mais terno e lírico, diferente do espírito irônico e ferino que se tornou sua marca e característica maior, vide as célebres *Heavy metal do Senhor* e *Samba do approach*, destaques de

seus trabalhos anteriores: "É um disco solar, atmosfera meio medieval, reflexivo, mais calmo." Mas é bom que não se confunda esse lado calmo com uma nova tendência possivelmente romântica do cantor. "Estou mais lírico. Tenho medo desse rótulo de romântico. É perigoso..." E não se venha dizer que o novo disco está com mais maturidade. O poeta rebate: "Não. Maduro, não. Me recuso a amadurecer e crescer, sou uma espécie de Peter Pan convicto..."

A verdade é que a mudança na música de Zeca tem uma explicação mais técnica. Seus trabalhos anteriores usaram e abusaram de recursos tecnológicos. Os shows deram seqüência a isso. Mais de 110 apresentações em 1 ano e meio, e ainda alguns shows marcados, viagens para Europa, e uma excursão para o Norte. Resumindo, uma média de 3 a 4 apresentações por semana. Para quem não faz axé music e pagode, e não está no topo da mídia, é uma média excelente. Os shows do disco *Vô imbolá*, seu último CD, foram elétricos, voltados para fora, energia e adrenalina puras. Um trabalho mais para o rock'n'roll. O artista pensa agora em dar uma parada: "Acho que é uma coisa meio cíclica. Quero realizar um disco calmo, um trabalho de palco só com dois violões. Sempre tive um fascínio muito grande pela canção assim

em estado bruto, Bob Dylan, Zé Ramalho, Cat Stevens, essa coisa meio folk, meio blues. Tenho essa alma."

No intervalo das gravações, Zeca deu algumas dicas sobre o novo disco que vai contar mais uma vez com a arte dos violões de Tuco Marcondes. O trabalho será todo permeado por uma espécie de alma lírica e poética, e a linha melódica, será trovadora, muitos violões, cordas, piano e baixo acústicos. Uma sonoridade mais fecha-

da, com letras bem discursivas, com uma força poética mais presente: "Há uma tradução livre sobre poemas de Augusto de Campos que eu musiquei, chamada *Em algum lugar que eu nunca estive*, que ficou maravilhosa". O compositor falou sobre suas raízes no Maranhão, suas principais referências musicais, "João do Vale e Chico Maranhão", e defendeu os artistas, seus conterrâneos e contemporâneos, que não conseguem atingir a mídia e o mercado fonográfico além das fronteiras domésticas: "Querida fazer um trabalho com os novos talentos que estão surgindo no Maranhão. Emprestar, se possível, algum prestígio para tentar abrir caminho da indústria do disco para essa turma. Quando eu comecei, senti muito a falta de referências locais, desse tipo de estímulo."

Com a sua natural ascensão no cenário

nacional, ele vê com naturalidade seu nome ligado à música do Maranhão. Só não gostaria que essa associação acabasse, de certa maneira, limitando o raio de alcance do seu trabalho: "É curiosa a relação que eu tenho com a música maranhense. No primeiro momento que comecei a fazer música, meu discurso era completamente diferente. Achava a música de lá muito provinciana, conservadora, tradicionalista. Tinha uma necessidade de confrontar com tudo, bater de frente. Por muito tempo fugi de tudo que me trouxesse para uma compreensão regional da arte, um modo fechado de ver as coisas."

Hoje, Zeca aceita mais essa regionalidade em sua música e lida melhor com isso: "Eu me apaziguei quando me afastei de lá. Na verdade, sempre tive como ídolo João do Vale, sempre admirei a música de Chico Maranhão, teve a Alcione que eu acompanhei no início da carreira com interesse, porque eram referências que falavam direto ao coração."

Tido, agora, como uma espécie de modelo musical para esse pessoal novo que vem chegando, Zeca se sente envidado e feliz porque teve um momento que achou que isso seria impossível pela sua própria natureza rebelde. Para ilustrar esse processo custoso e sofrido, ele lembra de um episódio ocorrido em 90, num show da Universidade Federal de São Luís, quando quebrou o violão no meio de uma apresentação: "Foi um gesto de protesto, uma explosão. Estava chateado. Na realidade, o que aconteceu foi que havia um grupo de folclore que se apresentaria depois de mim, e o pessoal ficou revoltado porque meu show tinha muito rock, era um show para provocar. E terminou provocando demais, a ponto de o pessoal querer subir no palco e interromper meu show. Então, fiz um discurso inflamado e isso acabou virando um fato folclórico na

Zeca reconhece que suas músicas são influenciadas por compositores maranhenses como João do Vale e Chico Maranhão



Foto: Divulgação

época. Saiu nos jornais, dia seguinte: 'Zeca imita Sérgio Ricardo'. Acabei saindo de lá meio ressentido."

Mas as mágoas se dissiparam quando o cantor se afastou da terra natal. Criou-se uma saudade, um enternecimento com a cultura popular que era muito forte: "Com a cultura popular eu sempre me identificava, com as pessoas que faziam a política da cultura popular é que eu fechava posição." Ter se afastado foi fundamental. Só foi possível gravar *Boi de haxixe*, inspirado em uma das músicas mais tradicionais do bumba-meu-boi, por causa desse distanciamento. Hoje já consegue se relacionar bem com a turma moderna do hip hop e com os artistas realmente populares, do bumba-meu-boi, do tambor-de-crioula, sem nenhuma barreira, e o que é melhor, todos respeitando seu trabalho.

Musicalmente, Zeca destaca, hoje em São Luís, contemporâneos seus que nunca conseguiram aparecer de verdade: "Meu caso pode ser considerado uma exceção. Sorte, destino..." Talento também conta. E no caso de Zeca, certamente, sobrou. O compositor ressalta alguns nomes: "Rita Ribeiro, que o povo já conhece mais, principalmente em São Paulo; tem o Nosly, que começou comigo, está radicado agora no Rio, e lançou seu primeiro disco. Tem uma turma que nunca saiu de lá, como o Josias Sobrinho, gravado pela Rita no seu primeiro CD; tem o César Teixeira, enfim, compositores fantásticos, poetas de primeira."

Uma das predileções musicais do compositor é um sambista octogenário, que tem uma vasta obra a ser resgatada, o velho maranhense de guerra, Antônio Vieira: "Esse é especial, não está mais na ativa, mas sua obra precisaria ser mais conhecida. Tenho idéia de resgatar seu trabalho calcado no samba do Maranhão, dando início a um projeto de trazer outros caras lá da velha guarda de São Luís. Isso é muito importante. Seu Antônio Vieira, por exemplo, é um símbolo, assim como um mestre e mereceria ter sua obra gravada e mostrada para

um público maior." Zeca pretende levar para o Maranhão a Elza Soares, que gostou muito do trabalho dos sambistas de lá: "Poucos sabem que o Maranhão tem uma tradição de samba muito grande, diferente do samba do Rio. Uma música que lembra o lirismo de um Cartola, Nelson Cavaquinho..."

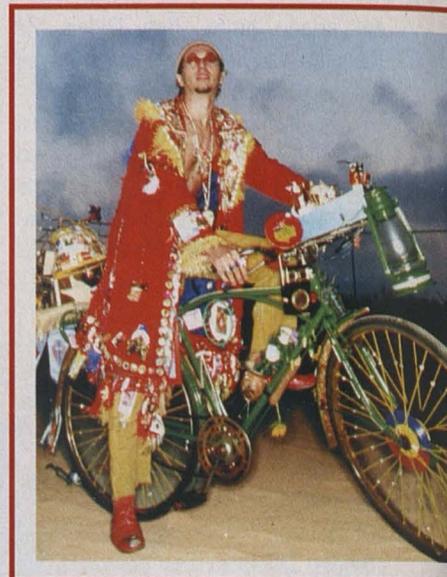
O sambista Antônio Vieira, apesar de ser conhecido em sua terra, infelizmente não tem nenhum disco só com suas canções. Apenas discos especiais feitos com o parceiro dele, Lopes Ogea, com os pregões de São Luís, como os famosos do garrafeira e do verdureiro. O sonho de Zeca é fazer um disco só com músicas do velho sambista. Vou tentar um patrocínio de empresas privadas do Maranhão, com possibilidade de parcerias com o governo ou a Secretaria de Cultura."

Ultrapassar as próprias fronteiras

No Maranhão, atualmente, há artistas fazendo música pop com feição própria, trabalhando e pesquisando as raízes. Zeca aproveita para destacar alguns deles: "Tem um cara chamado Erasmo Dibel, que compôs o ótimo *Filhos da precisão* que Rita também gravou; tem umas bandas de reggae; um grupo de hip hop muito legal; o Clã Nordestina, que faz uma certa fusão com ritmos locais."

A rigor, não existe ainda no Maranhão uma configuração de mercado que aproveite esse segmento. Os músicos acabam vivendo de shows pelo interior, com uma indústria fonográfica local, e que ainda não conseguiu ultrapassar suas próprias fronteiras.

Recentemente, ele produziu e lançou uma nova cantora, a Ceumar, no disco *Dindinha*. O novo produtor fala dessa experiência: "Conheci Ceumar num show, o primeiro que ela fazia em São Paulo. Ela cantava um clássico da Cesária Évora, *Sodade, meu bem, sodade*. Me impressionou, mas a música



já era muito conhecida, batida. Eu achava que ela devia ter uma coisa mais própria. Aí, inspirado nesse tipo de canção cabo-verdiana, eu fiz *Dindinha*. Produzi o disco dela, querendo formar o repertório, firmar uma personalidade para ela. Acho que o resultado ficou muito bom e vem recebendo elogios. A Ceumar é uma cantora personalíssima."

No auge de sua carreira, Zeca tem certeza de que a estrada é longa e que há ainda muito a percorrer: "Já me compararam a Raul Seixas, eu achei curioso. A Zé Ramalho também. Muito por causa da música nordestina e pelo timbre da voz. Outra vez disseram que eu era cópia do Sérgio Sampaio, acho que pela magreza e certa melancolia. Já me acharam parecido com o Ednardo. Fico contente porque são pessoas que eu adoro. Embora, pessoalmente, não me mire em nenhum artista em especial. Tudo é uma questão de influência. São elementos que a gente incorpora e às vezes absorve até inconscientemente."

Outro dia, teve uma mulher que gritou no show do Rival, no Rio de Janeiro, que Zeca era o Caetano do ano 2000, com ovação (no bom sentido) geral. O músico despista: "Caetano é genial, e acho demais me compararem

"Poucos sabem que o Maranhão tem uma tradição de samba muito grande, diferente do samba do Rio. Uma música que lembra o lirismo de um Cartola, Nelson Cavaquinho..."

a ele que tem uma obra consagrada. Quando comecei com o Chico César, não dava para evitar as comparações com Gil e Caetano. É exagero, só para gerar notícia. Eu acato, mas tenho as minhas restrições. Ainda resta muita estrada para mostrar serviço, provar ter envergadura. E não é falsa humildade, não. É pura realidade."

Flertando com o êxito comercial e experimentando vendagens que beiram as cem mil cópias, Zeca Baleiro comenta a estranha lógica do mercado e fala um pouco sobre seus discos (o de estréia, *Por onde andar* Stephen Fry, já vendeu 93 mil. O seguinte, o *Vô imbolá* passou das 80 mil): "Meus dois primeiros trabalhos estão perto do disco de ouro. O detalhe é que quando lancei o segundo, o primeiro estava com 70 mil. A partir do lançamento do *Vô imbolá*, a venda do primeiro recomeçou. Isso me deixa animado, pois significa que meus discos não são de momento, da moda, recicláveis. As pessoas vão conhecendo aos poucos meu trabalho. Isso é bom."

Zeca não está com pressa: "Ninguém está vendendo tanto assim, levando-se em conta a situação recessiva de mercado, a eterna crise econômica..." E

no segmento que Baleiro se encaixa, o chamado "adulto contemporâneo", tipo de música que toca nas rádios mais de elite, a vendagem de 100 mil é significativa. Além do outro aspecto que é o de correr por fora.

Zeca não está na mídia forte, não frequenta jornal todo dia, não toca maciçamente nas rádios, não aparece toda hora na tevê. Sua propaganda é mais no boca-a-boca. "É meio como uma teia subterrânea que vai se criando. Isso anima a gente e também envaidece demais. É sinal de que está dando certo."

Não é muito comum vê-lo em programas de tevê com grande audiência. Zeca nunca fez Faustão, nunca foi na Xuxa, Raul Gil, e outros mais populares: "Nunca fui convidado. Estive na Hebe para divulgar meu disco. Não sou muito convidado porque ainda não sou um grande sucesso popular. Só quem vende mais de 100 mil cópias é que vai a esses programas. Mas isso não me causa ansiedade."

Tem muito artista na mesma situação. Na verdade, trata-se mesmo de uma característica mercadológica. Zeca conclui: "Penso que é uma dinâmica do mercado. Vendeu, tá lá. O Chico César foi em todos os programas divulgar seu último disco. Chico vendeu 250 mil cópias. Os convites para televisão estão naturalmente associados às vendas."

Baleiro não quer ser rotulado de fazer músicas só para a elite. Pelo contrário, adora quando uma pessoa do povo vai nos seus shows: "Acho isso estimulante. Às vezes eu vejo meninas que podiam estar no show de um grupo de pagode, ali, cantando comigo. Uma vez, num show em Fortaleza, um grupo fazia todas as coreografias para as músicas. Pareciam contratadas."

Zeca se sente feliz sabendo que pode chegar às pessoas das mais diversas camadas sociais. "A música tem um alcance popular enorme. Você pode chegar às pessoas mais preparadas, nos circuitos universitários e também nos subúrbios. Outro dia, tinha uma senho-

ra de uns 70 anos, negra, cabelos brancos, assistindo ao meu show, na hora da novela, cantando *Lenha*. Isso comove, realmente."

Descoberto pelas cantoras, Zeca começa a ver seu trabalho gravado e mais difundido pelas musas da MPB. Gal Costa, com *Flor da pele*, Elba Ramalho com uma parceria sua com Chico César e Itamar Assumpção, e Simone com *Lenha* no seu mais recente disco. O autor comenta: "Confesso que Simone me surpreendeu. Seus dois primeiros discos considero obras-primas. Me gravar pode ser uma tentativa de retomada dessa fase. Mostra estar antenada com a produção contemporânea."

Na esteira desse seu sucesso, o músico traça alguns planos futuros, como a produção de um disco póstumo com músicas inéditas do compositor Sérgio Sampaio: "A ex-mulher do Sérgio me passou algumas fitas com canções inéditas que ele deixou. Fiquei surpreso e, ao mesmo tempo, honrado de ter sido escolhido para trabalhar esse disco."

Outro trabalho com grandes chances de acontecer é o da gravação de um disco com poemas da escritora Hilda Hilst, musicados por ele, e que falam de amor sob a ótica feminina. "Conheci Hilda quando do lançamento do meu primeiro disco. Ela me mandou um disquete com a sua obra poética. Musiquei dez poemas de um capítulo que se chama *Ode descontínua para flauta e oboé, poemas de amor de Ariana para Dionísio*. Todos os poemas na pessoa feminina, e as melodias com uma atmosfera meio medieval. Pretendemos convidar dez cantoras, de diferentes estilos, com arranjos de piano, voz e coral. Penso na Nana Caymmi, Gal Costa, Simone, Maria Bethânia... vamos ver..."

Enfim, novidades e planos não estão a faltar na vida desse maranhense que vem confirmando seu nome entre o seletivo grupo dos novos talentos da nossa música. ■

Álvaro Queiroz

Crescimento e poupança

Crise no Sudeste Asiático, crise na Rússia, crise na Argentina, lentidão do crescimento nos países da União Européia, expectativa de uma freada na economia norte-americana. Há sempre um componente externo esgrimido como justificativa para a crise crônica da economia brasileira. A rigor, o governo é o grande responsável pela crise e pelo seu inevitável agravamento. Afinal, o ambiente macroeconômico dominante desde 1995, com a desregulamentação, as privatizações, a abertura indiscriminada e descuidada, a exclusão sistemática do capital nacional dos processos produtivos e a nova institucionalidade que aos poucos o presidente da República impõe à nação não poderia ter produzido resultados diferentes.

Na fuga para a frente, recomendada pelo FMI e pelo Banco Mundial, ou o aprofundamento do modelo, o Executivo recorre ao otimismo irresponsável. Nos mais recentes quatro meses, têm sido freqüentes os esforços governamentais e da mídia para oferecerem ao povo a miragem da retomada do crescimento, no entanto acompanhados da dúvida quanto à sustentabilidade da "façanha".

A economia brasileira está, efetivamente, voltando a crescer? A resposta mais honesta é não. Uma economia só retoma o crescimento quando a produção e o consumo se igualam aos níveis mais significativos registrados antes de uma crise e a partir daí se fazem novos investimentos produtivos. Uma nova fase de crescimento passa, antes, por uma recuperação cíclica, caracterizada pelo aproveitamento da capacidade ociosa, que propicia o aumento da produção (sem a necessidade de novos investimentos) e do consumo, graças à reabsorção da mão-de-obra desempregada ao longo da crise.

A economia brasileira, hoje, passa por discreta recuperação cíclica, que pode ser interrompida, tal a sua fragilidade. Uma recuperação cíclica em soluços, ao sabor do maior ou menor dinamismo das exportações, do vaivém da reabsorção de desempregados e da utilização de outros fatores de produção ociosos.

Desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder em 1995, a economia brasileira deixou de ter um padrão de financiamento do crescimento, antes baseado na poupança interna (poupança privada mais a poupança estatal) mais poupança externa cor-



respondente a uma média anual de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Conforme já destacamos em edições anteriores, o governo neoliberal do presidente FHC passou a apostar no capital estrangeiro como único fator de crescimento e de desenvolvimento, aliás, dois termos que o próprio presidente e seus ministros passaram a abominar até à sua abolição do dicionário oficial.

A aposta se frustrou, porque os recursos externos vieram, sim, mas para aplicações em bolsa e em títulos do governo - aqueles capitais voláteis de triste memória, que bateram em retirada com o agravamento da crise cambial gestada no ventre da abertura e da supervalorização do real, da falsa estabilidade da nova moeda. Ao mesmo tempo, entraram recursos externos para outras finalidades, como a compra de empresas estatais e de empresas privadas de capital brasileiro. O governo coloca esses "investimentos" sob a rubrica de investimentos diretos, embora não tenham acres-

Confisco de cérebros

De meados da década de 80 aos dias atuais, os países subdesenvolvidos passaram a ser vítimas de perversa expropriação também de cérebros pelos países industrializados, com a ajuda dos *technopols* que, desde a segunda metade dos anos 80, vêm executando com rara eficiência as políticas inspiradas no modelo neoliberal radical.

É oportuno recordar que as expropriações das empresas estatais obedecem a um plano da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, concebido

por volta de 1982 com o auxílio do Sr. Fritz Leutwiller, então ligado ao Banco Internacional de Pagamentos. A tese da Sra. Thatcher recomendava que "a dívida dos países subdesenvolvidos mais importantes (os mais bem dotados de recursos naturais) só poderia ser paga com a entrega de tais recursos e de suas empresas estatais mais fortes". Um balanço das privatizações na América do Sul, por exemplo, mostra que a tese da ex-primeira-ministra tem sido amplamente vitoriosa. Os bancos estaduais e federais deve-



Margaret Thatcher



Tony Blair

riam ser internacionalizados, bem como as grandes instituições financeiras privadas. Plano ainda em franca execução. Na Argentina, 64% das instituições do seu sistema financeiro já pertencem a poderosos grupos internacionais.

No Brasil, essa fatia estará a caminho dos 40, se o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) vier a ser internacionalizado. A nova institucionalidade, que retira direitos do trabalhador, reestrutura o Poder Judiciário para colocá-lo

Investimento

Na Era JK e sob Delfim Netto, os investimentos beiravam 30% do PIB. Sob Malan, só se pagam dívidas, aliás, crescentes



aliás, não compensada, porque o governo cuidou de comprometer o produto da venda de estatais com o serviço das dívidas interna e externa, que, no entanto, continuaram crescendo desordenadamente.

Com parte significativa da poupança doméstica aprisionada pelas duas dívidas, os investimentos produtivos caíram para 14% do PIB em meados dos anos 90. Daí os inexpressivos percentuais médios de crescimento no período. Foram quase nulos, nisso tudo, os recursos da poupança externa voltados para o aumento da capacidade produtiva do país. Entre 1996 e 1999, entrou no Brasil um total de quase 80 bilhões de dólares, que o governo, para dar a impressão de que as empresas estran-

centado um centavo sequer à riqueza nacional. Pelo contrário, significaram a transferência de riqueza já criada para mãos estrangeiras. Na realidade, perdemos poupança real - perda,

geiras estavam investindo produtivamente, passou a contabilizar como investimentos diretos, ou de risco. Rigorosamente, 68% foram destinados ao pagamento de estatais; 15% para a compra de empresas privadas de capital brasileiro e 10% para aplicações em bolsa e em títulos do governo. Apenas 7% desse montante, distribuídos em quatro anos, corresponderam a investimentos diretos, mas em empresas estrangeiras já existentes.

Somados os investimentos do setor privado, de 17% do PIB, aos 10% do Estado e à média de 2% a 3% de poupança externa, os investimentos totais na economia brasileira em relação ao PIB, no auge da era JK e dos anos 70, chegaram perto dos 30% ao ano.

Hoje, o Estado brasileiro despoupa, por conta de uma dívida pública imensa e da desnacionalização da economia. Com uma dívida externa, cujos serviços (juros mais amortizações) consomem cerca de 60 bilhões de dólares/ano e uma dívida interna, que este ano vai fazer fluir para os bancos cerca de 110 bilhões de reais, vê-se como anda o esforço de poupança do país. E como o setor privado é esmagado pelo modelo neoliberal radical, em nome da falsa estabilidade do real, aí se completam as razões da estagnação econômica do Brasil. Diante desse quadro, falar em possibilidade de retomada do crescimento é pura heresia. ■

a serviço do grande capital financeiro mundial e a reforma política (reformas chamadas de segunda geração) ainda encontram fortes resistências no Brasil. Agora, com maior nitidez, a expropriação de cérebros. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) fez a denúncia e representantes da Comissão Econômica da ONU para a África reuniram-se recentemente na Etiópia para apreciar a questão. São engenheiros, economistas, professores, médicos, notadamente, e outros profissionais de nível superior que as grandes potências econômicas atraem com a oferta de salários elevados,

quando comparados aos que são pagos nos seus países de origem, nos quais as políticas econômicas inspiram o arrocho salarial. Trata-se de mão-de-obra cuja formação absorve investimentos caros nos países pobres e saem a custo zero para as nações que procuram atraí-la. A manobra já recebeu a denominação de "pilhagem das elites". Um exemplo ilustra a gravidade dessa pilhagem.

Na segunda metade da década de 90, uma enfermeira filipina ganhava em Manilla 140 dólares por mês. Até o final da década, 3.000 enfermeiras se mudaram para os Estados Unidos, atraídas pelo sa-

lário de 3 mil dólares. O caso se repete na Ásia e na América do Sul. Sem estatais, sem empresas privadas sólidas tecnologicamente para absorverem mão-de-obra especializada e com a destruição sistemática dos centros de pesquisa e desenvolvimento e, ainda, diante dos baixíssimos salários que são oferecidos nos mercados de trabalho dos países subdesenvolvidos, por imposição do FMI e do Banco Mundial, o que será desses povos no final já da primeira década do século XXI?

Eis um problema que convida as elites empresariais do Brasil a uma séria reflexão. ■

PARA CONFERIR... DEPOIS

✓ Industriais constataram o desaquecimento do setor em abril e prevêem um segundo semestre menos promissor. Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Papel e Celulose (Bracelpa), Boris Tabakof, "o crescimento está perdendo fôlego, porque o consumo interno ainda não reagiu. Os juros, por sua vez, não estimulam nem o consumo, nem os investimentos".

MUDANÇA, NA APARÊNCIA

✓ O governo anunciou novo modelo de privatização de empresas estatais, que será posto em prática na anunciada e adiada venda de Furnas Centrais Elétricas. Diante das críticas que se generalizaram dentro do próprio PSDB contra o modelo vigente de privatizações - críticas não às privatizações em si -, o presidente FHC propôs a pulverização das ações, a fim de evitar que um grupo concentre a maior parte do capital. Nada impede, entretanto, que poderosos investidores forcem acionistas minoritários a transferir-lhes ações por preços muito inferiores aos do primeiro leilão. Muda o modelo de privatizações - o que não sofre qualquer alteração é o propósito de continuar transferindo para mãos estrangeiras o patrimônio nacional.

O DESASTRE DAS PRIVATIZAÇÕES

✓ Propriedade de chilenos e de espanhóis, a Companhia Energética do Ceará (Coelce) responde a processo movido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em face das 330 mil reclamações que a agência recebeu contra a empresa, em 1999. O diretor da Aneel, Luciano Pacheco Santos, constatou que "a qualidade dos serviços prestados pela Coelce é pior do que na época em que a empresa era estatal".

PREVISÕES NÃO SE CONFIRMAM

✓ O saldo da conta de mercadorias no Brasil em 2000, de 5 bilhões de dólares, previsto pelo governo, caiu para 3 bilhões nos prognósticos de executivos de instituições financeiras e exportadores. Até abril último, o saldo estava abaixo de 400 milhões de dólares e deverá ficar abaixo de 2 bilhões, no ano.

A 'esfinge' era uma 'bolha' (final)

ONo final de 1999, intensificou-se o receio de que um grande estouro da "bolha" inflada pela "nova economia" viesse a lançar os Estados Unidos numa grave crise que acabaria por comprometer seriamente o resto do mundo. Especialistas mais próximos da realidade sublinhavam, então, que o aumento do consumo aquece a economia, enquanto os ganhos em bolsas contribuem para a elevação do nível de atividade econômica, uma vez que boa parte deles é reaplicada em ações e, assim, as empresas se beneficiam de maior volume de recursos para investimentos a custos bem menores. Correto.

No entanto, contrapunham os mesmos economistas norte-americanos, este círculo guarda fortes semelhanças com uma "bolha", desde que dissociado do mundo econômico real. O diretor-executivo do Financial Market Center, Tom Schlesinger, por exemplo, conhecido especialista em decisões da Reserva Federal (FED) e estudioso do comportamento dos consumidores, constatava e proclamava sem rodeios: "Basicamente, as pessoas não estão comprando ações por causa da solidez das empresas, mas, simplesmente, porque querem dinheiro, já."

Claro, a valorização das ações por esse meio aumenta o poder de compra da classe média, apontando para a tendência a uma elevação da demanda superior à oferta de bens de consumo que o aparelho econômico é capaz de

produzir. Aumentam, dessa forma, as pressões inflacionárias e o déficit comercial, por efeito das importações destinadas ao reforço da oferta interna. Quer dizer: de um lado, pressões inflacionárias; de outro, agravamento do déficit comercial, que, nos Estados Unidos, ultrapassou os 300 bilhões de dólares no ano passado.

Àquela altura, as autoridades do FED viam acirrar-se as suas preocupações diante de um quadro de endividamento médio do consumidor norte-americano bem superior à sua capacidade de gerar renda.

Atré então, o manejo das taxas de juros em doses homeopáticas não havia produzido os resultados esperados. Para "esfriar" a "nova economia", o presidente Bill Clinton chegou a recorrer a um acordo com o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, no sentido de tornarem públicos os dados sobre a decodificação do genoma humano, informações que orientam as pesquisas para a fabricação de novos medicamentos e que seriam repassadas a laboratórios e pesquisadores. A expectativa do governo dos Estados Unidos era de que a divulgação dos dados das pesquisas reduzisse os ganhos das empresas de biotecnologia (da "nova economia"), detentoras exclusivas dos códigos, com a queda do valor de seus papéis no mercado. Os resultados da ameaça se revelaram pouco animadores.

Com o superaquecimento da economia, os índices de desemprego nos Estados Unidos caíram para um patamar inferior a 4%. Chegou-se a um ponto em que a oferta de mão-de-obra já respondia inadequadamente aos acenos do mercado de trabalho em certos setores, o que começava a pôr os Estados Unidos diante da alternativa de importação de mão-de-obra ou desaceleração da economia.

Em face desse quadro, o Conselho de Assesores Econômicos da presidência da República, em cujo relatório anual enviado ao presidente Clinton, na

Bill Clinton: preocupado com o consumo e o endividamento

primeira quinzena de fevereiro, propôs a redução do incremento do PIB, de 4,5%, em 1999, para 2,9% em 2000 e 2,6%, em 2001; a baixa

dos índices de produtividade, da média de 2,9%, desde 1995, para 2,1% ao ano até 2003; estabilização do desemprego em 4,2% no ano 2000, com tendência ao aumento para 5,2% em 2003; e inflação nos mesmos índices registrados ao longo da década de 90.

Os ganhos de produtividade, destacava o Conselho de Assesores, aumentavam as expectativas de lucros das empresas, resultando isto na valorização das ações em Bolsa, que, por sua vez, ampliava o poder de compra das classes média e alta. A demanda, portanto, se ampliava, sem que a oferta de produtos e serviços acompanhasse o aumento da demanda, gerando, dessa forma, um descompasso que ameaçava o país de entrar num ambiente inflacionário. O FED acabou por aumentar mais uma vez a taxa de juros, mas em percentual dobrado - de 0,25% nas cinco vezes anteriores, para meio ponto percentual na última reunião.

Os resultados desse manejo começaram a se manifestar ainda no primeiro semestre do ano, sobressaindo a queda dos investimentos privados na construção civil e na aquisição de imóveis; e a redução das vendas de bens de consumo durável e não-durável.

Já no começo de junho, o desemprego aumentou de 3,9% para 4,1%; a venda de imóveis caiu 5,8% em abril (2,3% abaixo dos níveis observados em 1999); a demanda de crédito das empresas diminuiu 25% nos primeiros meses do ano 2000, e a de financiamentos imobiliários, 56% no mesmo período; o crescimento econômico no primeiro trimestre foi de pouco mais de 5%, contra 7% no último trimestre de 1999. A expectativa é de queda de 2,5% a 3%, comparados com os 4,5% nos últimos anos. Em abril último, os pedidos de bens de consumo durável reduziram-se em 6,4%, a maior queda desde 1991, em comparação com o aumento de 4,5% em março passado. Ainda em abril, a expansão do consumo foi menor 0,4%, contra 0,6% em março. Finalmente, a taxa de poupança pessoal subiu de 0,4%, em março, para 0,7% no mês seguinte. A expectativa, segundo economistas mais otimistas, é de que o chamado "pouso suave" da economia norte-americana seja confirmado. ■



Os técnicos do governo insistem na manipulação de números, buscando provar que

Falácia dos investimentos

a economia do país continua a merecer a confiança dos investidores estrangeiros. Vejamos o caso da chefe da Representação Regional Sul do BNDES, Denise Andrade Rodrigues, autora do estudo "Os Investimentos no Brasil nos Anos 90. Cenários Setorial e Regional".

Se a matéria publicada no jornal *O Globo*, de junho passado, retrata, com fidelidade, a parte de que se ocupou do trabalho de Denise Rodrigues, alguns reparos se impõem, pelo menos quanto aos investimentos estrangeiros diretos entre 1996 e 1999 - 74,726 bilhões de dólares.

Ainda bem que o texto, embutido no gráfico sob a rubrica Investimento Estrangeiro Direto, revela que "a maior parte dos recursos foi destinada ao setor de serviços, que inclui instituições financeiras,

telecomunicações, energia elétrica e comércio". É importante distinguir o investimento que aumenta a

riqueza nacional daquele que apenas transfere riqueza já existente para mãos estrangeiras.

O que, de fato, aconteceu e a autora do trabalho não explicou foi simplesmente transferência de poupança real e de poupança financeira do Brasil para empresas de outros países, ou diminuição do nosso estoque de capital físico e financeiro e retrocesso tecnológico.

Os dólares que entraram, sublinhe-se, foram para pagamento das estatais compradas a preço de banana. Como as empresas do setor terciário não produzem receitas de exportações, as remessas de lucros e dividendos já começaram a agravar o desequilíbrio do nosso balanço de pagamento. ■

Indicadores Brasil 2000

Balanço Comercial 2000	
MÊS	SALDO (US\$ MILHÕES)
JANEIRO	- 94
FEVEREIRO	+78*
MARÇO	+42
ABRIL	+183
MAIO	+392

*Dados do Secex

Taxas Básicas de Juros %	
BRASIL	17,5
EUA	6,5
INGLATERRA	6,00
BANCO CENTRAL EUROPEU	3,25
FRANÇA	3,75
ALEMANHA	3,75
JAPÃO	0,15

Inflação - 2000 (em %)		
MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19
MARÇO	0,23	0,18
ABRIL	0,42	0,13
MAIO	0,01	0,67

Investimentos Externos (Diretos) 2000	
MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	2,053
MARÇO	1,627
ABRIL	1,627
MAIO	1,664

Reservas Cambiais - 2000	
MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	+38
FEVEREIRO	+37
MARÇO	+27
ABRIL	+28,031
MAIO	+28,570

* Em US\$ Bilhões Principais Países Industrializados (1999) - OCDE							
PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.880	1.152	8.000	3.950	485	980
INFLAÇÃO	+0,5%(MAR)	+0%(ABR)	+0,5%(MAR)	+0,5% MAR	+0,2%(ABR)	+0,4%(MAR)	+0,3%(MAR)
DESEMPREGO	-2,5%(MAR)	-3,2%(MAR)	-0,7%(MAR)	-1,7% MAR	-0,9% (MAR)	+1,9%(MAR)	ND
PROD. INDUST.	+1,1% (FEV)	+3,6%(FEV)	-0,6%(FEV)	+0,3%MAR	-1% (MAR)	+5,8%(FEV)	+1,5%(FEV)
SALDO COMERCIAL*	+1,1 (FEV)	+5,9 (FEV)	-3,9 (FEV)	-29,7(FEV)	+11,1 (FEV)	-2,6 (JAN)	0% (FEV)

Previsões para 2000							
PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+3,5%	+2,7%	+3,0%	+4,3%	+0,8%	+3,6%	+2,5%
INFLAÇÃO	+1,2%	+1,4%	+2,2%	+2,6%	-0,1%	+2,6%	+2,3%
DESEMPREGO	+9,4%	+9,8%	+4,0%	+4,2%	+5,0%	+14%	+11%

Postal Norte-Sul



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$99,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (Uerj/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cerro e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Paulo C. Moura

Visão além da economia. O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$29,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00

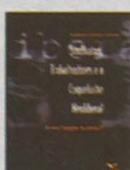


HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sadré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos

501 páginas. Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$59,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Respeitado naturopata, o autor diagnóstica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estatégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 págs.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juán Kattán-Ibarra

Curso para entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 47,50



BRIZOLISMO

João Trajano Sento - Sé

A leitura deste livro é indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 páginas.

Ed. FGV - Cód. 85.225.028-62 R\$ 29,00



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece o motivo pelo qual lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136

páginas. Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$22,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana. Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 págs.

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$39,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 \$29,90



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 págs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Análise do processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometeu levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Vozes - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas.

Editora Revan **Cód. 0075** R\$ 14,00



CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma
Paulo C. Moura

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 págs.

Editora Mauad **Cód. 010001** R\$ 29,00



A LARANJEIRA

Carlos Fuentes

Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranjeira* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

Ed. Rocco **Cód. 85.325.0772-7** R\$ 23,00



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. Mostra também a falta de política educacional voltada para elas. 356 páginas.

Editora Pallas **Cód. 2210** R\$ 26,00



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano

Militante feminista desde 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre), ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas

Editora Vozes **Cód.: 85.326.2285-2** R\$ 13,00



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lidice Valenzuela

A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel, a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

Oficina do Autor **Cód. CA 107** R\$ 18,00



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global

Roland Robertson

O livro mostra por que a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 págs.

Ed. Vozes **Cód. 85.326.2247-X** R\$ 32,00



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

Editora Revan **Cód. 0084** R\$ 10,30



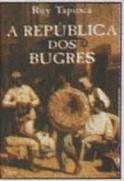
O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manual Castells

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

Editora Paz e Terra **Cod. 20.495** R\$ 42,00



A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532 págs

Ed. Rocco **Cód.: 85.325.1028-0** R\$ 35,00



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

Ed. Cia das Letras **Cód. C 0890** R\$ 36,00



O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Estudos foucaultianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

Ed. Vozes **Cód. 85.326.1317-9** R\$ 29,00



BINÔMIO EDIÇÃO HISTÓRICA

Direção: José Maria Rabêlo

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. Ed. Barlavento e Armazém de Idéias

Cód. BA 7013 R\$ 34,00



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil

Celso Furtado

Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de Celso Furtado. 117 págs.

Ed. Paz e Terra **Cód. 10.533** R\$ 15,50



E LYSÂNEAS DISSE BASTA!

Jonas Rezende

A vigorosa atuação de Lysâneas Marciel começa a ser resgatada pelo pastor Jonas Rezende. O livro traz também um prefácio do político Francisco Pinto e um postácio do sociólogo Elter Maciel. 156 páginas

Ed. Mauad **Cód.: 0100-85** R\$ 25,00

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Nº Validade até /

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: / / _____ Assinatura do comprador

CADERNOS 220
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
Internet: http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo máximo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Chile

Caso Pinochet inaugura nova era

Em 14 de junho passado foi assinado um histórico acordo entre o governo do Chile, as Forças Armadas, os Carabineros (Polícia) e as entidades de defesa dos direitos humanos, com o objetivo de localizar os mais de mil "desaparecidos" do regime militar.

Os militares vão fornecer à Suprema Corte informações que ajudem a localizar esses corpos, protegidos pelo sigilo quanto às suas identidades. A fórmula é fruto de nove meses de difíceis negociações coordenadas pela chamada Mesa de Diálogo, uma instância cívico-militar destinada a permitir ao país a conclusão da etapa de transição à democracia. A Mesa foi

criada em 30 de agosto de 1999, quando Pinochet estava sob prisão domiciliar em Londres.

O fato de a negociação entre civis e militares ter terminado de forma frutífera é uma das muitas mudanças que começaram a ocorrer no Chile depois que o general Augusto Pinochet foi detido em Londres, a pedido do juiz espanhol Baltazar Garzón e foi cimentado por outra decisão histórica, assumida dias antes pela Corte de Apelações de Santiago: a suspensão da imunidade parlamentar de Augusto Pinochet. Segundo essa decisão, o general deverá ser julgado pelo sequestro e a morte de opositores. Em particular pelas mortes ocorridas no episódio

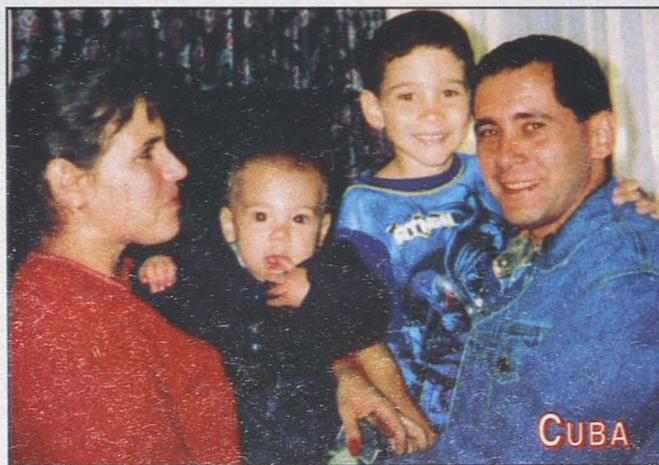


A familiar de um desaparecido político segura um cartaz exigindo o julgamento de Pinochet, na porta do prédio do Conselho de Segurança do Estado em Santiago, Chile, em 20 junho passado

conhecido como "a Caravana da Morte", de outubro de 1973, no qual 19 presos políticos foram fuzilados em três cidades chilenas, sem que os seus despojos tenham aparecido até agora.

Esse fato implica uma mudança radical da postura

do Poder Judiciário e constituiu um "marco político" na história do país, como foi definido por Jaime Estévez, ex-presidente da Câmara de Deputados e atual presidente do Banco Central do Chile, um íntimo colaborador do presidente Ricardo Lagos.



Depois de quase 7 meses de batalha judicial, o garoto cubano Elián González pôde finalmente retornar a Cuba em 28 de junho, quando deixou de vigorar uma determinação do Tribunal de Apelações em Atlanta, para que permanecesse nos EUA. A Corte de Atlanta rejeitou todos os recursos impetrados pelo tio-avô de Elián, Lázaro González Cárdenas, que solicitava asilo político para o garoto. Juan Miguel González, pai de Elián, que aguardava o veredicto com a esposa e o segundo filho (foto), em Washington, voltou nesse mesmo dia com a família para Cuba

Peru

Fraude não-apurada

Embora uma Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) tenha julgado ilegítima a eleição para a presidência do Peru, a entidade optou por não questionar a manutenção de Alberto Fujimori no poder. A OEA chegou a discutir a aplicação de sanções ao Peru, mas, por fim, apenas sugeriu formas de fortalecimento da democracia.

Contudo, a oposição ainda acredita na possibilidade de impedir a posse de Fujimori, marcada para 28 de julho. O parlamentar Fernando Oliveira, integrante da Frente de Oposição que sustenta Toledo, acha que a solução para o problema político do país não virá de negociações diplomáticas, mas de ações parlamentares e manifestações populares. A oposição tem 68 dos 120 deputados do Congresso peruano, e pretende declarar a incapacidade moral de Fujimori, desencorajando-o a assumir a presidência.

Em uma eleição marcada por denúncias de fraude e pelo número recorde de abstenções, no início de junho, Alberto Fujimori garantiu seu terceiro mandato consecutivo.

Argentina

Contra a violência doméstica

O governo municipal da capital da Argentina implementou uma campanha de luta contra a violência doméstica que inclui a distribuição de um questionário nas escolas e nos hospitais para ajudar jovens e mulheres a descobrir se seus namorados e maridos têm conduta agressiva.

"Ele te condena por sair com amigos ou fazer parte de reuniões em que participem outros homens? Alguma vez te pegou ou retorceu o braço? Te desvaloriza, te insulta, te desqualifica?" Estas e outras perguntas estão contidas nos milhares de folhetos e cartazes distribuídos em Buenos Aires. O programa, lançado em abril pela Direção Geral da Mulher do governo municipal, superou as expectativas iniciais e obrigou a imprimir 20 mil novos manuais e instalar uma linha telefônica de ajuda que recebeu uma média de 25 mil chamadas por mês, em 1999.

As estatísticas indicam que as mulheres agredidas começaram a ser maltratadas no período de noivado. Em 82% dos casos, os responsáveis são o próprio cônjuge e, em quase a metade dos casos, se trata de pessoas com mais de seis anos de convivência. O problema afeta também mulheres com mais de 60 anos de idade, que denunciam terem sido vítimas diárias de golpes de seus maridos desde recém-casadas.

A presidente do Instituto Político e Social da Mulher, Maria José Lubertino, explica que a violência contra a mulher foi um dos temas da desigualdade de gênero mais rapidamente assumido pelos países, mas advertiu que há diversas formas de encará-lo. As políticas públicas e as leis dão alguma visibilidade ao problema, complementou.

"A mulher é preparada para ser submissa e para assumir que é natural ser considerada inferior aos homens. Inclusive nos ensinaram que se um homem é ciumento é porque nos ama, não porque têm uma necessidade de apropriação", disse Lubertino. "Mas essa época, felizmente, já acabou."

"As jovens devem saber que por trás de um homem zeloso, controlador, que não gosta que ela use minissaia, se maquie ou saia com um amigo, pode haver um homem agressor", explicou a coordenadora do programa de Noivados Violentos, Isabel Tajani. (Marcela Valente)

Fotos: AFP



Manifestantes da Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) fecharam uma rua no centro de Buenos Aires, Argentina, em junho passado, durante um protesto contra a redução dos salários dos servidores públicos em 12%, decidida pelo presidente argentino Fernando de la Rúa. Entre outras consequências da grave crise econômica que vive o país, os manifestantes citaram o caso da morte, por causas evitáveis, de duas crianças por hora, quase 19 mil por ano, na Argentina

Suriname/Guiana

Conflito por zonas marítimas

Três barcos militares do Suriname desalojaram de suas águas territoriais uma plataforma petrolífera multinacional, cujo direito de exploração tinha sido dado pelo governo da Guiana. A ação, realizada na costa oriental guianense, é fruto de uma disputa pelo espaço marítimo entre ambos os países.

A Guiana vem procurando petróleo e gás natural em seu território desde que conquistou sua independência da Grã-Bretanha, em 1966. Apesar de estar situado em uma região onde estes produtos são abundantes, cercado de grandes exportadores de petróleo, como Venezuela, Brasil e Trinidad e Tobago, todas as tentativas do país nos últimos 30 anos tinham sido em vão.

As pesquisas realizadas pela companhia canadense CGX Energy Inc., arrendatária da plataforma atacada pelos surinameses, indicavam que poderia haver grande quantidade de petróleo nos 16 mil quilômetros quadrados da área de sua concessão. Seus investimentos no país já ultrapassaram os cinco milhões de dólares, criando a esperança de provocar um crescimento na economia guianense. A companhia preferiu não se pronunciar quanto ao conflito territorial, e já transferiu sua plataforma para uma área onde não há dúvida de que o território é guianês.

A ação militar desencadeou uma intensa atividade diplomática. "O governo do Suriname considera um intruso qualquer um que ingresse naquela zona. Contudo, sentimos que a situação deve ser resolvida através da negociação e por meios pacíficos", declarou Humphrey Hasrat, embaixador do Suriname na Guiana. As negociações entre os dois governos já foram iniciadas, e estão acontecendo em Trinidad e Tobago.

América do Sul Operação Condor

Com mais de 20 anos de atraso, os sistemas judiciários dos países da América do Sul começam a trabalhar em cooperação para investigar os crimes da Operação Condor, organizada nos anos 70 pelas ditaduras militares para auxiliar a repressão além de suas próprias fronteiras nacionais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro acolheu um pedido do juiz argentino Claudio Bonadio para investigar o desaparecimento de três cidadãos de seu país. A decisão estimulou uma onda de reportagens investigativas sobre a Operação Condor, com novas revelações sobre a colaboração dos serviços de repressão política dos regimes militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

"Também se deve investigar o desaparecimento de brasileiros nos países vizinhos", defende Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais, uma organização não-governamental que pressiona o Estado brasileiro a esclarecer os casos obscuros ocorridos no regime militar (1964-1985). Segundo a entidade, pelo menos 15 brasileiros desapareceram no exterior, a maioria deles no Chile e na Argentina.

Além disso, ressurgiram as suspeitas de que os ex-presidentes brasileiros João Goulart (1961-1964) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) foram assassinados, e não vítimas de doença ou acidente, como registra a história. Goulart vivia na Argentina quando morreu, em 1976. Apesar de suposto problema cardíaco, não foi permitida sua autópsia.

A integração entre as organizações repressivas ficou conhecida em 1978, quando a imprensa denunciou o seqüestro de dois uruguaios por militares brasileiros. Após serem torturados, foram levados de forma clandestina para Montevidéu. Entretanto, informações mais profundas sobre a operação permaneceram ocultas mesmo após o fim dos governos militares. Gradualmente, as informações começam a ser expostas, devido ao esforço de parentes de desaparecidos e de organizações de direitos humanos. Nos documentos já descobertos, consta que a Operação Condor começou a funcionar em 1975, por iniciativa do general chileno Augusto Pinochet. Mas a colaboração entre os regimes ditatoriais era anterior à formalização da operação: já existia pelo menos desde 1969, quando o governo brasileiro começou a realizar cursos de treinamento militar para o combate à guerrilha urbana.

A fotografia (de 22 de junho de 2000) mostra o prédio do Parlamento Centro-Americano (Parlacen) na Cidade da Guatemala. O presidente desse país, Alfonso Portillo, afirmou que os chefes de Estado centro-americanos chegaram à conclusão de que o Parlacen não tem conseguido cumprir com o seu principal objetivo, a integração política regional, que deveria incluir até mesmo a criação de uma moeda única. E por essa razão, em breve deixará de funcionar. O Parlacen foi criado em outubro de 1990, com 60 deputados. Depois esse número foi ampliado para 100, em representação da Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Honduras. A Costa Rica nunca aceitou formar parte do Parlamento regional, mantendo-se como observadora

Paraguai Oviedo preso no Brasil

O destino do general Lino Oviedo depende da Justiça brasileira. Ele foi preso em Foz do Iguaçu, em 11 de junho, depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Cor-



rêa, ter expedido sua ordem de prisão. O governo do Paraguai já pediu sua extradição, cuja resposta deve sair brevemente. Oviedo foi condenado a dez anos de prisão no Paraguai, por tentativa de golpe, em 1996, contra o ex-presidente Juan Carlos Wasmosy, impedindo-o de disputar as eleições presidenciais de 1998. Mas seu aliado, Raul Cubas, foi o vencedor, e decretou sua liberdade. O general é acusado ainda de ter participado, em março do ano passado, do assassinato do ex-vice-presidente, Luís María Arganã. O assassinato levou o Paraguai a uma crise, causando a renúncia de Cubas e o exílio de Oviedo na Argentina. O Paraguai sofreu nova tentativa de golpe militar em maio passado, quando o general desmentiu acusações de que estivesse envolvido no levante.

No Brasil, a CPI do Narcotráfico investiga o envolvimento de Lino Oviedo com o comércio de drogas e armas. A suspeita é baseada em documentos da CIA (serviço secreto norte-americano), da DEA (agência de drogas dos EUA), da polícia paraguaia e da Comissão Permanente de Combate ao Narcotráfico do Congresso Nacional do Paraguai. A CPI do Congresso Nacional tem ainda documentos provando que o general se tornou dono da sexta maior fortuna de seu país em apenas 10 anos. Neste período, ele conseguiu adquirir riqueza avaliada em 1 bilhão de dólares.



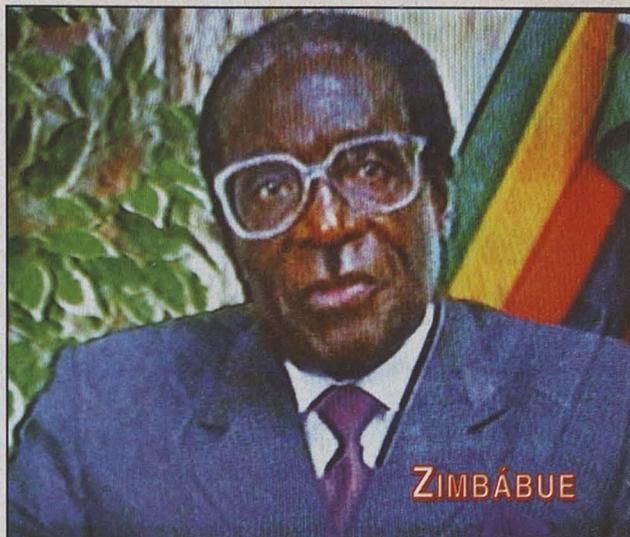
R. D. do Congo

Nova batalha

Cerca de 150 civis morreram e mais de mil ficaram feridos na batalha travada por tropas de Ruanda e Uganda, em Kisangani, na República Democrática do Congo (RDC, ex-Zaire) no início de junho. A batalha durou uma semana, e destruiu escolas e hospitais da cidade. Os piores combates aconteceram nas proximidades da ponte Tshopo, já ocupada pelas tropas da ONU, agora responsáveis por Kisangani.

Os governos de ambos os países asseguram que suas tropas abandonarão a cidade, reatando o cessar-fogo iniciado em maio, após negociações com a ONU. Contudo, os observadores põem em dúvida a credibilidade da retirada das tropas. Ruanda e Uganda trocam acusações sobre quem foi responsável pelo início dos conflitos e sobre o mal comportamento dos exércitos oponentes.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, declarou que os combates podem impedir os desdobramentos das missões de paz das Nações Unidas no país. Os conflitos são antigos na região e têm origem nas diferenças étnicas, entre hutus e tutsis. Em 1998, o presidente da República Democrática do Congo expulsou as tropas ruandesas tutsis, que o haviam ajudado a chegar ao poder, em maio de 1997, quando foi deposto o então ditador Mobutu. Vários países entraram no conflito, alguns do lado do governo, outros do lado dos rebeldes.



Mais de 16 mil observadores e grande número de jornalistas de todo o mundo acompanharam as eleições legislativas no Zimbábue. A apertada vitória da coligação situacionista União Nacional Africana do Zimbábue-Frente Patriótica (Zanu-PF), que não lhe deu a maioria de dois terços no Parlamento, vai dificultar a gestão do presidente Robert Mugabe nos dois anos que ainda lhe restam de mandato. O opositor Movimento pela Mudança Democrática (MMD), de Morgan Tsvangirai, que vai se candidatar à presidência em 2002, obteve 57 cadeiras, uma conquista histórica. A oposição só tinha 3 das 150 cadeiras do antigo Parlamento.

A Zanu-PF governa o Zimbábue (antiga Rodésia) desde a independência, em 1980, e foi responsável pela condução do movimento guerrilheiro que pôs fim ao regime de minoria branca. A foto mostra Mugabe quando, após a divulgação do resultado eleitoral, disse que iria governar com todas as forças políticas e reivindicou a unidade nacional para enfrentar os problemas que desafiam o país

Etiópia/Eritreia

Fim da guerra

A Etiópia decidiu, em negociação proposta pela Organização para a Unidade Africana (OUA), aceitar o acordo de cessar-fogo com a Eritreia. O anúncio, feito em 30 de maio, em Argel, capital da Argélia, pôs fim a uma guerra de dois anos entre ambos os países.

A decisão foi anunciada pelo primeiro-ministro etíope Meles Zenawi no encontro mediado pelo presidente da OUA, Abdelaziz Buteflika, também presidente da Argélia, que contou com observadores dos Estados Unidos e da Comunidade Européia.

A Etiópia tinha aceito a mesma proposta de cessar-fogo

no início de junho e não honrou a sua palavra. Por isso, agora muitos governos da região temem que o novo acordo também venha a ser desrespeitado.

O premiê etíope declarou que a retomada de parte do território eritreu, que o país vinha reclamando desde o início da guerra, contribuiu para o sucesso das negociações. Satisfeito com o acordo e com a retirada das tropas eritreias, Zenawi advertiu que o conflito poderá ser reativado se ocorrerem provocações do país vizinho. Por isso, ele aconselha a imediata demarcação do território por uma comissão internacional e seu monitoramento por tropas da ONU.

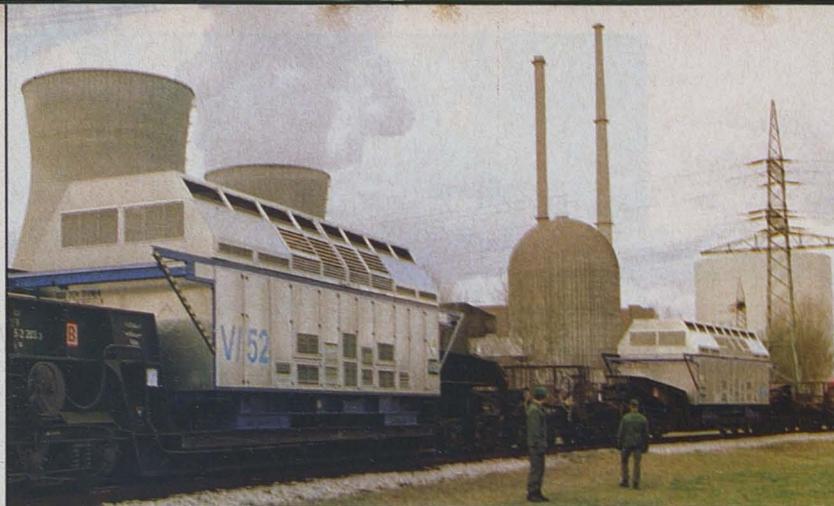
A Eritreia foi anexada ao território etíope em 1962, dando início imediato a uma rebelião separatista. Após a



Após o acordo de cessar-fogo, a Etiópia retirou suas tropas da Eritreia após dois anos de guerra

nos de guerrilha, os eritreus conseguiram, no início da década de 90, a formação de um governo provisório, e o acordo para a realização de um plebiscito, sob a supervisão da ONU. No plebiscito, realizado em abril de 1993, 99,8% dos votantes apoiaram a independência, que foi finalmente proclamada. Mas,

em maio de 1998, os combates entre os dois países foram retomados. O governo etíope alega que as fronteiras estavam erradas e que a Eritreia ficou com parte do seu território. Finalmente, após dois anos de guerra, o governo eritreu concordou em demarcar novamente essa área, reestabelecendo a paz.



A Alemanha, sob forte influência dos ecologistas - o Partido Verde integra a coligação de governo - decidiu abrir mão da energia nuclear para geração de energia elétrica

Alemanha

Fim da energia nuclear

A Alemanha marcou para 2021 o fim da operação das usinas nucleares do país. Este prazo foi estabelecido em junho entre o governo e os presidentes das empresas atômicas alemãs. Pelo acordo, nenhuma das 19 usinas hoje existentes poderá continuar funcionando após 32 anos de operação. Como a mais nova delas data de 1989, no ano de 2021 ela será a última a encerrar suas atividades. Até lá, a Alemanha estudará fontes alternativas para substituir o sistema nuclear, atualmente responsável por um terço da energia consumida no país.

O acordo sela um dos compromissos de campanha do chanceler social-

democrata Gerhard Schröder. O fim das usinas atômicas era uma exigência do Partido Verde, que apóia o governo, mas os ambientalistas defendiam o fechamento dessas unidades em um prazo de cinco anos.

O uso da energia nuclear começou a ser seriamente discutido nos países do Primeiro Mundo depois do acidente ocorrido em Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, que matou de imediato 30 pessoas, mas continuará provocando mortes pelo efeito da contaminação radioativa por muitas décadas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo menos 5 mil pessoas teriam falecido devido ao desastre, mas militantes ambientalistas afirmam que este número é muito superior. A Suécia já havia tomado a mesma decisão, prevendo o fim da operação de seus reatores até 2010. Agora, observadores internacionais estimam que a decisão do governo alemão poderá influenciar outros países.



O primeiro-ministro Ehud Barak (esq.) e o líder do partido ultra-ortodoxo Shas, Eli Yishai, que ameaçava se retirar do governo de coalizão, no final de junho, chegando a apresentar a renúncia coletiva de seus quatro ministros. A saída do Shas levaria Barak a governar com minoria no Parlamento e ainda forçaria uma reforma ministerial, o que prejudicaria as negociações de paz com os palestinos. A crise foi contornada após Barak ceder às pressões de Shas, e também depois de o Meretz, partido pacifista de esquerda, anunciar sua retirada do governo de coalizão, justamente para facilitar a resolução do problema político

Iugoslávia

Cresce oposição a Milosevic

Um movimento fundado por estudantes de Belgrado em novembro de 1998 é a grande força de oposição ao presidente Slobodan Milosevic, na República Sérvia. A organização Otpor (Resistência), integrada por cerca de 20 mil militantes de diversos segmentos sociais, não pára de crescer. Nos últimos dois meses, as ruas sérvias foram tomadas de cartazes pregando a resistência a Milosevic, à pobreza, e à repressão.



Slobodan Milosevic

"Depois de dez anos de guerra, empobrecimento sem precedentes e isolamento, chegou o momento de que todos na Sérvia se conscientizem de que é possível resistir a qualquer coisa que o regime prepare para nós. Por isso, escolhemos o punho cerrado como nosso símbolo", declara Milja Jovanovic, integrante de Otpor.

A organização surgiu em resposta a uma lei que punia os professores universitários críticos ao governo. Suas manifestações pacíficas, marcadas pelo humor, vêm atraindo multidões em todo o país.

O movimento quer permanecer como nasceu, sem dirigentes ou organismos de governo no sentido tradicional. "Otpor deve permanecer sempre um estado de ânimo, sem se transformar num partido", explica Ivan Marovic, porta-voz da Otpor.

O governo sérvio faz campanhas tentando diminuir o apoio ao movimento, qualificando-o de organização terrorista e Juventude Hitleriana. Analistas políticos, contudo, afirmam que esta é apenas uma tentativa de combater a Otpor, que vem assustando Milosevic.



A Nasa encontrou indícios de água em estado líquido na superfície de Marte, o que leva os cientistas a supor a existência de seres vivos no planeta. A revelação foi feita em 22 de junho, a partir de imagens captadas pela sonda Mars Global Surveyor, enviada pela agência espacial norte-americana. Pela imagem (foto), é possível ver sinais de erosão no solo, que seriam provocadas pela água. Como a água é essencial à formação de seres vivos, a descoberta revela que o planeta tem condições de abrigar microorganismos.

Os cientistas Michael Malin e Kenneth Edgett, autores de um estudo sobre as evidências, manifestaram surpresa: "Resisti muito até adotar essas conclusões. Elas não faziam o menor sentido", declarou Edgett. Ele explicou que, devido à atmosfera do planeta vermelho, a água tende a se evaporar ou a tornar-se gelo. Apesar das evidências, o chefe de Ciência Espacial da Nasa, Ed Weiler, foi cauteloso. "Não estamos dizendo que encontramos vida em Marte", frisou

Bélgica

Adidas acusada de exploração

A Adidas, empresa alemã de artigos esportivos, está sendo acusada de permitir a exploração de trabalhadores nas fábricas que produzem seus artigos.

A empresa é patrocinadora oficial da Eurocopa, torneio de futebol que reuniu as nações européias até 2 de julho, na Bélgica e na Holanda. As acusações partiram dos representantes da Campanha Roupas Limpas (CCC, na sigla, em inglês), que afirmam ter provas de que os trabalhadores atuam sob péssimas condições.

Após campanha lançada pela CCC no ano passado, a Uefa, organizadora da competição, incluiu o código de conduta da Federação Internacional de Associações de Futebol (Fifa) em todos os contratos para a competição.

O código, baseado nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), exige que as empresas dêem boas condições de trabalho a seus empregados, com salários decentes, e proíbe trabalhos forçados ou excessivos, e o emprego de menores de 15 anos.

"Estamos preocupados tanto quanto a CCC, talvez mais, com as justas condições de trabalho", assegurou David Husselbee, diretor de Assuntos Sociais e Ambientais da Adidas. "Não existe uma indústria ideal, mas examinamos as fábricas que contratamos, e exigimos delas o cumprimento das orientações da OIT", justificou.

As denúncias feitas pela CCC não vêm tendo boa repercussão na mídia, apesar da grande cobertura dedicada à competição. Mas De Koninck, militante da organização, garante que seu grupo "continuará lutando em defesa dos direitos humanos".

Suécia

Democracia e pobreza

A ampliação da democracia no mundo não foi suficiente para alterar o quadro de pobreza do planeta. O número de países que adotaram um regime democrático cresceu nas duas últimas décadas, mas os índices de pobreza também aumentaram em quase todo o mundo. A observação foi feita em Estocolmo, na Suécia, pelo Instituto de Democracia e Assistência Eleitoral (Ideia), durante o V Fórum pela Democracia, que discutiu o tema "Democracia e pobreza: um elo perdido?"

Entre os dias 8 e 9 de junho, cerca de 80 políticos, intelectuais e representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) debateram de que maneiras os programas de combate à pobreza podem contribuir para o fortalecimento do regime democrático nos países em desenvolvimento. Os participantes pretendem ainda procurar uma forma mais eficiente de levar recursos aos países mais pobres, através da cooperação internacional.

Algumas das soluções apontadas foram o reforço das entidades não-governamentais e uma maior transparência dos organismos internacionais e dos governos. Campanhas de alfabetização entre os mais pobres também foram sugeridas como forma de conscientizar as populações sobre seus direitos de cidadãos.

O secretário-geral do Ideia, Bengt Save-Soderbergh, acredita que estas medidas podem contribuir para a integração entre a promoção da democracia e a redução da pobreza.

Filipinas

Aumenta a tensão

O governo das Filipinas enfrenta a ameaça do governador da ilha de Mindanao, o líder muçulmano Nur Misuari (ver entrevista em **cadernos** nº 39), de aderir à luta armada. Esta ilha, situada ao sul do arquipélago filipino, já causava problemas ao governo através de duas organizações islâmicas rebeldes.

Misuari denunciou à Conferência da Organização Islâmica (OIC) a má vontade das autoridades filipinas na implementação do acordo de paz, e sugeriu a volta às armas da Frente Nacional de Libertação Moura (MNLF) pela independência de Mindanao. O MNLF foi o primeiro grupo muçulmano separatista a praticar a luta armada, mas estabeleceu um acordo de paz com o governo em 1996.

A reunião da OIC, realizada no início de junho, na Arábia Saudita, exortou o governo filipino a interromper a ofensiva militar contra o povo muçulmano da ilha e a encontrar uma solução pacífica para os anseios separatistas da região.

As Filipinas são um arquipélago de maioria católica, e dividido em três regiões: Luzón, ao norte, onde fica a capital, Manila, as ilhas Visayas, no centro do arquipélago, e a região dos moros: as ilhas de Mindanao, Palawan e Sulu, ao sul. Os moros lutam há anos pela independência desta região. A paz chegou com o acordo firmado em 1996, mas pode não durar muito, em função das acusações dos moros de que o governo federal não cumpre a sua parte no trato.

Os outros grupos rebeldes da ilha que enfrentam o governo são a Frente Islâmica de Libertação Moura (MILF) e o Abu Sayyaf. A MILF, maior organização rebelde, propõe a realização de um plebiscito em Mindanao, como o que levou à independência do Timor Leste. O grupo extremista Abu Sayyaf, que significa "portador da espada", mantém diversas pessoas seqüestradas na ilha, entre eles vários turistas estrangeiros.

Sri Lanka

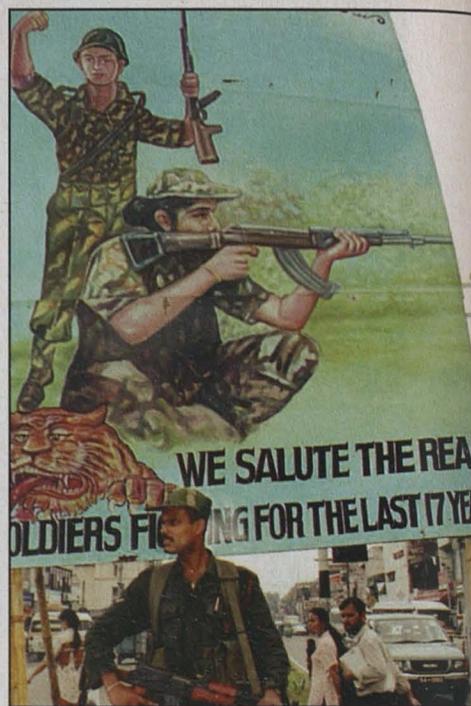
Fim da censura

A imprensa do Sri Lanka, estimulada por um alívio parcial da censura, reivindicou liberdade para informar sobre o conflito em Jaffna, ao norte da ilha, e fez advertências ao governo de que, caso não ceda, perderá sua guerra ideológica contra os separatistas tams. A Corte Suprema está analisando uma impugnação à censura imposta em maio pela presidenta Chandrika Kumaratunga, com o objetivo de impedir a cobertura da guerra entre o governo e os Tigres de Libertação de Tamil Elam.

Os Tigres lutam há 17 anos pela independência da península de Jaffna, reivindicada para a minoria tamil, argumentando discriminação por parte da maioria étnica ceilanesa.

Encabeçado pelo jornalista norte-americano Peter Arnett, um grupo do Comitê para a Proteção dos Jornalistas, com sede em Nova Iorque, visitará Colombo, a capital do Sri Lanka, para discutir o problema com o governo, líderes da oposição e com a própria mídia.

A oposição queixa-se de que nas atuais condições será difícil realizar a campanha para as eleições parlamentares deste ano. Contudo, Kumaratunga assegurou que o pleito se realizará segundo o cronograma e que "todos os obstáculos" a um exer-



As medidas de segurança foram intensificadas no Sri Lanka após o atentado dos Tigres que matou o ministro da Indústria, C. V. Gooneratne, e outras 24 pessoas, em 7 de junho passado.

A presidenta Kumaratunga, que teve vários parentes mortos pelos rebeldes, tem procurado, sem sucesso, uma saída negociada para o conflito



cício democrático serão eliminados. Ela também prometeu acabar com a censura a curto prazo.

Afeganistão

ONU contra ópio

Segundo estimativas do Departamento de Estado norte-americano, o Afeganistão produziu no ano passado 1.670 toneladas de ópio, quase um quarto a mais que no ano anterior. Por isso, o Programa Internacional de Controle de Drogas das Nações Unidas (UNDCP) desenvolveu um projeto destinado a mostrar

aos camponeses do país que deixar de cultivar ópio não os prejudicará. Através desse projeto, a UNDCP concede empréstimos aos agricultores para que substituam o cultivo de papoulas - planta utilizada na produção do ópio - por outras colheitas, de preferência, de alimentos.

O cultivo de papoulas é uma tradição familiar na região. O UNDCP construirá geradores elétricos nas aldeias e o dinheiro das contas de eletricidade será utilizado em um fundo de desenvolvimento rural.

CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE A MULHER

Desilusão 5 anos depois

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), somente 8 dos 188 Estados-membros da ONU atingiram igualdade de gênero na esfera educativa e a proporção de 30% de mulheres em seus sistemas legislativos. Estes dois pontos estavam incluídos nos tratados internacionais assinados nos anos 90, que foram avaliados em junho passado, durante a Assembléia Geral da ONU "Mulheres 2000: Igualdade de gênero, desenvolvimento e paz no século 21". Conhecida como Beijing + 5, em alusão aos cinco anos que se passaram desde a Quarta Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, a reunião teve o objetivo de avaliar o cumprimento da Plataforma de Ação, assinada em Beijing. Sete dos países que atingiram as duas metas estão entre os mais desenvolvidos do mundo: Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Islândia, Noruega e Suécia. O único fora deste eixo é a África do Sul. Nos Estados Unidos, embora

100% das crianças estejam na escola, somente 12% dos legisladores são do sexo feminino. "A Unifem pede urgência aos governos, instituições financeiras e companhias internacionais na confirmação de seus compromissos com o estatuto econômico da mulher, em vista dos limites de oportunidades que representa a globalização", afirmou a diretora executiva do organismo, Noeleen Heyzer.

Ao final do encontro, os países-membros assinaram um documento para fortalecer a Plataforma de Beijing. Embora a ONU tenha se manifestado satisfeita com as discussões, a Anistia Internacional e uma coalisão de ONGs expressaram sua desilusão.

Segundo estes grupos, faltou vontade política dos governos e da ONU para definir metas mais concretas, com objetivos que sejam possíveis de se traduzir em números, indicadores e recursos disponíveis para implementar a Plataforma de Beijing.



Tailandeses que se opõem à globalização protestam queimando uma carta do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) na qual a instituição responde às demandas dos agricultores. Eles denunciavam que a política implementada pelo ADB - de dar prioridade nos créditos para os grandes empreendimentos agrícolas privados - joga milhões de camponeses na pobreza

WAN

Liberdade de imprensa

A Associação Mundial de Jornais (WAN, na sigla em inglês) cobrou liberdade de imprensa na Colômbia, Chile e Sérvia, países que estariam violando os direitos dos jornalistas e o acesso à informação. A resolução foi aprovada no encerramento do 53º Congresso Mundial de Jornais e 7º Fórum Mundial de Editores, ocorrido no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 14 de junho.

A Associação denuncia a morte de oito jornalistas em território colombiano apenas nos últimos nove meses, número que chegaria a uma centena nos últimos dez anos. As estatísticas indicam ser a Colômbia o país perigoso para o exercício da profissão. Quanto ao Chile, a WAN protesta contra o livre acesso à informação, devido à lei que proíbe juízes de fornecer dados sobre processos em andamento (a exemplo da Lei da Mordaza, discutida no Brasil). A Sérvia, por sua vez, impede o funcionamento de imprensa independente.

Durante o Congresso, a entidade divulgou também uma pesquisa sobre a leitura de jornais no mundo. Os noruegueses e os japoneses são os que mais compram jornais, por grupo de 1.000 habitantes, seguido dos finlandeses e suecos. O Brasil figura entre os últimos da lista. Veja tabela abaixo.

Quem compra mais jornais (por grupo de 1.000 habitantes)

NORUEGA	583
JAPÃO	574
FINLÂNDIA	452
SUÉCIA	420
SUIÇA	376

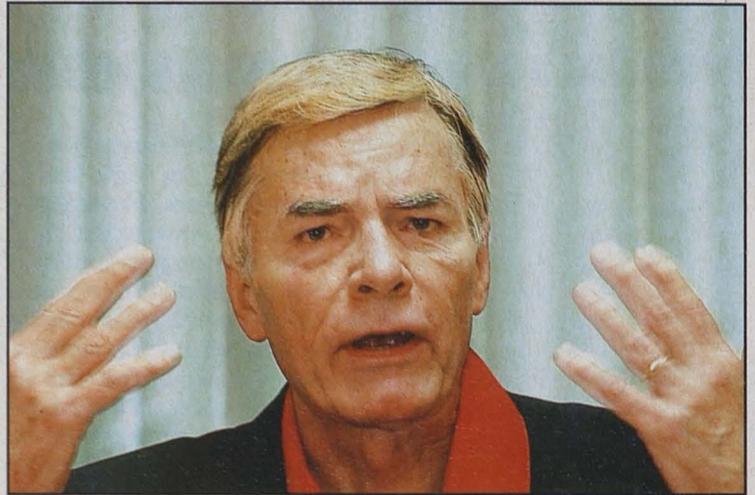
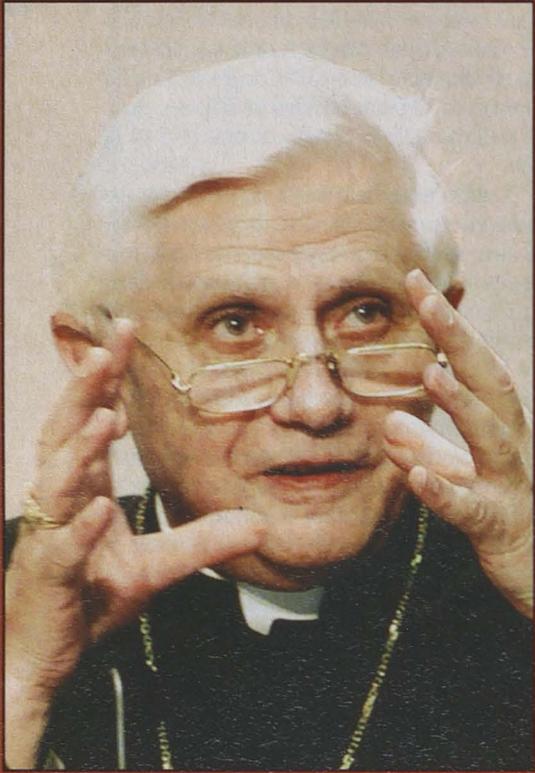
Quem compra menos jornais

ARGENTINA	56
BRASIL	46
CHINA	40
POLÔNIA	37
ÁFRICA DO SUL	29
SRI LANKA	29
ÍNDIA	28
COLÔMBIA	26
INDONÉSIA	23
MONGÓLIA	17
AZERBAIJÃO	10
QUÊNIA	08
CAMARÕES	0,5

Fonte: WAN / 2000

Gente

O cardeal Joseph Ratzinger, da Alemanha, presidente da Congregação Católica da Fé e responsável pela doutrina do Vaticano, em 26 de junho, revelou detalhes a respeito do terceiro segredo de Fátima (o atentado sofrido pelo Papa, em 1981), descrevendo-o como uma profecia comparável às Escrituras Sagradas



Philip Agee, que nos anos 70 abandonou a Agência Central de Inteligência (CIA) e tem se dedicado a denunciar as atividades dessa instituição contra Cuba, viajou à ilha para promover um pacote turístico dirigido aos norte-americanos, impedidos de viajar como turistas àquele país por causa do embargo imposto pelo governo. Agee, que dirige atualmente uma agência de viagens chamada Cubalinda, cuja atividade é promovida através de um site na internet, falou com a imprensa em 22 de junho, em Havana, sobre sua ideia

A esposa do presidente da Rússia, Vladimir Putin, chamou a atenção da imprensa quando da sua chegada à Europa, numa viagem que incluiu a Alemanha e a Espanha, acompanhando o marido.

Ludmila é extremamente discreta, como costumam ser as primeiras-damas russas, e o seu charme fez com que fosse comparada a Raissa Gorbatchov, cuja beleza e inteligência tinham conquistado a admiração do Ocidente



TEXAS DEPARTMENT OF CRIMINAL JUSTICE
Institutional Division



O afro-norte-americano Gary Graham, que pediu para ser lembrado pelo nome africano adotado na prisão, Shaka Sankofa, recebeu injeção letal em 22 de junho passado, apesar de o seu caso ter mobilizado milhares de pessoas em todo o mundo porque foram constatadas falhas no processo judicial que acabou condenando-o à morte. O governador do Texas, estado onde Graham foi julgado, não atendeu aos pedidos de clemência e manteve a pena capital, mesmo quando a lei permite aos governadores mudarem a sentença. O caso de Gary chamou a atenção da opinião pública mundial. Nos cinco anos e meio que George Bush governa o Texas, já foram executadas 135 pessoas. O reverendo Jessie Jackson presenciou a morte de Gary, a pedido dele, e afirmou: "Fui testemunha de um assassinato cometido pelo Estado. No meu país, a pena de morte é aplicada de forma racista e irregular." Até último momento Gary, que tinha 17 anos quando foi detido, alegou inocência. "Algum dia a verdade vai aparecer. Eu não matei ninguém", afirmou, antes de morrer

Esteja afinado com o seu tempo

POLÍTICA • CULTURA • ECONOMIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • COMUNICAÇÃO • ENTREVISTAS • INFÂNCIA • SOCIEDADE • MEIO AMBIENTE • EMPRESAS • NEGÓCIOS • LAZER
ESPORTE • ATUALIDADES • LIVROS • CIÊNCIA • ARTE • TRABALHO • JUSTIÇA • DIREITOS HUMANOS • GLOBALIZAÇÃO • HISTÓRIA • MERCOSUL • TURISMO • TECNOLOGIA



*A informação é um instrumento indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar nossas publicações.*

SIM, DESEJO ASSINAR (assinale com um x)

CADERNOS MERCOSUL ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

À vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado) 2 x R\$ 32,00 3 x R\$ 22,00 4 x R\$ 17,00

Pagarei da seguinte forma:

Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
 Cartão de Crédito: Nº
Validade: /

Meu nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP: Profissão:
Empresa: Setor:
Data:/...../.....

Assinatura

Preencha o cupom e mande pelo correio à Editora Terceiro Milênio.
Se preferir envie por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou faça seu pedido pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



Novo endereço:
Rua Conde de Lages, 44
Gr. 507 a 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP. 20241-080
Tel.:(0xx21) 221-7511

A prepotência dos EUA sobre a Europa

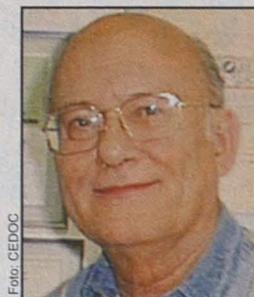


Foto: CEDOC

Edouard Bailby

As palavras de um antigo assessor do ex-presidente Ronald Reagan exemplificam a arrogância norte-americana sobre o mundo e sobre a União Européia, em particular. Steve Hanke ironiza o euro e minimiza o potencial da economia do velho continente

OS QUE AINDA TÊM DÚVIDAS sobre o pensamento neoliberal totalitário de alguns dirigentes norte-americanos deveriam ler a entrevista de Steve Hanke, antigo conselheiro econômico de Ronald Reagan, publicada na revista francesa *Le Nouvel Economiste*. O homem que inventou a noção de "privatização" tem a vantagem de falar claro, sem perder tempo com subterfúgios. Ironizando sobre a moeda única na União Européia, Steve Hanke declara inicialmente: "O euro não pode competir com o dólar, simplesmente porque a economia européia não pode competir com a economia norte-americana. Se o euro quiser um dia rivalizar com o dólar, a economia européia deverá adotar o modelo anglo-saxônico, em particular criando um vasto mercado financeiro com muitos acionistas".

Adepto incondicional do sistema norte-americano, o braço direito do ex-presidente Ronald Reagan chega ao cúmulo de afirmar que "para os países em via de desenvolvimento a melhor solução seria tornar legal a utilização de uma ou várias moedas estrangeiras", citando como exemplos o Equador e o Timor Leste, que adotaram o dólar.

Perguntado, depois, sobre se os Estados Unidos não poderiam dar alguns passos em direção ao "modelo" francês, Steve Hanke responde sem vacilar: "Essa idéia me parece ridícula e propriamente inconcebível. Em particular

no plano financeiro. Por que querem vocês que os norte-americanos imitem o modelo francês, cuja característica principal é o peso muito elevado dos encargos sociais, que encarecem o custo da mão-de-obra?" E termina: "Não acredito absolutamente na diminuição do desemprego na França. As estatísticas são completamente manipuladas pelo governo."

Prepotente, utilizando argumentos que datam da Guerra Fria quando acusa um governo de esquerda de "manipular" as estatísticas, como se a França fosse um Estado totalitário, Steve Hanke deveria tomar uma boa dose de vitaminas para manter a cabeça no devido lugar. O mais grave, porém, é a simplicidade desconcertante dos seus argumentos para provar que o mundo inteiro não tem outro caminho senão seguir ao pé da letra o exemplo dos Estados Unidos. É piada? Ninguém duvida dos êxitos econômicos das empresas norte-americanas nem dos seus avanços tecnológicos e na área da informática. Mas qual o preço humano e social?

Serviços públicos

Sem entrar na análise detalhada do sistema norte-americano, vejamos só o caso da saúde. Enquanto a França acaba de optar por um sistema universal de previdência social, que protege todos os cidadãos, inclusive os desempregados, o seguro-médico nos Estados Unidos está essencialmente entre as mãos de atores privados. Desde os anos 70 todas as leis aprovadas pelo Congresso tendem a en-

corajar a sua expansão, com a tese de que o setor privado é mais eficiente do que o Estado.

Resultado? Os hospitais carecem de pessoal e acumulam os déficits, malgrado dolorosas reestruturações. Até os serviços de urgência não conseguem mais atender a todos os pacientes. Quanto aos custos, que baixaram durante certo tempo, estão novamente em alta. Segundo Olivier Appaix, economista na Universidade de Cambridge (Massachusetts), o custo médio por habitante, nos Estados Unidos, é hoje pelo menos 40% superior aos custos de saúde de nações européias desenvolvidas como a França.

Supremacia mercadológica

Paralelamente, o acesso aos cuidados médicos vem diminuindo: 44 milhões de pessoas, em 1999, não tiveram nenhum seguro social (um milhão a mais a cada ano) e 72 milhões só tiveram um seguro intermitente. Traduzindo: 43% da população não têm uma cobertura médica satisfatória. Existem, é verdade, programas públicos como Medicare, para as pessoas maiores de 65 anos, e Medicaid, para os mais pobres, mas as condições de acesso a esses organismos são cada vez mais difíceis em consequência da luta das forças conservadoras contra a intervenção pública.

Vale a pena perguntar: será que a saúde é um bem como qualquer outro cujo acesso deve ser regido pelos "mecanismos de mercado?" Inúmeros estudos nos Estados Unidos e na Europa mostram que a lógica financeira e comercial favorece a seleção



O desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos (foto abaixo) foi obtido às custas de um modelo que propicia a exclusão social; problemas básicos como a alimentação não estão resolvidos para a grande maioria da população

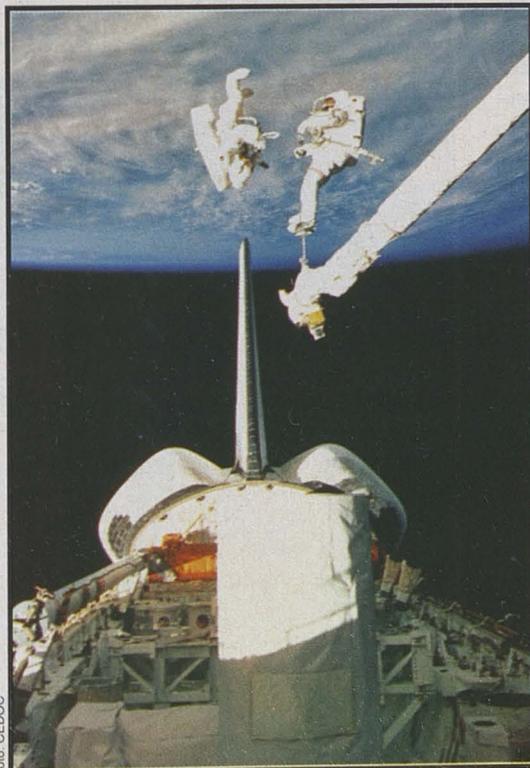


Foto: CEDOC

dos beneficiários em função do seu perfil socioeconômico e médico. O problema não consiste em saber se a economia de mercado é mais eficaz que a economia dirigida. A questão fundamental é saber se queremos conscientemente excluir parte da população do acesso aos bens fundamentais, tais como a educação e a saúde, indispensáveis para o desenvolvimento de uma sociedade justa e democrática.

Exclusão social nos EUA

O economista Olivier Appaix observa que nos Estados Unidos o nível de exclusão é de 16%, ultrapassando 20% na Califórnia (35 milhões de habitantes) e chegando a 46% no Texas, cujo governador é George W. Bush, candidato à presidência da República em novembro próximo.

Steve Hanke não é o único norte-americano nos círculos financeiros de Washington a ser arrogante. Também o economista Paul Krugman, convencido da superioridade de seu país, comentou recentemente: "Como se chama um boom econômico na Europa? Um ano durante o qual o desemprego aumentou menos do que no ano anterior." É de se perguntar se os responsáveis pelo destino da superpotência mundial desejam realmente o êxito da União Européia.

Afinal, se a moeda única está dando sinais de fraqueza, apesar do crescimento econômico constante dos quinze países-membros, não é por isso que o dólar acabará dominando o mundo. Os Estados Unidos sabem dessa verdade. ■

Uma nova etapa

Com a morte de Hafez Assad, os olhos do mundo se voltam para a Síria, na expectativa de retomada do processo de paz com Israel

A MORTE POR ENFARTO DO PRESIDENTE DA SÍRIA, HAFEZ ASSAD, o Leão de Damasco, em 10 de junho, aos 69 anos de idade, antecipou a posse de seu filho, Bachar Assad, de 34 anos. O sucessor já acenou com a continuidade das negociações de paz, perseguida por seu pai durante anos, mas paralisadas desde janeiro. O país árabe não abre mão da recuperação das Colinas de Golã, na fronteira com Israel, região que ocupada militarmente por tropas israelenses desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. A retomada do Golã é crucial para os sírios, não só pela sua localização estratégica como pelo fato de estarem situadas nessa região as principais fontes de água doce utilizadas por Israel. Como se sabe, a água doce é um bem escasso no Oriente Médio.

Nos 30 anos em que esteve à frente do país, Hafez Assad exerceu um papel fundamental em praticamente todos os eventos relevantes do Oriente Médio. Seu principal objetivo nos últimos anos, porém não alcançado, era formar uma união com os seus vizinhos que forçasse Israel a abandonar todos os territórios árabes ocupados. Por isso, a chegada ao poder de Bachar, - que representa não só uma nova geração, mas também uma linha de pensamento mais moderna e aberta - gerou expectativas de mudanças e em particular de avanços no processo de paz. Essa expectativa é reforçada pelo fato de a morte de Assad ter ocorrido menos de um mês depois da

retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, em 25 de maio, após 22 anos de ocupação. Esse desfecho teve influência da Síria, que apóia o grupo guerrilheiro Hezbollah, cujos integrantes forçaram a retirada dos soldados israelenses seis semanas antes do prazo previsto.

O líder Hafez Assad tomou o poder após um golpe, em 1970. A Síria vivia grande turbulência política desde a independência da França, em 1946. Uma sucessão de golpes deixou o país arrasado e impôs um sério atraso socioeconômico a seu povo. Desde então, Hafez Assad liderava um regime de partido

único, fortemente repressivo. A internet e o fax, por exemplo, foram proibidos e até hoje apenas uma parcela da elite tem acesso ao mundo virtual sem fronteiras.

Nas décadas de 70 e 80, milhares de sírios perderam a vida em ações repressivas contra os movimentos de oposição. Em 1982, foram mortas 20 mil pessoas do grupo fundamentalista Fraternidade Muçulmana, na cidade de Hamah.

A posse de Bachar gera expectativas também em torno das questões internas, pois muitos observadores acham que ele poderá se empenhar em responder aos anseios da maioria da popula-

Foto: AFP



Foto: AFP





Capital: Damasco
População: 14.574.000 (1996)
Religião: A maioria é muçulmana
Idioma: Árabe (oficial).
PNB Per capita: US\$1.160
Moeda: Libra síria
Serviço da dívida: 3,8% das exportações

ECONOMIA: A extração de petróleo é a maior indústria da Síria

POLÍTICA: O Partido Baath Árabe Socialista, fundado em 1947 por Michel Aflaq, é o eixo da coligação que está no poder desde os anos 60, a Frente Nacional Progressista. A Irmandade Muçulmana representa a principal oposição, atuando na clandestinidade.

DATA NACIONAL: 17 de abril (independência)

GOVERNO: Além do presidente, há um primeiro-ministro e o Conselho Popular é o Legislativo Unicameral, de 195 membros

Na foto abaixo, oficiais carregam o caixão do presidente sírio Hafez al-Assad morto, em 10 de junho passado aos 69 anos, após governar seu país por 30 anos. Na foto ao lado, acompanhando o féretro, os filhos Maher (esq.) e Bachar Assad (dir.), esse o sucessor de Hafez, que busca dar prosseguimento às negociações de paz com Israel, continuando assim o sonho de seu pai. As expectativas em torno de Bachar são de que possa impulsionar a modernização da Síria



ção, impulsionando a modernização da Síria. Médico oftalmologista, Bachar Assad morava na Inglaterra quando precisou retornar a seu país, em 1994, após a morte de seu irmão mais velho, Basel, num acidente de carro. Foi a partir desse ano que ele começou a ser preparado para suceder o seu pai no poder. Com a morte prematura de Assad, a Constituição precisou ser alterada para que Bachar pudesse assumir a presidência com menos de 40 anos, até então a idade mínima para poder ocupar o mais alto cargo do país. No entanto, a negociação da paz com Israel, sem abrir mão de Golã, parece ser a prioridade do jovem chefe de Estado, prosseguindo assim o sonho do pai.

Resta saber se ele terá pulso firme o suficiente para manter-se no poder, num país caracterizado por acirradas disputas pelo comando, inclusive familiares. Um dos seus tios, Rifaat Assad, que se sentiu preterido na sucessão presidencial, insinuou que Bashar não era a melhor escolha para o cargo. Ele vai ter que demonstrar o contrário. ■



O líder norte-coreano Kim Jong-Il (esq.) aperta a mão do presidente sul-coreano Kim Dae-Jung no aeroporto da capital da Coréia do Norte, quando da sua chegada. Kim Dae-Jung foi o primeiro dirigente sul-coreano a visitar a Coréia do Norte abrindo caminho para a paz

Acordo histórico

Encontro dos chefes de Estado das duas Coréias marca o primeiro passo para a reunificação da Península Coreana, após meio século de hostilidades



Foto: AFP

O PRIMEIRO PASSO para a reunificação das Coréias do Sul, capitalista, e do Norte, socialista, foi firmado em 13 de junho, com um acordo histórico entre os líderes dos dois países, divididos há 52 anos. O acordo celebrado prevê quatro pontos: a reconciliação e reunificação inter-Coréias, embora sem prazo definido para acontecer; a redução de tensões e o estabelecimento de paz na península; a reunião das famílias separadas; e a cooperação econômica, social e cultural.

O presidente da Coréia do Sul,

Kim Dae-Jung, e o secretário-geral do Partido dos Trabalhadores da Coréia do Norte, Kim Jong-il, estiveram reunidos por três dias na cidade de Piongiang, capital da Coréia do Norte, e foram enfáticos ao manifestar seus desejos de aproximação. "O povo coreano é um só. Temos um destino comum. Não há nada que não possamos realizar se fizermos esforços constantes com boa-fé e paciência. Assim, logo conseguiremos atingir a meta da reunificação", afirmou Dae-Jung. Demonstrando mesma linha de pensamento, Kim Yong-Il declarou: "A história nos dá oportunidades apenas uma vez. A reunificação não é para o futuro, mas para o presente."

O pacto provocou tamanha esperança que as duas Coréias discutem até a participação nos Jogos Olímpicos de Sidney, Austrália, em setembro, sob uma única bandeira. Caso a reconciliação se confirme, será o fim de meia década de desconfiança e ódio entre as duas nações da Península Coreana, que abriga 47 milhões de habitantes, no Sul, e 24 milhões no Norte, isolados por um cordão humano formado por um milhão de soldados, provenientes de ambos os lados, na fronteira mais vigiada do mundo.

A aproximação que agora se desenha deve-se, do lado da Coréia do Sul, em boa medida, ao empenho do presidente Kim Dae-Jun. O Sul, depois de ter sido governado por militares durante 30 anos, havia enfrentado uma série de graves casos de corrupção, ao longo da década de 90, envolvendo integrantes do governo e empresas privadas. A posse de Dae-Jung - candidato da oposição, pelo Partido Democrático (PD) -, em 1998, significou uma mudança política no país e abriu novas perspectivas para o diálogo com o Norte.

Pontos sensíveis

O fim deste cordão militar acabaria com a distância entre 7,6 milhões de sul-coreanos (15% da população) que tem familiares na Coréia do Nor-

te. Muitos deles sequer têm certeza de que seus parentes tenham sobrevivido à guerra, entre 1950 e 1953. O acordo estipulou a data de 15 de agosto para que um primeiro grupo de familiares cruze a fronteira para rever seus parentes.

Para os analistas, o compromisso significa um bom começo, mas o que acontecerá daqui para frente será crucial para uma real aproximação. Um dos pontos mais sensíveis refere-se à presença de tropas norte-americanas na Coréia do Sul, estacionadas no país desde o fim da guerra. O programa nuclear mantido em sigilo pelo Norte é outra questão delicada, mas analistas políticos acreditam que o encerramento do projeto poderia pôr fim a presença dos 38 mil soldados dos Estados Unidos no Sul. O programa nuclear norte-coreano foi a justificativa utilizada pelos norte-americanos para manter os seus militares na Península e ainda teria sido um dos motivos do não cumprimento do Acordo de Reconciliação, Não-agressão, Intercâmbio e Cooperação, assinado entre as duas Coréias em 1991, que foi o primeiro sinal da união que poderia vir a acontecer.

O acordo de 13 de junho também resultará numa ajuda do Sul para o Norte no valor de 500 milhões de dólares, somente este ano, além de futuros investimentos privados de empresas da parte capitalista, como Samsung, Hyundai e LG, já de olho no potencial da nação socialista, principalmente devido aos baixos salários dos trabalhadores do Norte.

A Coréia do Norte ainda vive sob o impacto das grandes inundações ocorridas em 1995 e 1996, e da seca, em 1997, desastres naturais que destruíram as plantações de arroz e agravaram a escassez de alimentos no país. Oficialmente, 220 mil pessoas teriam morrido de fome desde então, mas organizações internacionais chegam a falar em 3 milhões de óbitos, cifra negada pelo governo. (Silvia Noronha)

Antecedentes do conflito

A localização da Península da Coréia entre duas potências rivais - China e Japão - tem determinado a história da nação. Ao longo do tempo, o território coreano foi cenário de freqüentes lutas pelo poder entre os exércitos da China, Mongólia e Japão. Durante a ocupação japonesa, a partir de 1905, a Coréia foi explorada primeiro como fornecedora de alimentos; depois, como fonte de mão-de-obra barata. Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, o ideal coreano de uma nação unificada e independente parecia a ponto de se concretizar, mas o país foi arrastado para uma luta complexa em que poderosos interesses estrangeiros estavam em jogo. Em 1948, a Península foi dividida em duas zonas, pelo paralelo 38°, ficando o norte ocupado por tropas soviéticas e o sul sob controle norte-americano. Repetia-se na Ásia o que aconteceu com a Alemanha, na Europa.

Em 1950, as tropas do norte invadiram o sul na tentativa de unificar a

península sob o regime socialista. A Organização das Nações Unidas (ONU) convocou os seus membros para deter a invasão e o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ordenou que o seu exército ajudasse a Coréia do Sul, sem pedir ao Congresso de seu país que declarasse a guerra.

Os combates causaram estragos em toda a península. Um armistício foi assinado em 1953, e a partir de então a península ficou oficialmente dividida

pelo paralelo 38°. Em 8 de agosto de 1990, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a admissão das duas Coréias, como os membros 160 e 161. Em 13 de dezembro de 1991, os primeiros ministros Yon Kyon Muk (Coréia do Norte) e Chon Won Shik (Coréia do Sul) assinaram um Acordo de Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação, considerado um importante primeiro passo para a reunificação. (Extraído da Enciclopédia do Mundo Contemporâneo, publicada em dezembro de 1999 pela Editora Terceiro Milênio e a Publifolha). ■

CORÉIA DO NORTE

População: 24 milhões

Capital: Pyongyang

PIB: US\$ 86,3 bilhões (1994)

Governo: A presidência está vaga desde a morte de Kim Il Sung. Seu filho, Kim Jong Il, ocupa, de fato, este cargo, desde julho de 1994. O órgão máximo do Estado é a Assembléia Popular, com 541 membros.

Analfabetismo: 2%

Moeda: won norte-coreano

CORÉIA DO SUL

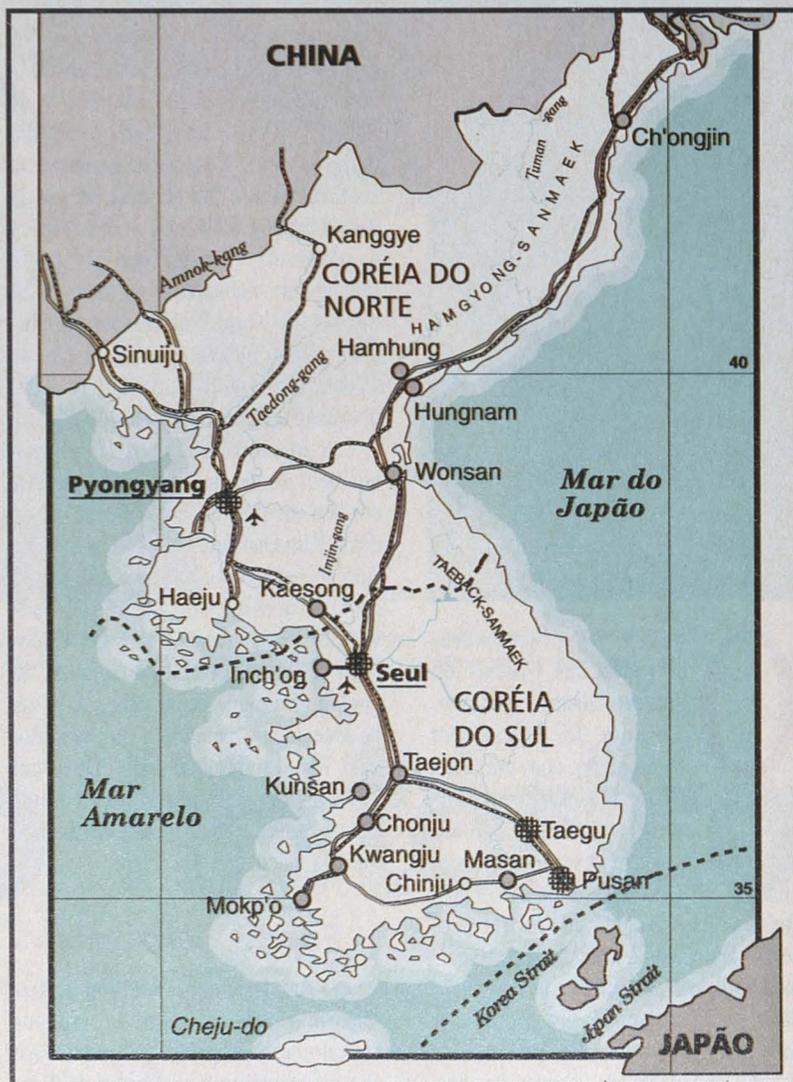
População: 47 milhões

Capital: Seul

PIB: 442,5 bilhões (1997)

Governo: Kim Dae Jung é o presidente eleito em dezembro de 1997. Kim Jong Pil é o primeiro-ministro. O Legislativo é unicameral (Assembléia Nacional) e tem 209 membros, eleitos a cada quatro anos.

Analfabetismo: 3%



Mapa: Enciclopédia do Mundo Contemporâneo

É preciso ter distintas inteligências

Os humanos estão cada vez mais inteligentes no mundo inteiro. A tendência do aumento da inteligência está comprovada pelos resultados dos testes que se realizam, geração após geração, há dezenas de anos. Essa descoberta traz à tona uma pergunta crítica: **teria o ser humano se tornado mais racional?**

O **COEFICIENTE DE INTELIGÊNCIA (QI)**, determinado através de testes, é questionado por muitas pessoas, para quem o QI só comprova a capacidade de as pessoas resolverem os problemas de determinados testes. Trabalhos de pesquisa realizados nas últimas décadas demonstram que existem muitos tipos de inteligência e que a maioria deles não pode ser detectado mediante esses testes. Isso quer dizer que não só existe uma inteligência matemática e lógica, mas também uma inteligência musical, lingüística e, até mesmo, corporal.

Uma publicação do psicólogo norte-americano Daniel Goleman, intitulada *Inteligência emocional*, integrou a lista dos livros mais vendidos há dois anos. Seu colega, Robert Sternberg, que escreveu uma série de artigos sobre inteligência, é autor do livro intitulado *Inteligência de êxito*. O êxito da vida diária é, segundo Sternberg, o produto da inteligência analítica, criativa e prática. Os tes-

tes e a escola avaliam, em geral, somente a inteligência analítica. O próprio Sternberg assinala que, ele mesmo, quando criança, sofreu por não ser considerado muito inteligente devido aos resultados de testes de QI.

Os três aspectos da "inteligência de êxito" estão intimamente relacionados. A inteligência analítica é necessária pa-

Não só existe uma inteligência matemática e lógica, mas também uma inteligência musical, lingüística e, até mesmo, corporal

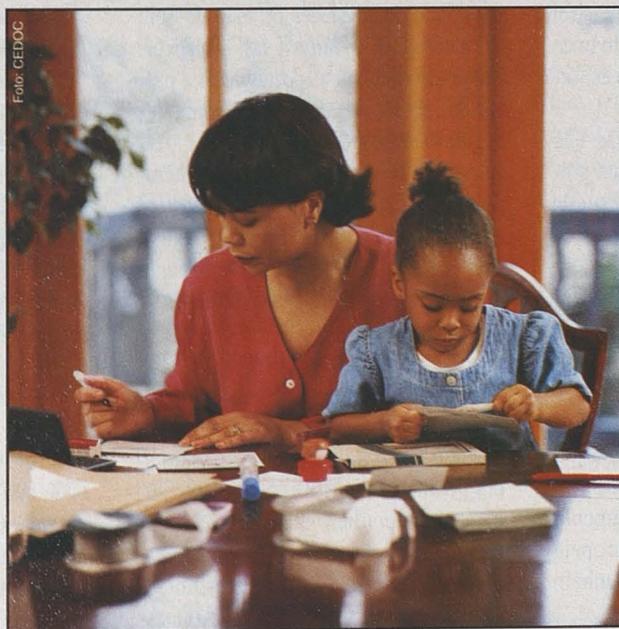


Foto: CEDOC

ra solucionar problemas e para avaliar a utilidade de uma idéia. A inteligência criativa é útil para formular corretamente os problemas e as idéias. A inteligência prática se utiliza para pôr em ação, de maneira efetiva, as idéias e suas análises. "A inteligência de êxito deveria ser um tema de aprendizagem nas escolas", disse Sternberg. As pessoas com um nível de inteligência de êxito mais elevado são, necessariamente, aquelas com um índice mais alto nos três componentes. Elas estão capacitadas para aproveitar ao máximo suas forças, compensar suas fraquezas e fazer o melhor de suas habilidades.

Mas as vinte características e propriedades que apresenta uma pessoa com inteligência de êxito não são medidas em testes convencionais. Essas pessoas têm iniciativa, são motivadas para atuar, transformam seus pensamentos em atos, aprendem a controlar seus impulsos, não adiam as tarefas, trabalham perseguindo um fim preciso, se concentram em seus objetivos, possuem uma medida razoável de confiança em si mesmos e acreditam em suas possibilidades para alcançar seus objetivos.

Sabem quando devem perseverar e conseguem terminar suas tarefas. Além disso, essas pessoas sabem explorar ao máximo suas capacidades. Não têm medo de fracassar e aceitam as críticas construtivas e não permitem a autopiedade. Também têm a capacidade de esperar recompensas e são independentes. Conhecem a medida exata entre sobre e subesforço. São capazes de ver a floresta sem perder de vista as árvores. E pensam, na mesma medida e da mesma maneira, analítica, criativa e praticamente. (Rudolf Grimm/DPA) ■

TRÁFICO DE ESCRAVOS

Que responsabilidade cabe a cada protagonista?

A extensão da participação africana no comércio negreiro é ainda um tema controvertido, mas a responsabilidade maior nesse crime é dos europeus

Elika M'Bokolo¹

A PARTICIPAÇÃO DOS AFRICANOS no tráfico negreiro é um assunto que sempre gerou polémica. Por muito tempo os mercadores de escravos se defenderam dizendo que os africanos tinham, por costume, vender seus semelhantes e que, se os europeus não os comprassem, outros o fariam (os árabes, que também utilizavam escravos negros). Atualmente, intelectuais e estadistas africanos sustentam que esse comércio foi sempre desigual (seres humanos em troca de quinquilharias) e que os europeus forçaram os africanos a colaborar.

Para o historiador, as coisas não são tão simples. Em primeiro lugar, porque os valores que hoje nos servem de referência não são os mesmos que há 500 anos. Em segundo lugar, porque o comércio que durou quase quatro séculos foi um processo complexo, com vários atores, cujos interesses e sensibilidades evoluíram com o tempo.

O historiador britânico Basil Davidson afirma que "a tese segundo a qual Europa impôs à África o comércio de escravos carece de fundamento histórico, assim como a idéia europeia de que as instituições servis também eram próprias da África".

A primeira forma de aquisição de escravos africanos pelos europeus foi o rapto, puro e simples. Há exemplos pavorosos na célebre *Crônica de Guiné*, escrita em meados do século XV, pelo português Gomes Eanes. Quando os europeus chegavam às costas africanas, escolhiam um lugar que lhes parecia propício e faziam uma parada para dedicar-se à caça de seres humanos.

O rapto tinha o inconveniente de ser aleatório frente a uma demanda que aumentava sem cessar, já que havia necessidade de abastecer de mão-de-obra as plantações e minas das Américas. Esta razão induziu os portugueses a passar da captura ao comércio de escravos, seguindo uma recomendação feita pelo infante D. Henrique, em 1444, e reiterada depois pelos monarcas lusitanos até finais do século XV. Mesmo quando este comércio foi regularizado, o rapto seguiu sendo um recurso suplementar para os traficantes.

As grandes nações europeias haviam imposto então uma espécie de ética do comércio de escravos. Ingleses, portugueses e franceses tinham entrado em acordo para justificar o tráfico: somente comprariam escravos vendidos regularmente pelos africanos.

Ao longo das costas construíram fortes para organizar as trocas. Ao mes-

mo tempo, espalhavam o terror entre os africanos. A mensagem era clara: "Ou os escravos são vendidos por vocês ou nos apoderaremos, aleatoriamente, de quantos necessitarmos."

Assim, o tráfico de escravos foi uma relação desigual, fundada e mantida pela ameaça constante do emprego das armas. É preciso reconhecer, segundo Basil Davidson, que "se a África e a Europa estavam envolvidas no tráfico, foi a Europa que dominou as relações, configurou e estimulou o tráfico de escravos e o utilizou em seu próprio benefício e em detrimento da África".

Em seu apogeu, o tráfico negreiro chegou a ser, para os africanos, uma espécie de maquinaria infernal à qual deveriam aderir ou morrer. Assim, quase todas as sociedades do litoral africano - fossem elas constituídas em Estados ou baseadas em linhagens - tiveram que participar dele, de maneira e sob condições muito diferentes, de uma região à outra e segundo as épocas.

A história social da África pré-colonial mostra que a escravidão era uma instituição corrente nos Estados, onde muitas vezes já existia um comércio interno de escravos com fins militares e econômicos. Mas há que se distinguir entre os Estados que mantinham relações com o mundo exterior e os que

não o faziam. Os primeiros tomaram parte antes e com maior facilidade da corrente negreira. Um bom exemplo disso são os Estados limítrofes do Sahel que, entre outras mercadorias, vendiam escravos a seus sócios árabes e berberes, que, por sua vez, os revendiam, em parte, aos europeus.

O cronista Alvise de Ca'da Mosto, que em 1555-1556 participou de uma expedição portuguesa à Senegâmbia, conta que os reis locais souberam tirar partido da nova competição que estava sendo estabelecida entre o comércio transaariano e o comércio atlântico. Eles vendiam escravos em troca de cavalos a árabes e berberes, e outros escravos aos portugueses, em troca de mercadorias européias.

Traficantes

A situação era diferente nos Estados que não tinham relações com o mundo exterior. Sua participação no tráfico revela as ambigüidades e dificuldades inerentes a decisões tomadas muitas vezes sob coação. O reino do Congo, por exemplo, um dos maiores do continente na época, no final do século XV tinha chegado a um nível comparado ao de Portugal, do ponto de vista econômico, social e político. A nobreza local se converteu ao cristianismo e o rei acreditou que podia dirigir-se ao soberano português tratando-o de "irmão". Na realidade, o tráfico - que violava os acordos tácitos e expressos assinados entre os dois Estados - já tinha começado. Chegaram até nós várias cartas nas quais o rei se revolta com a captura de escravos, inclusive entre os nobres.

O significado destes protestos continua sendo objeto de polêmica: para alguns historiadores se tratou de um rompante de nacionalismo. Para outros significou o afã da aristocracia de não perder um comércio altamente lucrativo. Seja como for, o reino sobreviveu pouco tempo a esta comoção. O mesmo drama foi vivido em outros pontos da África.

O reino de Daomé também conheceu a amarga experiência do comércio de escravos. Em meados do século XVIII se apoderou do porto de Ouidah, um dos principais centros do tráfico no Golfo de Guiné. Uma vez donos de Ouidah, os reis de Daomé se viram presos num círculo vicioso: para manter um Estado forte necessitavam de fuzis e pólvora e, para consegui-los, tinham de vender escravos aos europeus. A solução foi esta: como a venda de súditos do reino estava proibida, organizaram poderosos exércitos que efetuavam a caça entre as populações vizinhas e guerream contra elas para capturar escravos.

À diferença do que acontecia nos Estados já constituídos, as sociedades baseadas em linhagens não dispunham de meios para conseguir escravos pela força. A servidão estava baseada em práticas complexas, que consistiam em reduzir à escravidão indivíduos indesejáveis (criminosos, bruxos, vítimas de catástrofes naturais e econômicas). Mas isso não teria sido suficiente para fazer do tráfico um comércio próspero e duradouro. Foi preciso encontrar outros meios de responder às exigências dos europeus.

Assim, na cidade de Arochukwu ("*a voz de Chukwu*", o deus supremo), situada no delta do Níger, um oráculo famoso serviu, principalmente até princípios do século XIX, para designar aqueles que, pelas mais diversas razões, eram condenados a serem vendidos.

Em outras regiões, sobretudo na África Central, foram sendo construídas redes comerciais das quais participavam os chefes de várias linhagens que, partindo da costa, chegavam ao interior. Por elas transitavam as mercadorias importadas ou exportadas, essencialmente escravos. No Gabão e em Loango, sociedades costeiras, núcleos fundamentais destas redes mercantis se organizaram de maneira hierarquizada em função da participação de seus membros no tráfico.

As relações baseadas no parentesco, primordiais nas sociedades africanas de linhagem, foram se transformando



Quadro de Debret retratando o trabalho escravo

em relações baseadas na fortuna adquirida graças a este comércio. Contudo, não é possível analisar o papel dos africanos no tráfico sem levar em consideração sua participação na abolição. Com uma visão unilateral da história, há uma tendência a superestimar o papel dos europeus - filósofos, pensadores, religiosos e negociantes - deixando a participação dos africanos num segundo plano. Alguns chegam a absurdos como apresentá-los como o principal obstáculo no século XIX, para a extinção deste comércio.

Fora da África, as vítimas do tráfico negreiro foram as primeiras que por sua resistência - sob forma de "regresso" à África ou insurreição armada (como em Santo Domingo, em 1791) - obrigaram a ver com outros olhos a escravidão. Muitos, quando conseguiram libertar-se dela, participaram muito ativamente - fato com frequência ignorado - na campanha abolicionista.

Entre eles Ottobah Cuguano, nascido em Gana, ex-escravo nas Antilhas, que publicou em Londres, em 1787, seus *Pensamentos e sentimentos sobre o inócuo e funesto tráfico negreiro*. Em 1789, outro africano, Olaudah Equiano, natural do país ibo (Nigéria), publicou, também em Londres, *A verídica história de Olaudah Equiano, africano, escravo no Caribe, homem livre, narrada pelo mesmo*.

Estes livros tiveram uma influência considerável no movimento que culminou conquistando a abolição da escravatura. (*Prensa Latina*) ■

¹O historiador Eliko M'Bokolo é diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Publicou numerosas obras sobre a história da África

Bye bye, computador pessoal

O avanço da internet paradoxalmente constitui um desafio para os tradicionais fabricantes de computadores

Jay Dougherty*

DIANTE DA INDAGAÇÃO SOBRE o que é melhor, um computador mais rápido ou uma conexão instantânea à internet, muitos tendem a preferir a segunda opção. Somente a idéia de que isso se transforme em uma opinião generalizada poderia levar o chefe de uma grande fábrica de computadores a ter um ataque do coração.

Os sinais são claros e estão por toda parte: a indústria de computação está perto de uma importante mudança de direção. Os fabricantes de microprocessadores, os grandes fabricantes de computadores pessoais e as fábricas de componentes de hardware já não são vistos como fundamentais para o futuro da alta tecnologia. Em seu lugar, observamos o rápido surgimento de empresas de conexão à internet e de firmas que ajudam a alavancar tudo o que for referente à rede mundial de computadores.

"A era do computador pessoal está chegando ao fim", disse recentemente o doutor Paul Horn, conhecido pesquisador da IBM. "Estamos entrando na era da informática onipresente, na qual veremos o incremento dramático de equipamentos com design específico, portáteis e adaptados para o manuseio eletrônico dos negócios e para simplificar nossas vidas", afirmou.

O ponto de vista deste especialista vem ao encontro da opinião do maior executivo da IBM, Lou Gerstner, que há muito tempo defende a idéia de que "a era do PC está no fim". Comentários como este, procedente de altos executivos da multinacional, foram inicialmente

minimizadas pela maioria dos analistas da indústria de informática.

A empresa divulgou que sua divisão de computadores pessoais sofreu quase um bilhão de dólares de prejuízo em 1998. Como resultado, muitos acharam que a postura da IBM não passava de um reconhecimento de que outras empresas estavam se saindo melhor no ramo de computadores.

Mas há sinais de que Horn e Gerstner sabem o que estão dizendo. No mundo da tecnologia, o crescimento está sendo impulsionado pela internet, e não pelos computadores. O usuário quer conexões rápidas, e as quer agora. Ainda que não seja novidade para quem acompanha o desenvolvimento desta indústria, o fato de o avanço da internet acontecer em detrimento dos velhos fabricantes de computadores é um desfecho que ninguém esperava.

Para os fabricantes tradicionais, o problema é que muitas empresas se esforçam hoje em colocar à disposição do usuário equipamentos prontos para conectar-se à internet. Empresas como a InterSquid.com (www.intersquid.com) oferecem computadores grátis a seus clientes, caso eles assinem um contrato de vários anos para ter internet. Há o rumor de que a American Online¹, o maior provedor do mundo, estaria estudando uma proposta semelhante.

Indo mais a fundo no problema, fabricantes de computadores como a eMachines (www.emachines.com), com sede na Califórnia, desafiam os grandes fabricantes como a IBM, Compaq e Dell, ao oferecer, por menos de 400 dólares, computadores simplificados ao máximo, mas compatíveis com a inter-

net. Para os grandes que estão tentando vender equipamentos de alta tecnologia com custosos serviços incorporados, essa tendência equivale a um desastre. "Os lucros dos fabricantes de hardware estão se aproximando dos lucros do quitandeiro da esquina", declarou Roger Kay, pesquisador da International Data Corp. (IDC).

As conseqüências já são visíveis. Recentemente, a Compaq, maior fabricante mundial de computadores pessoais, divulgou que sua receita no primeiro semestre de 1999 foi menor do que o esperado, o que provocou uma queda de mais de 20% de suas ações. A situação da Compaq poderia ser seguida de perdas ainda maiores para outros fabricantes de computadores.

Mas, no final das contas, quem será o ganhador desse embate? Num primeiro momento, os consumidores. Afinal, os computadores estão sendo vendidos a um preço extraordinariamente mais baixo, ou simplesmente sendo presenteados. Num segundo momento, ganham os provedores de acesso à internet. A maioria dos consumidores quer um computador para entrar na internet, de maneira que as empresas em boa posição de vender produtos ou serviços através da rede estão surgindo mais velozmente que os velhos fabricantes de equipamentos.

"As maiores expectativas são da parte das empresas e fabricantes que aproveitam ao máximo as oportunidades do comércio eletrônico, que apresenta este novo modelo de uso do computador", disse Horn. (*DPA) ■

¹A American On Line se fundiu recentemente com a Warner

IMAGINE

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.

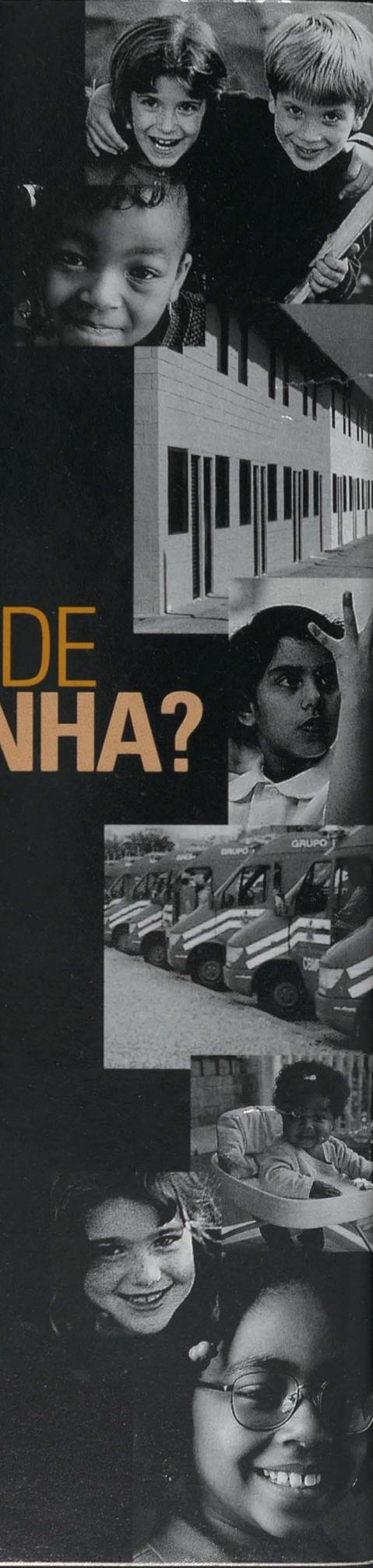


São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



 **PREFEITURA**
Trabalho e Honestidade



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj